

The background features several abstract shapes and patterns. In the top left, there is a light blue shape with vertical stripes. In the bottom left, there is an orange shape with diagonal stripes. In the bottom right, there is a green shape with vertical stripes. A large, dark red, irregular shape is centered on the page, containing the main title text.

**MAESTRIA.ME 2019**  
**Anais do Seminário de**  
**Dissertação**  
MDU/UFPE

Organização:  
Luiz Amorim  
Maria Luiza Xavier

Catálogo na fonte:

Bibliotecária Kalina Lígia França da Silva, CRB4-1408

M186 Maestria.me 2019 [recurso eletrônico] : anais do Seminário de Dissertação MDU/UFPE / organizadores : Luiz Amorim, Maria Luiza Xavier. – Recife : Ed. UFPE, 2021.

O presente volume reúne resumos dos projetos de dissertação da disciplina “Seminário de Dissertação” do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE.

Vários autores.

Inclui referências.

ISBN 978-65-5962-024-1 (online)

1. Planejamento urbano. 2. Arquitetura. 3. Urbanização. 4. Arquitetura – Conservação e restauração. I. Amorim, Luiz (Org.). II. Xavier, Maria Luiza (Org.). III. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano.

711.4 CDD (23.ed.)

UFPE (BC2021-026)

**MAESTRIA.ME 2019**  
**Anais do Seminário de Dissertação**  
**MDU/UFPE**

Luiz Amorim  
Maria Luiza Xavier  
ORGANIZADORES

Recife 2020

Organizadores

**Luiz Amorim e Maria Luiza Xavier**

Copyright © Luiz Amorim Maria Luiza Xavier

Capa e projeto gráfico | Siça Chagas; Letícia Santana; Hugo Dantas

Edição de texto | Os autores

Direitos para esta edição:

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano

Universidade Federal de Pernambuco

Página da internet: site mdu

Endereço eletrônico: endereço mdu

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação  
poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a  
autorização por escrito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano  
Universidade Federal de Pernambuco

# SUMÁRIO

## ARQUITETURA E URBANISMO

---

- 08 O ESPAÇO ARQUITETÔNICO HOSPITALAR HUMANIZADO: UM INSTRUMENTO PARA O RESTABELECIMENTO FÍSICO E PSÍQUICO DE PACIENTES HOSPITALIZADOS** | Danielle Soares Leal
- 12 O CONCEITO DE GENIUS LOCI NA CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO PARA AS CRIANÇAS: UMA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DA CIDADE DO RECIFE** | Eduarda Albuquerque Costa
- 15 FORMA URBANA EDIFICADA E TECNOLOGIA PARAMÉTRICA: INSERÇÃO COMPUTACIONAL NA TOMADA DE DECISÃO** | Isabella Eloy Cavalcanti
- 19 CASA, CULTURA E CINEMA: UM OLHAR SOBRE A RELAÇÃO ENTRE SUJEITO E ESPAÇO HABITADO EM DIFERENTES CONTEXTOS CULTURAIS** | Jessica Larissa Pessoa de Melo
- 23 GIACOMO PALUMBO: OBRA E TRAJETÓRIA NA CIDADE DO RECIFE DE 1919 A 1939** | Karine Maria Gonçalves Cortez
- 26 O PAPEL DO URBANISMO TÁTICO NA PAISAGEM URBANA: ANÁLISE DE DOIS PROJETOS AS MARGENS DO RIO CAPIBARIBE NO RECIFE** | Larissa Garrido Bezerra de Melo
- 31 RESENSIBILIZAR-SE: O CAMINHAR FOTOGRÁFICO COMO PRÁTICA DE APREENSÃO DE ATMOSFERAS** | Marília Cavalcanti Farias
- 36 A ADEQUAÇÃO DE EDIFÍCIOS UNIVERSITÁRIOS ÀS NOVAS DEMANDAS ATRAVÉS DA CONSERVAÇÃO DE SEUS ESPAÇOS ARQUITETÔNICOS** | Natália Piason Araújo
- 40 DE CONCRETO E LUZ: A POÉTICA DA LUZ NATURAL NA OBRA DE PAULO MENDES DA ROCHA** | Rafaela Paes de Andrade Arcoverde

## CONSERVAÇÃO INTEGRADA

---

- 47 ENTRE MISSÕES DE PESQUISA FOLCLÓRICAS E O PATRIMÔNIO CULTURAL NÃO CONSAGRADO: A ARQUITETURA POPULAR NA LINHA EDITORIAL DO IPHAN** | Hugo Stefano Monteiro Dantas
- 51 ENTRE TEORIA E PRÁTICA DO RESTAURO NAS EXPERIÊNCIAS DO IPHAN** | Maria Antônia Saldanha P. de Queiroz
- 56 ENTRE A POLÍTICA E O VERNACULAR: O GESTO DE CONSTRUIR PAISAGEM EM RIO BRANCO, ACRE** | Pedro Augusto Queiroz de Souza
- 60 A LINGUAGEM MODERNA DOS JARDINS DE BURLE MARX E O CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA ANTIGA SEDE DA SUDENE** | Raquel Nadine Cavalcante Ferreira
- 63 REQUALIFICAÇÃO URBANA A PARTIR DE ESPAÇOS FERROVIÁRIOS OBSOLETOS: O CASO DA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DE PERNAMBUCO** | Talys Napoleão Medeiros
- 68 O MEU, O SEU E O NOSSO PARQUE: PERCEPÇÃO E AFETIVIDADES AO ESPAÇO PÚBLICO ENTRE USUÁRIOS DO PARQUE SANTANA, RECIFE/PE** | Thamires Augusto de Barros Chaves
- 73 A ATRIBUIÇÃO DO JARDINEIRO ARTÍFICE NA CONSERVAÇÃO DO JARDIM HISTÓRICO** | Wilson de Barros Feitosa Júnior

# SUMÁRIO

## PLANEJAMENTO E GESTÃO

---

**77** **DOS MOCAMBOS AOS EMPREENDIMENTOS PRIVADOS:** A DINÂMICA OCULTA DO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DAS MARGENS DA BACIA DO PINA | Clara Guimarães Melo

**81** **A INDISCIPLINA ENQUANTO “JEITO” DE VIVER:** UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA SOBRE O JEITO INDISCIPLINADO DO BRASILEIRO E SUAS REPERCUSSÕES NO USO DAS INFRAESTRUTURAS DE MOBILIDADE URBANA | José Matheus Lira da Silva

**85** **A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CIDADE DO RECIFE:** O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR 2018 | Letícia Rocha de Santana

**90** **CONSUMO, CRIATIVIDADE E PERTENCIMENTO:** O SER ORDINÁRIO E A DEFINIÇÃO CONTEMPORÂNEA DOS MODOS DE FAZER UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA DE CIDADE | Rebecca Dantas Carneiro

**95** **PERMANÊNCIA E INSEGURANÇA NO TERRITÓRIO:** A OCUPAÇÃO MARIELLE FRANCO (MTST) EM RECIFE-PE | Siça Driely de Souza Chagas

# APRESENTAÇÃO

LUIZ AMORIM  
MARIA LUIZA XAVIER FREITAS

O presente volume reúne os resumos expandidos dos projetos de dissertação de mestrado empreendido pelos alunos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) e que foram apresentados na disciplina de Seminário de Dissertação ocorrido no segundo semestre de 2019. São no total 21 trabalhos, das três linhas de pesquisa do Programa: Planejamento e Gestão; Conservação Integrada; e Arquitetura e Urbanismo, demonstrando a diversidade e a atualidades dos temas abordados. Tem, portanto, um retrato do ambiente acadêmico proporcionado pelo nosso Programa.

Para debater estes, foram convidados oito professores e pesquisadores eternos ao MDU (Adauto Barbosa (IFPE), Amíria Brasil (UFRN), Demóstenes Moraes (UFCEG), Emanuela Ribeiro (UFPE), Maria Angélica da Silva (UFAL), Maria Leonor Alves Maia (UFPE), Naia Alban (UFBA) e Paulo Souto Maior (UFPE)), sendo sempre um de “fora” do cenário de pós-graduação pernambucano e outro “da casa”, os quais ao longo de quatro dias intensos e profícuos, motivaram uma ampla e intensa discussão.

O atual formato da disciplina Seminário de Dissertação tem como objetivo, para além do debate, tornar público as pesquisas realizadas pelo corpo discente do Programa. E os resultados dos dias de intensa discussão proporcionada pelas apresentações e discussões foram positivamente avaliadas por todos os participantes, o que nos faz querer aperfeiçoá-los e divulgá-los. Maestria.me<sup>1</sup> resulta deste interesse. Como primeira edição, desejamos que torne-se uma tradição do MDU e que venha promover um contínuo aperfeiçoamento do nosso ambiente acadêmico.

---

<sup>1</sup> A denominação Maestria.me - livro de resumos expandidos produzidos no Seminário de Mestrado - foi dada pela professora Cristina Araújo, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano.

## ESPAÇO ARQUITETÔNICO HOSPITALAR HUMANIZADO: UM INSTRUMENTO PARA O RESTABELECIMENTO FÍSICO E PSÍQUICO DE PACIENTES HOSPITALIZADOS

**Danielle Soares Leal**

daniellesoares\_33@hotmail.com

**Lúcia Leitão Santos**

leitao.lucia@uol.com.br

Pesquisar sobre o prédio hospitalar é de suma importância para a compreensão do equipamento, de sua evolução e principalmente para entender e buscar novas alternativas, de como o mesmo pode ser mais eficaz no que se presta e que busque suprir as necessidades do crescimento das cidades contemporâneas e principalmente dos indivíduos. A tipologia e organização espacial dos prédios hospitalares nem sempre foi como é visto atualmente, até chegar no edifício hospitalar do qual temos ciência hoje foram necessárias muitas transformações ao longo do tempo, não apenas na arquitetura, como também na área médica e tecnológica.

De acordo com Carvalho (2014), no começo da civilização o Sagrado tinha influência na forma que a doença era encarada, fazendo com que os templos religiosos fossem tidos como modelos arquitetônicos de locais de acolhida e tratamento, sendo isso predominante aproximadamente até meados do século XVIII. Com a evolução das tipologias de edificações para a saúde, identificou-se até o final do século XIX três sistemas ou filosofias de projeto arquitetônico: a nave e o claustro<sup>1</sup>, o sistema radial<sup>2</sup> e o pavilhonar<sup>3</sup>, sendo o primeiro predominante na idade média, o segundo processando-se no final dessa fase, e o último como o resultado de um lento processo evolutivo. Além das mudanças ocorridas na planta do edifício hospitalar, o sistema pavilhonar já começa a demonstrar uma preocupação com o paciente e seu bem-estar.

É nesse contexto que Carvalho (2014) ainda explana sobre o aumento do papel humano no processo curativo, o que possibilitou a defesa de melhorias ambientais através de uma assepsia mais eficiente, prioridade na recuperação dos pacientes, além do estabelecimento de espaços de apoio administrativo e logístico, aumentando assim, definitivamente, a complexidade da organização hospitalar. É nessa conjuntura, que a inserção do papel de profissionais especializados no tratamento de enfermos, como médicos e enfermeiros, se mostrou de grande relevância no processo evolutivo do edifício hospitalar.

É nesse cenário que começa a se observar a inserção da humanização hospitalar como uma tendência de atendimento não apenas nos hospitais, mas também nas unidades

---

<sup>1</sup> Solução de planta simples, sem muitos fluxos e ambientes distintos, reflexo do tipo de tratamento existente na época, onde a separação de doentes, quando existia, acontecia somente por sexo, porém, o mesmo espaço e muitas vezes o mesmo leito eram utilizados por mais de um paciente (CARVALHO, 2014).

<sup>2</sup> Uma evolução do sistema de nave e claustro, ocasionado pelo aumento de demanda na época das epidemias, que resultou numa melhor distribuição de fluxos e ambientes. O cruzamento das naves existentes na edificação criou um ponto estratégico para a locação de altar e vigilância ao mesmo tempo que era uma solução funcional para uma certa separação de tipologias de doenças (CARVALHO, 2014).

<sup>3</sup> Sistema arquitetônico hospitalar decorrido de um lento processo evolutivo formado por pavilhões. Com uma planta mais complexa, espaços internos mais bem divididos, esse sistema ainda conta com um pátio interno que geralmente continha vegetação e corroborava com a melhoria ambiental através da relação interior/exterior (CARVALHO, 2014).

de saúde como um todo. Conforme Lopes e Medeiros (2004) afirmam a assistência humanizada é uma mudança de atitude dos profissionais nas relações estabelecidas com o paciente, com o intuito de amenizar o ambiente hostil e de alta complexidade dos procedimentos médicos. Na arquitetura, de acordo com Martins (2004) a humanização dos espaços hospitalares é fundamental na elaboração dos projetos, ela visa atender as demandas do ser humano, sendo o conforto ambiental o principal fator presente na humanização dos espaços hospitalares, devido à grande influência destes no restabelecimento da saúde dos pacientes internos.

Na abordagem no campo da arquitetura, segundo Lopes & Medeiros (2004), a expressão “ambiente humanizado” é em geral utilizada para descrever sensações e características morfológicas dos ambientes como “aconchegante”, “bem-estar”, padronização de cores, iluminação e texturas, mas que comparado com a teoria da humanização da assistência, na arquitetura ainda não se vê um desenvolvimento teórico-conceitual que seja capaz de fornecer uma base necessária para utilização coerente do termo.

Tendo em vista a ausência do espaço arquitetônico hospitalar humanizado – na grande maioria das vezes – na implantação da humanização nas unidades de saúde, a pesquisa possui a finalidade de avaliar de que forma alguns aspectos culturais e psicanalíticos interferem na percepção do espaço arquitetônico hospitalar, sendo o arquiteto o interlocutor desse processo multidisciplinar. De cunho qualitativo, a pesquisa aborda a teoria através de uma revisão bibliográfica que compila alguns conceitos da humanização hospitalar, do espaço arquitetônico, da antropologia e da psicanálise, bem como a prática profissional do arquiteto na elaboração desses projetos e sua importância.

O trabalho tem início através de uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a humanização hospitalar, que culminará em um panorama sobre esta com foco na arquitetura para assim compreender seu reatamento no usuário e como a humanização do espaço hospitalar é percebida e executada atualmente, bem como entender como se desenvolveu o projeto e as soluções adotadas em cada caso. Apreendendo que o espaço arquitetônico é complexo tanto na compreensão como na apreensão e que deve ser estudado como tal, teve início a busca por autores que tivessem abordagens distintas sobre o mesmo, para que assim se tenha uma compreensão da elaboração de espaços arquitetônicos hospitalares e como esses podem interferir no usuário e como esse último também interfere no espaço.

Posteriormente, é fundamental compreender algumas necessidades e percepções do ser humano e a partir disso delimitar melhor a sua relação com o espaço hospitalar, onde algumas referências psicanalíticas, e alguns conceitos da antropologia através da relação do ser humano com o espaço arquitetônico tendo aspectos culturais como molde, poderiam trazer respostas e traçar caminhos para a melhor compreensão dessa relação, pois o entendimento de algumas necessidades psíquicas do ser humano, a situação de fragilidade que um paciente interno se encontra, bem como as relações do homem com sua cultura trazem demandas específicas na relação espaço-usuário. A contar desse processo inicial, a fundamentação serve como ponto de partida para o aprofundamento teórico da pesquisa em questão, dando possibilidades de aprofundamento e ramificações, os autores citados acima irão nortear a presente pesquisa, sendo subsidiados por outros tantos.

Apreendendo a importância do profissional especializado na elaboração de projetos hospitalares – representados na presente pesquisa pelos arquitetos – na concretização desses espaços humanizados, constata-se de suma importância ouvir esses profissionais e assimilar como é a metodologia do desenvolvimento de seus projetos e até que ponto

eles compreendem e se utilizam ou não da teoria desenvolvida na pesquisa. Assim, será possível compreender como funciona a elaboração de projetos hospitalares na região e como a humanização do espaço é alcançada na prática profissional do arquiteto, unindo assim a teoria e a prática do fazer arquitetônico.

Para complemento e enriquecimento do corpus da pesquisa, será feita uma pesquisa documental através de imagens, plantas e arquivos, sobre hospitais com arquitetura humanizada, tanto nacionais como internacionais, onde será importante entender como se desenvolveu o projeto e quais as soluções adotadas em cada caso. Dessa forma, será feito um apanhado geral tanto da teoria como da prática que culminará numa discussão ampla sobre a humanização do espaço hospitalar.

Então, busca-se, a partir da confluência da teoria com a prática profissional compreender como esses espaços e os conceitos desenvolvidos na presente pesquisa são entendidos e utilizados na prática.

**Palavras-chave:** Espaço Arquitetônico; Humanização Hospitalar; Projeto Arquitetônico.

### **Referências bibliográficas principais**

ARGAN, G. **El concepto del espacio arquitectónico:** desde el barroco a nuestros días. Buenos Aires, Nueva Visión, 1966.

BOLLNOW, Otto F. **O Homem e o Espaço.** Curitiba: Editora UFPR, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Ministério da Previdência e Assistência Social. **Relatório Final da 8ª Conferência Nacional da Saúde.** Brasília: MS; 1986.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cartilha da Política Nacional de Humanização – PNH.** Brasília, Ministério da saúde, 2013.

CAMPOS, Ernesto de Souza. **História e evolução dos hospitais.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Departamento Nacional de Saúde, 1944.

CARVALHO, Antônio Pedro Alves de. **Introdução à arquitetura hospitalar.** Salvador, BA: UFBA, FA, GEA-hosp., 2014.

FREUD, A. O ego e os mecanismos de defesa. In: FREUD ANNA. **Teoria dos mecanismos de defesa.** Tradução: Francisco F. Settineri, Artmed, 2006.

GALVAN, Gabriela. **O conceito de regressão em Freud e Winnicott:** algumas diferenças e suas implicações na compreensão do adoecimento psíquico. Winnicott e-prints, São Paulo , v. 7, n. 2, p. 38-51, 2012 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-432X2012000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2012000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 24 abr. 2020.

HALL, Edward T. **A dimensão oculta.** Tradução Waldéa Barcellos. Coleção a. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LOPES, Maria Alice; MEDEIROS, Luciana de. **Humanização hospitalar:** Origem, Uso e Banalização do Termo. Revista Propec/IAB/MG. 2004.

LEITÃO, Lúcia S. **Entra na tua casa:** anotações sobre arquitetura, espaço e subjetividade. In: A casa nossa de cada dia/ Org. Lúcia Leitão e Luiz Amorim. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

MALARD, Maria Lucia. **As aparências em arquitetura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MOLES, A. **Sociodinâmica de La cultura.** Barcelona: Editora Gustavo Gili, 1968.

SANTOS, Mauro; BURSZTYN, Ivani. **Saúde e Arquitetura:** caminhos para a humanização dos ambientes hospitalares. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2004.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura.** 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

## O CONCEITO DE GENIUS LOCI NA CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO PARA AS CRIANÇAS: UMA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DA CIDADE DO RECIFE.

**Eduarda Albuquerque Costa**

eduarda\_ac@hotmail.com

**Maria de Jesus Britto Leite**

jubleite@uol.com.br

Há alguns anos a ONU (Organização das Nações Unidas) vem convocando os países a constituírem o que denominou de “Um Mundo para as Crianças”, abrangendo diversos aspectos da sociedade. No que diz respeito ao desenvolvimento urbano e ao espaço público da cidade, a necessidade de atender a infância surgiu a partir de diversos estudos que comprovam que os primeiros anos de vida são cruciais para a formação do indivíduo, e que os atributos do espaço físico vivenciado proporcionam, nesta fase da vida, através de experiências corpóreas, sociais e emocionais, estímulos que interferem diretamente no seu desenvolvimento. Neste sentido, refletir sobre a infância urbanizada se torna relevante quando admitimos a indissociabilidade do sujeito com o seu contexto. Sabemos que existem relações profundas do sujeito enquanto adulto com seu local de infância, seja através do contexto espacial como também pelo conjunto de memórias afetivas.

A produção de conhecimento que se tem hoje da infância está intimamente relacionada ao lugar social que ela ocupa e na relação que estabelece com o outro. Merleau-Ponty (1999), entende a infância como um fenômeno que se caracteriza atrelado às questões da cultura e da liberdade da criança, vista como alguém que trava relações com o mundo da forma como lhe é possível, que se relaciona com o lugar antes que possam pensar ou refletir sobre suas experiências. Teóricos que se debruçam no estudo da infância e suas relações entendem que as crianças não são corpos passivos e que elas também se constroem com base na experiência sensorial (PIAGET, 1970). Desse modo, a criança habita, e o habitar, no sentido existencial, é propósito da arquitetura. O ser humano habita quando experimenta significativamente o ambiente, e a tarefa do arquiteto é criar lugares significativos, pelos quais ajude-o a habitar (Norberg-Schulz, 1980).

Diversas cidades, têm apresentado algumas soluções que visam proporcionar possibilidades de interação da infância com o ambiente urbano através de projetos de políticas públicas, e no caso do Recife, a iniciativa parte de um documento intitulado Marco Legal para primeira infância do Recife (Lei 18.491/2018). Este documento reúne 14 eixos de atuação direcionados à infância, dos quais 3 deles serão objetos de estudo desta pesquisa: os que se referem ao fortalecimento de vínculos comunitários, aos espaços públicos e ao desenvolvimento integral da criança. Da demanda mundial em considerar a criança, surge a necessidade de analisar como a infância tem sido contemplada no planejamento urbano, e se as propostas destinadas as atendê-las, fazem isso de forma completa. Mas para isso, é necessário investigar que critérios e conceitos estão sendo levados em consideração na construção dessas iniciativas, e se as necessidades que pretendem atender, valorizam a construção do espírito do lugar para as crianças, considerando suas peculiaridades e suas necessidades como cidadã. Nesse contexto, e diante de teorias da arquitetura que reforçam a importância da realidade concreta do ambiente vivenciado, o conceito de Genius Loci

será trazido para o mundo da criança - um conceito de Genius Loci da Criança, e será o caminho escolhido para investigar a relação da cidade com a infância que nela habita. Através desse conceito, será feita uma análise crítica dos documentos que propõem intervenções de espaços e ambientes que visam atender às vivências das crianças na cidade do Recife, avaliando se essas propostas consideram a concretização do conceito.

Sabemos que não se pode pensar o desenvolvimento das cidades de forma estritamente técnica, abstraindo as sensações e sentimentos que decorrem de todas as relações estabelecidas. O espaço público é conflitante, mas é também um ambiente onde conseguimos amplificar nossa subjetividade. Assim, a conexão com a criança deve ser valorizada, para que ela sinta também o espírito do lugar, e não se depare tão somente com ambientes limitantes e produzidos a partir de conceitos superficiais sobre a infância.

O conceito de Genius Loci atende a proposta da pesquisa justamente quando argumenta que o espaço existencial é mais abrangente que o lugar, sendo, portanto, mais completo, e com maior alcance teórico a ser utilizado na hora de pensar o espaço do ser humano, principalmente por conter fenômenos mais intangíveis, que são os sentimentos.

Em arquitetura, de acordo com Norberg-Schulz, o ser humano tem a necessidade de responder à sua existência e a tudo que dela faz parte. O pensador diz que o lugar faz parte do ser humano como algo inseparável da dimensão existencial, onde suas ações se relacionam com a espacialidade e a existência. Essa vivência do lugar, do conhecimento e reconhecimento diário dos diferentes espaços que o compõe, é que desenvolve na criança o sentimento de pertencimento que, quando analisado sob o conceito de Genius Loci, pode configurar, justamente, a experiência da realidade concreta. Para Merleau-Ponty (1999), a percepção valoriza a dimensão da corporeidade, e encontra seu sentido na interseção das experiências com a ação pessoal, da sensação como ponto de partida para a constituição do ser e de suas relações com o mundo. O conceito de Genius loci formulado por Norberg-Schulz relaciona a percepção e a vivência como o pilar para criação do espaço existencial, aquele com o qual o indivíduo se identifica. Por sua vez, um conceito de Genius Loci, que considere a criança, que abraça sua conexão com a alma do lugar, onde ela interage com os seus sentidos e inicia sua relação com o ambiente através da exploração corporal, pode contribuir para uma revisão do que está sendo projetado em relação a interação entre a cidade e a criança.

Diante disso, se torna necessário considerar que a percepção de lugar no mundo da criança deveria ser um ponto valioso ao se pensar em propostas para as cidades, gerando significados e criando vínculos afetivos. Porém, grande parte dos planejadores não se preocupa com esse aspecto por atribuir à infância uma transitoriedade, e as cidades acabam excluindo da realidade do desenvolvimento, o espaço, o tempo, o bem estar infantil. Para contribuir neste sentido, a pesquisa trará o pensamento fenomenológico acerca da natureza do espaço na visão de crianças, a partir de teorias de Norberg-Schulz, Piaget, Rousseau, principalmente, buscando uma interpretação no que tange às relações simbólicas da infância com seu espaço existencial no ambiente urbano, no intuito de analisar se as propostas que visam melhorar a relação da criança com a cidade, tem a intenção de promover experiências e vivências suficientes para atendê-la de forma significativa ou se encerram soluções de espaços com base em entendimentos superficiais sobre o lugar da infância.

**Palavras-chave:** Infância; Cidade; Genius Loci.

## Referências bibliográficas principais

BRASÍLIA. Rede Nacional da Primeira Infância. **Plano Nacional pela Primeira Infância**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/01/PNPI-Completo.pdf>> Acesso em: 20/04/2020

MERLEAU-PONTY, Merleau. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius loci. Towards a phenomenology of architecture**. Londres, Academy Editions, 1980.

PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

RECIFE, LEI Nº 18.491/2018 Institui o Marco legal da Primeira Infância do Recife e dá outras providências. Disponível em:<<https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/lei-ordinaria/2018/1850/18491/lei-ordinaria-n-18491-2018-institui-o-marco-legal-da-primeira-infancia-do-recife-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 20/04/202

## **Introdução**

Rossi (1995) afirma que a forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade, e existem muitos tempos na cidade. Ela é também a parte do mundo que o Homem altera diretamente, que projeta e propõe soluções para problemas sociais provocados ou não pela materialidade do urbano.

Formas urbanas são criadas a partir de tomadas de decisões (JACKSON, 1972). Essas decisões, no entanto, necessitam estar cada vez mais embasadas. Jacobs [1993 (1961)] afirma que as cidades são imensos laboratórios de tentativa e erro, fracasso e sucesso. Nesses laboratórios, o planejamento deveria estar aprendendo e formando teorias a partir das experiências, entretanto, muitos profissionais ignoram o estudo do sucesso e do fracasso na vida real e são guiados por princípios derivados apenas de comportamento e da aparência desses espaços.

No contexto atual de degradação contínua do meio ambiente e uso desenfreado dos recursos naturais, sabe-se que tratar a cidade como um laboratório de tentativa e erro sem fim é uma atitude irresponsável e com sérias consequências. A fim de contribuir com esse processo de experimentações no processo de projeto sem gerar consequências negativas e ao mesmo tempo possibilitar a conexão de diversos aspectos da cidade, a inserção da tecnologia computacional mostra-se como um potencial auxiliar para os projetistas e planejadores.

Todavia, a tecnologia não vai criar a partir do nada uma solução para os problemas projetuais. Ela é potencial nas mãos e na realização de objetivos definidos pensados por profissionais. Ou seja, seu potencial é alcançado a partir da existência de uma base teórica sólida ou objetivos claros para auxiliar a busca de soluções dos problemas urbanos. Tratando especificamente nesse trabalho, os problemas urbanos relacionados à forma e vida da cidade.

A forma da cidade por si só não é um problema, mas como sua manifestação edificada afeta negativamente aspectos da vida urbana, sim. Para o estudo dessa relação foi escolhida como base teórica principal as obras do matemático, arquiteto e urbanista austríaco Christopher Alexander (1936), principalmente os fundamentos presentes o seu livro *A Pattern Language* de 1977. Outros autores como Bentley [2004 (1999)], Lang(2006), Dobbins (2011) e Gehl (2013) também foram referência para o estudo da vida e forma urbana.

Formada por 253 padrões, a obra escrita por Alexander *et al.*,(1977) demonstra o desejo que os padrões ali presentes, relacionados ao planejamento de cidades, edificação e processo construtivo, substituam ideias e práticas da época em prol de uma melhoria da cidade como um todo. Esses padrões foram estruturados como problemas que ocorreram repetidamente (alguns mais claramente e mais aplicáveis em determinadas realidades do

que outros) e por um núcleo de um possível começo de solução. É necessário enfatizar que elas não são receitas prontas, mas passíveis de serem adaptáveis a diferentes contextos e realidades.

Cada solução é apresentada de maneira a fornecer o campo essencial dos relacionamentos necessários para resolver o problema, mas de uma maneira muito geral e abstrata - para que você possa resolver o problema por si mesmo, à sua maneira, adaptando-o de acordo com suas preferências e as condições locais no local em que você está fazendo (ALEXANDER *et al.*, 1977, p.xiii – tradução nossa).

A característica mutável e adaptável dos padrões apontados por Alexander *et al.*, (1977) torna essa obra um ponto de partida ideal para a relação com a tecnologia computacional paramétrica. Sua estrutura claramente apresentada tem o potencial de ser base no estabelecimento de parâmetros e a geração de códigos.

Como aponta Kolarevic (2003), os parâmetros e critérios para a geração de forma – e de cenários – podem criar um grande número de objetos similares, manifestações geométricas de um esquema previamente articulado de dependências variáveis, relacionais ou operativas. Essas possibilidades abrem espaço para a não-linearidade do processo projetual, ela desafia o raciocínio monotônico e a lógica de primeira ordem que eram (e ainda são) a base subjacente para o projeto (KOLAREVIC, 2003).

Aplicado ao processo de *design* urbano, o projeto digital contribui na tomada de decisão uma vez que, segundo Beirão (2012), os projetistas usam uma série de movimentos reflexivos que implicam a negociação entre o problema e as soluções experimentais usando análise, síntese e avaliação; processo e lógica de pensamento que se assemelha muito à lógica de programação da tecnologia paramétrica.

Nota-se, portanto, que inserção de ferramentas computacionais dessa natureza está cada vez mais mudando o paradigma do processo tradicional de projeto. Mais do que um conjunto de preferências estilísticas e princípios formais, a investigação da conexão entre teoria e prática de projeto digital cria novas maneiras e relações entre o projetista, a imagem e a informação (OXMAN, 2006) em prol do embasamento mais robusto na tomada de decisão.

Diante disso, a pesquisa em questão tem como objetivo contribuir para a discussão sobre processos projetuais que alteram a forma urbana e que consideram aspectos imateriais do urbano sob o ponto de vista da inserção de recursos computacionais, especificamente relacionados à lógica paramétrica, destacando a importância da base teórica e experimental no processo de tomada de decisão.

## **Metodologia**

Diante do caráter exploratório e de desenvolvimento de um instrumento para experimentação projetual com base em uma referência teórica, a metodologia seguida para o desenvolvimento dessa pesquisa pode ser sumariamente descrita pelas seguintes etapas: (i) construção do embasamento teórico relacionado aos seguintes temas principais: forma e vida urbana, projeto digital e obras de Christopher Alexander, principalmente a trilogia *The Timeless Way of Building* (1975), *A pattern language* (1977) e *The Oregon Experiment* (1979); (ii) aprofundamento e delimitação dos padrões que tratam da forma edificada e da vida urbana, formulando o *City Pattern* na linguagem natural, antes da tradução computacional; (iii) tradução do código para a linguagem de programação visual, desenvolvendo do código propriamente dito; e (iv) testes com o código e análises da relação

com soluções projetuais contemporâneas e consagradas; (v) análise dos resultados e considerações finais sobre as contribuições da pesquisa no campo de estudo.

## Resultados

Com destaca Broadbent [1976 (1974), p.300], “o progresso do futuro do *design* com ajuda do computador será mais fecundo se prestarmos mais atenção ao que o Homem pode fazer, às capacidades do computador e as possibilidades de diálogo entre eles”.

A partir do desenvolvimento do código e da tradução de princípios consagrados pela historiografia arquitetônica e urbanística presentes na obra de Alexander *et al.*, (1977), espera-se que a pesquisa seja um exemplo de união entre as tecnologias computacionais disponíveis e materiais teóricos, ampliando as investigações entre o processo de projeto tradicional e digital e destacando as fecundas possibilidades de aliar o saber tecnológico computacional com as tomadas de decisão.

Importante mencionar que o desenvolvimento do código mencionado não almeja ser suficiente e completo ao tratar da forma e vida urbana, mas um protótipo de investigação entre esses temas e o projeto paramétrico, contribuindo assim para a atualização de um saber e na geração de maior praticidade e clareza na aplicação de princípios projetuais.

## Discussão

A inserção de tecnologias computacionais emergentes pode contribuir significativamente nos processos de experimentações nos processos projetuais. No entanto, além de novas maneiras de fazer projeto, defende-se também que a tecnologia paramétrica pode contribuir na atualização de saberes consagrados, uma vez que seus princípios e diretrizes podem ser visíveis ao serem traduzidos para a linguagens como a de programação visual.

**Palavras-chave:** Forma urbana; Parametrização; *Urban design*; Christopher Alexander; Lógica paramétrica.

## Referências bibliográficas principais

ALEXANDER, Christopher. ISHIKAWA, Sara.; SILVERSTEIN, Murray. **A pattern language: Towns, buildings, construction**. New York: Oxford University Press, 1977.

BEIRÃO, José Nuno. **City Maker: designing grammars for urban design**. TU Delft, 2012.

BENTLEY, Ian. **Urban transformations: Power, people and urban design**. Routledge. (1999), 2004

DOBBINS, Michael. **Urban design and people**. John Wiley & Sons, New Jersey - EUA, 2011.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. Editora Perspectiva. São Paulo, 2013.

JACKSON, John. N. **The urban future: a choice between alternatives**. University of Birmingham, 1972.

JACOBS, Jane. **The death and life of great American cities**. New York: The Modern library, 3 ed. (1961). 1993.

KOLAREVIC, Branko. **Architecture in the Digital Age**: Design and manufacturing. London. Taylor & Francis, 2003.

OXMAN, Rivka. Theory and design in the first digital age. In: **Design studies**, v. 27, n. 3, p. 229-265, 2006.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995 [ed. orig. L'Architettura Della Città, 1966].

## CASA, CULTURA E CINEMA: UM OLHAR SOBRE A RELAÇÃO ENTRE SUJEITO E ESPAÇO HABITADO EM DIFERENTES CONTEXTOS CULTURAIS

Jessica Larissa Pessoa de Melo

jessicalpmelo@gmail.com

Lúcia Leitão

leitao.lucia@uol.com.br

A casa emerge nos primórdios das manifestações arquitetônicas da humanidade, satisfazendo não apenas uma necessidade primeira de abrigo contras as intempéries e, portanto, de sobrevivência, mas, sobretudo correspondendo a um anseio anterior de habitar. Em sua célebre conferência intitulada "*Construir, Habitar, Pensar*", Heidegger suscita, em algumas poucas palavras, reflexões e questionamentos infundáveis, como ao colocar que "Parece que só é possível habitar o que se constrói. Este, o construir, tem aquele, o habitar, como meta" (HEIDEGGER, 1954, p.1). A arquitetura enquanto tectônica exprime a materialidade das construções em seus traços e formas, função inerente do *tekton*, contido na formação da palavra. Considerada desde os primeiros momentos da antiguidade como *techné*, ou "a atividade do artesão", tal termo significaria mutuamente "a arte de fazer" e "a arte de imaginar", convergindo neste mesmo campo o fazer próprio do construtor e do filósofo. Tal constatação traz à tona a composição primeira das duas partes da palavra: *arché*, tida pelos pensadores pré-socráticos como "a origem" ou "o princípio", elemento presente em todos os momentos da humanidade. O habitar seria, portanto, para além da realização tectônica da construção, uma expressão própria da origem humana. Prossequindo, o filósofo traz para discussão o alto-alemão e a origem das palavras, onde construir, habitar e "ser" compartilham do mesmo termo (*bauen/bin*). "Eu sou", portanto, significaria ao mesmo tempo "Eu habito". A raiz do ser interligada à noção do habitar ressignifica por completo a concepção de Arquitetura.

Dito isto, não seria possível analisar os sentidos da casa e seu papel enquanto peça fundamental da existência unicamente por uma visão construtiva, desconsiderando a dimensão simbólica que a compõe. Tal busca estaria relacionada diretamente a elementos da subjetividade humana e na própria formação enquanto sujeitos, como aponta Leitão (2007) na conferência "*Entra na tua casa: anotações sobre arquitetura, espaço e subjetividade*", posteriormente transcrita na obra "*A casa nossa de cada dia*", formada por um conjunto de textos de autores de diversos campos disciplinares acerca do tema da casa. Considerando brevemente que debaixo do teto que repousa sob as paredes constitutivas da morada perpassam nascimentos, mortes, encontros e despedidas, fica evidente esta como a "unidade indissolúvel entre vida e lugar" (NORBERG-SCHULZ, 1984).

Vida e lugar, sendo o último arraigado à primeira, nele exprimem-se a identidade e as manifestações próprias da cultura, que tanto conforma quanto é conformada pelo homem. Nesse sentido, a casa também se apresenta como âncora da vida cotidiana do ser humano (PICHARDO, 2016), que tece teias de significados advindas da experiência vivida, na qual se atrela e gera em si ideias, crenças, costumes e linguagens (GEERTZ, 1989). Sendo assim, a organização social do espaço teria na casa uma expressão da sociedade que a habita, com a cultura interferindo direta ou indiretamente no modo de habitar, inclusive através dos elementos construtivos da morada, tanto em questão organizacional e funcional, quanto na materialidade própria de cada clima e região.

Em seu livro "A dimensão oculta", o antropólogo Edward T. Hall investiga a relação do homem com o espaço considerando o elemento cultural como a dimensão que dá título à obra (oculta — invisível e ativa) e que seria responsável por conferir um mundo sensorial diferente a cada realidade cultural distinta. No Capítulo 4 da obra, intitulado "A arte como chave para percepção", o autor aponta as potencialidades da utilização de algumas formas de arte, como a pintura e a literatura, como meios de apreender as expressões culturais e inquietações inerentes ao artista que as produz, "constituindo uma das muitas ricas fontes de dados sobre a percepção humana." (HALL, 1966)

Tomando estas considerações como ponto de partida, encontra-se que o Cinema enquanto Sétima Arte possui uma linguagem própria ao mesmo tempo em que apresenta um "bloco de sensações" que vão além do apreendido em um primeiro olhar na relação Imagem x Movimento (CAULA, 2004). Andre Bazin, crítico e teórico de cinema, destaca em seus escritos "O que é Cinema?", que este seria a arte da realidade espacial, registrando objetos e suas relações em uma espacialidade própria, resultado do desejo e necessidade de uma arte que duplique a realidade. Dessa forma, atuaria como um "instrumento de descoberta", podendo tal descobrimento ir *extremamente longe*. (BIETTE; BONTEMPS; COMOLLI, 1965)

Tendo em mente tal potencial de exploração que o Cinema oferece, a utilização desta arte como chave para a percepção da relação do sujeito com a casa e com a cultura se mostra possível. Nos campos da arquitetura, urbanismo e geografia, acumulam-se trabalhos que se utilizam deste para uma maior compreensão acerca do espaço e do fazer arquitetônico, assim como da cidade e sociedade que representa. Na obra "*La ville au cinema*", Thierry Pasquot e Thierry Jousse reúnem artigos que discorrem acerca da "relação centenária entre cidade e cinema", utilizada como objeto de estudo para Costa (2011), que afirma a construção de uma "necessidade real de se aprender sobre as diferentes maneiras por meio das quais a cidade, a identidade dos que a habitam e suas relações são instituídas pelo espaço fílmico." Sendo a casa elemento fundamental para o desenvolvimento simultâneo de sujeito e sociedade — estes formadores da cidade — constituiria, portanto, como parte de tal relação centenária e passível de análises através do mesmo. Para o estudo proposto, o interesse repousa na observação dos usos e formas de apropriação percebidas na casa pelos sujeitos nas narrativas selecionadas (a princípios obras de ficção que se aproximem do cinema documental), evocando a relação entre homem e espaço através da cultura.

Considerando os conceitos explicitados brevemente, a presente pesquisa propõe conectá-los em um mesmo estudo interdisciplinar, aproximando-se dos estudos desenvolvidos acerca da "Noção de Casa" pelo grupo de pesquisa Arquitetura e Subjetividade do NusArq— Núcleo de Estudos da Subjetividade na Arquitetura, liderado pela Profa. Dra. Lúcia Leitão Santos. Assim, o projeto tem como objetivo geral analisar as particularidades existentes na composição do espaço da morada em diferentes contextos culturais, através da exploração da relação do homem com a habitação por meio da análise de obras cinematográficas. Como objetivos específicos, pretende-se avaliar a relação dos indivíduos com o espaço através da identificação dos modos de morar; e investigar a "noção de casa" em diferentes culturas.

No tocante à metodologia, parte-se de uma análise qualitativa (MINAYO, 2011) com bases na ferramenta escolhida — análise fílmica. Tal procedimento seguirá as considerações feitas por Gomes (2004) em seus métodos desenvolvidos na Análise Poética. Ainda, a Análise Externa é tomada como referência, considerando os filmes como "resultado de um conjunto de relações e constrangimentos nos quais decorreu a sua

produção e realização, como sejam os seus contextos sociais, cultural, político, econômico, estético e tecnológico". Destaca-se tal escolha, uma vez que não se pretende com o trabalho realizar uma análise crítica da obra cinematográfica em si, nem uma investigação das intenções e espírito do diretor, respeitando esses últimos separados da análise pretendida. Assim, pretende-se investigar o que seria possível extrair do filme sobre a experiência humana de habitar. Dito isto, como procedimento para análise, seguir-se-á os passos de Gomes (2004) na captura de fotogramas do filme como o instrumento central de trabalho, considerando-os como suporte fundamental para a transmissão dos elementos analisados.

**Palavras-chave:** Casa; Cultura; Espaço; Cinema.

### **Referências Bibliográficas principais**

BACHELARD, Gastón. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BAZIN, Andre. **O Cinema: Ensaio**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CASSIRER, Ernst. **Antropologia filosófica: ensaio sobre o homem**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1977.

CAVALCANTE, Denise Moraes. **Imagens do cotidiano no cinema brasileiro: olhar sobre a casa**. Orientador: Denilson Lopes. 2005. Dissertação (Pós-Graduação em Comunicação Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

CIERAAD, I. (Ed.). **At home: an anthropology of domestic space**. Syracuse: Syracuse University Press, 1999.

COUTINHO, Mario Alves. **O realismo impossível: Seleção, tradução, introdução e notas**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FREITAG, M. **Dialectique et société. 1: "Introduction à une théorie générale du symbolique"; 2: "Culture, pouvoir, contrôle. Les modes formels de reproduction de la société"**. Montréal (CA): Éditions Saint-Martin, 1986.

GEERTZ, C. A. **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1989.

GOMES, Wilson. **La poética del cine y la cuestión del método en el análisis filmico**. Significa-ção, Curitiba, v.21, n.1, p.85-106, 2004.

HALL, Edward T. **A dimensão Oculta**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977. 200 p.

HEIDEGGER, Martín. **Construir, habitar, pensar**. Santiago: Universitária, 1991.

LEITÃO, L. (Org.) ; AMORIM, L. (Org.) . **A casa nossa de cada dia**. 1. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007. v. 1. 197p .

LEITÃO, L.. **Entra na tua casa: anotações sobre arquitetura, espaço e subjetividade**. In: LEITÃO, L; AMORIM, L. (Org.). **A casa nossa de cada dia**. 1ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007, v. 1, p. 47-69.

- LEITÃO, L. **Quando o ambiente é hostil** / Apresentação de Barbara Freitag. 1. ed. Recife: Editora Universitária / UFPE, 2009. v. 500.
- LEITÃO, L. **Dora, uma arquitetura para sonhar**. Arq.Urb, v. 8, p. 8-14, 2012.
- LUZ, R. **Filme e subjetividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.
- METZ, Christian. **Ensaio sobre lasignificacion em el cine**. Barcelona, Buenos Aires, México: PaidósComunicación, 1972. 131 p.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva. V.17, n.3, p. 621-626.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. **Existencia, espacio y arquitectura**. Barcelona: Editorial Blume, 1972. 134 p.
- OLIVIERI, Silvana. **Quando o cinema vira urbanismo: o documentário como ferramenta de abordagem da cidade**. Salvador: EDUFBA; PPG-AU, 2011.
- PENAFRIA, Manuela. Análise de Filmes, Conceitos e metodologia(s). **VI Congresso SOPCOM**, Lisboa, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-penafria-analise.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- PICHARDO, Miguel Juaréz. **La vivienda como representacion cultural**. **BitácoraArquitectura**. n.32, 2016.
- RAPOPORT, Amos. **Los factoressocioculturales y la forma de la casa**. In: **RAPOPORT, Amos. Vivienda y Cultura**. 1. Ed. [S. l.]: Editorial Gustavo Gili, 1972. Cap. 3, p. 65-110.
- RYKWERT, Joseph. **A Sedução do Lugar: a história e o futuro das cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ZEVI, Bruno. **Saber Ver Arquitetura**. 6a ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

**Karine Maria Gonçalves Cortez**

karinemgc@gmail.com

**Fernando Diniz Moreira**

fernando.diniz.moreira@gmail.com

**Maria Luiza Macedo Xavier de Freitas**

arquitetamalufreitas@gmail.com

O arquiteto Giacomo Palumbo (1891-1966) atuou na cidade do Recife durante toda a década de 1920 e 1930. Durante esse período, criou e produziu obras públicas e privadas seguindo o vocabulário clássico e eclético, fazendo de cada obra um exemplar que atendesse as necessidades e anseios de modernidade da época. As habilidades adquiridas na *École des Beaux-Arts* de Paris marcaram seu trabalho. Diante de toda a sua produção arquitetônica, que inclui entre elas o Grande Hotel do Recife, a Faculdade de Medicina do Recife, o Hotel Central e o Hospital do Centenário - é possível afirmar que ele foi o mais importante expoente de arquitetura no período na cidade. Mas inexiste uma análise de conjunto de sua obra e sobram lacunas e omissões na historiografia sobre sua obra e trajetória.

Alguns trabalhos de pesquisa indicam a presença de Giacomo Palumbo no Brasil (Miranda, 1981; Silva, 1987; Naslavsky, 1998; Dantas, 2003), mas abordam aspectos pontuais de sua obra, com destaque para alguns edifícios ecléticos no Recife ou para sua atuação em Natal, onde produziu o Plano Geral de Sistematização de Natal, o “Plano Palumbo”. Tal fato aponta para a necessidade de mapear sua atuação no Recife, a cidade que sediou maior parte de sua produção, revelando a importância de sua obra, que ainda não foi devidamente estudada. Por esse olhar, devemos a Miranda (1981) à primeira tentativa biográfica de Palumbo, indicando sua chegada à cidade do Recife em 1918. Essas informações acabam por adentrar no universo dos autores Silva e Dantas.

Além do Palácio da Justiça, em 1987, Geraldo Gomes da Silva apresentou duas outras obras de Palumbo: a residência situada na Avenida Rosa e Silva, concluída em 1934 e a Escola de Medicina, no bairro do Derby de 1927. Ele classificou a residência no estilo neorromânico e a Escola com filiações “missão espanhola”. No entanto, em contradição aos argumentos da época de que o edifício se tratava de um representante do movimento neocolonial, e ao atribuir que a Escola foi construída na década de 30 se aproximando temporalmente da construção da casa na Avenida Rosa e Silva, ele revela que muitos edifícios aos quais se atribuem o estilo neocolonial, poderiam na verdade estar filiados ao estilo “missão espanhola”, sendo este nada mais do que um ramo do ecletismo. Outro ponto levantado por Silva é a versatilidade do arquiteto, que nas obras mencionadas, foi responsável pela utilização de um vocabulário formal diverso, se utilizando de pelo menos “três estilos” distintos.

Naslavsky (1998) apontou, em sua dissertação de mestrado, a relação profissional entre Heitor Maia Filho e Giacomo Palumbo. Impossibilitado de concluir sua formação em arquitetura em Recife, já que não existiam escolas de arquitetura, Maia foi convidado por Palumbo para tornar-se sócio no escritório “Maia e Palumbo”. Naslavsky atribuiu ainda o rigor clássico das composições e diretrizes para os traçados planimétricos utilizado por Heitor aos ensinamentos de seu mestre Giacomo. A autora apresenta e introduz uma análise de algumas obras do arquiteto, as mesmas indicadas por Silva, mas acrescenta o

Grupo Escolar Cleto Campello (sem data em planta, mas atribuída por ela uma data aproximada entre 1933 e 1934).

George Dantas, em sua dissertação, sobre as transformações urbanas em Natal nos anos 1920, afirma que o Plano Geral de Sistematização de Natal, concebido em 1929 por Palumbo, foi de grande importância para o crescimento futuro daquela cidade. Dentre os documentos apresentados estão o contrato entre a prefeitura de Natal e o arquiteto e uma entrevista (até o devido momento a única encontrada) concedida pelo arquiteto a Revista *A República* em 1929.

O período escolhido para a pesquisa limitou-se de 1919 até 1939, momento em que o arquiteto teve a cidade do Recife como palco das suas atividades. Dentro deste período, diversos projetos foram executados pelo profissional, coincidindo com as expansões e melhoramentos ocorridos nas diversas áreas da cidade, especialmente nas áreas centrais, local de maior atuação do arquiteto em estudo. Após um levantamento de suas obras, serão selecionados os principais edifícios para uma análise individual e geral, com o intuito de estudar o panorama arquitetônico e os agentes envolvidos na produção de cada obra. Para isso a pesquisa será baseada em visitas in loco, em bibliografias, iconografias e em documentos que levem a uma melhor análise. O conjunto de sua obra permitirá compreender as diretrizes arquitetônicas que o arquiteto valorizava, influenciado pela sua formação acadêmica francesa.

O trabalho tem, portanto, como objetivo geral analisar e construir uma narrativa sobre a obra e trajetória do arquiteto Giacomo Palumbo, situando-o na historiografia, na arquitetura e na cidade do Recife. Como objetivos específicos: (1) compreender a dimensão pública de suas obras, a partir do processo de modernização da cidade nos anos de 1920 e a relação com seus principais clientes (públicos e privados); (2) entender as particularidades da arquitetura de Palumbo, levando em consideração a sua formação clássica na *Beaux-Arts* de Paris e as diferentes correntes estilísticas aplicadas em seus edifícios (ecletica, neocolonial ou art déco); (3) analisar as adaptações feitas por Palumbo em seus projetos quanto aos materiais e técnicas diversas da Europa, levando em consideração as políticas de salubridade e higiene, as novas exigências programáticas e adequação do projeto ao clima. No que tange à metodologia do trabalho, esta é uma pesquisa principalmente documental e bibliográfica, priorizando revistas, documentos e iconografia de acervos públicos e privados.

Para compreender o cenário de atuação do arquiteto, as principais interpretações da historiografia da arquitetura sobre o sistema *Beaux-Arts*, no qual Palumbo se formou e o vocabulário formal da arquitetura brasileira das primeiras décadas do século XX, buscou-se entrelaçar a história da arquitetura com os aspectos socioeconômicos, políticos e culturais da cidade do Recife, analisando a produção arquitetônica sob vários ângulos, que podem ou não se relacionar, no entanto quando juntos constroem uma leitura mais complexa do objeto de estudo.

As primeiras décadas do século XX, em especial a década de 1920 é apontada tanto do ponto de vista local, como externo como um período de grandes rupturas. Diversas reformas eram postas em práticas, em especial na urbe, modificando as feições da antiga cidade colonial. Em resposta a esses novos desafios, os arquitetos *Beaux-Arts* buscaram serem capazes de propor uma visão de cidade comprometida com as mudanças e em busca das ideias de modernidade. De acordo com Rezende (1992) são as cidades os grandes cenários de modernidade, a qual gera deslumbramento e espanto, medos e desejos. Quanto ao sistema *Beaux-Arts*, gradualmente incorporou as novas estéticas do final do século XIX e início do século XX. Nesse cenário, a arquitetura eclética aparece

como “um sistema diferenciado de valores e práticas, em que se destacavam vários aspectos importantes, entre eles, as preocupações técnicas e funcionais, tais como circulação, higiene e conforto” (PEREIRA, 2009, p. 74).

Como legítimo representante da tradição clássica francesa, Palumbo empregou composições arquitetônicas *Beaux-Arts*, com sua coerência e seus eixos, em seus edifícios, acredita-se que ele também tinha uma visão de cidade. No Recife, ele não teve a oportunidade de fazer um projeto de uma cidade ou um bairro inteiro, mas seus edifícios espalhados pelo centro e, principalmente, pelos subúrbios buscaram fornecer uma imagem de cidade estável e coerente, livre de contradições e desordem. Ele procurou trazer unidade e coerência para a cidade, por meio da arquitetura que tinha como base um estilo classicizante que se adaptava às diferentes demandas. Sua obra representa um longo conflito entre a dimensão artística e cultural (beleza, permanência, representação) e particularidades locais (clima, cultura), além das forças modernas que começavam a despontar no Recife. Esforçou-se também para conciliar o sistema construtivo moderno e racional com a sua visão artística e pessoal de arquiteto baseada na sua cultura, valores, e experiência histórica com as demandas práticas, técnicas e simbólicas de uma sociedade em transformação.

Uma pesquisa dessa natureza, a ausência de documentos e a dificuldade de acesso a muitos arquivos podem impedir de identificar todas as obras e a atuação do arquiteto. Da mesma forma que ausência de conhecimento de algumas obras pode ter levado ao esquecimento historiográfico e a falta de preservação de alguns imóveis. A atuação e obra do arquiteto foram reconhecidas por alguns pesquisadores, como mostrado anteriormente, e acreditasse que a trajetória de Palumbo pode contribuir para a leitura de um campo singular e de muito interesse, na medida em que a produção arquitetônica do período e atividade profissional é debatida, bem como pelo entendimento da arquitetura em sua relação com a cidade.

**Palavras-chave:** Giacomo Palumbo; Arquitetura; Historiografia; Modernidade; Recife.

### **Referências bibliográficas principais**

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e Regionalismo: os anos 20 em Pernambuco.** 2ª ed. Recife/João Pessoa: Editora Universitária/UFPE/Editoria Universitária/UFPB, 1996.

AMARAL, A. (Org.). **Arquitetura neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos.** São Paulo. Memorial Fondo de Cultura Económica, 1994.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil.** Trad. Ana M. Goldberger. São Paulo: Perspectiva, 1981.

COLQUHOUN, Alan. **Modernidade e tradição clássica: ensaio sobre arquitetura 1900-1987.** Trad. Brito, C. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

CHAFEE, Richard. The teaching of architecture at the École des Beaux-Arts. In: DREXLER, Arthur. **The Architecture of the École des Beaux-Arts.** Londres: Secker & Warburg, 1977. Pág. 61-111.

DANTAS, George Alexandre Ferreira. **Linhas convulsas e tortuosas retificações: transformações urbanas em Natal nos anos 1920.** 2003. Dissertação (Mestrado em

Tecnologia do Ambiente Construído) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.

DANTAS, George. A.; DANTAS, Ana Caroline; FERREIRA, Ângela Lucia. "Ecletismo e Modernidade em Giacomo Palumbo - arquitetura e urbanismo nos anos 1920 e 1930". In: FERREIRA, Ângela Lucia; DANTAS, George. A. (Org.). **Surge et Ambula: A construção de uma cidade moderna Natal, 1890-1940**. Natal-RN: EDUFRN, 2006, p. 199-214.

DREXLER, Arthur. **The Architecture of the École des Beaux-Arts**. New York: MOMA, 1977.

EGBERT, Donald Drew. **The Beaux-Arts Tradition in French Architecture, illustrated by the Grand Prix de Rome**. New York: Princeton Architectural Press, 1980.

FREITAS, Maria Luiza de. **Modernidade concreta: as grandes construtoras e o concreto armado no Brasil, 1920 a 1940**. 2011. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MALLGRAVE, Harry Francis. **Architetur Theory, volume 1: a antology from Vitruvius to 1870**. 1ª Ed. Blackwell Publishing. 2006.

MELLO, Joana. **Ricardo Severo: Da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira**. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2007.

MIRANDA, João Maurício Fernandes. **380 anos de história fotográfica da cidade de Natal 1599-1979**. Natal: Universitária: Prefeitura Municipal de Natal, 1981.

MOREIRA, Fernando Diniz. **A Construção de uma cidade moderna, Recife, 1909-1926**. (Dissertação de Mestrado), Recife: MDU-UFPE, 1994.

MOREIRA, Fernando Diniz; SARAIVA, Kate Vivianne Alcântara. "Dos Subúrbios Coloridos aos Horizontes Molhados": A Expansão Urbana do Recife nos anos 1920. In **Anais do XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: a cidade, o urbano o humano**, Rio de Janeiro, 2018.

NASLAVSKY, Guilah; LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Modernidade arquitetônica no Recife: arte, técnica e arquitetura de 1920 a 1950**. 1998. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PATETA, Luciano. Considerações sobre o Ecletismo na Europa. In: Fabris, Annateresa (org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo: 1987, p. 8-27.

PEREIRA, Sônia Gomes. O ensino acadêmico e a teoria da arquitetura no século XIX. In: SANTOS DE OLIVEIRA, Beatriz; LASSANCE, Guilherme; ROCHA-PEIXOTO, Gustavo; BRONSTEIN, Lais (Orgs.) **Leituras em teoria da arquitetura. Conceitos**. Coleção PROARQ, volume 1. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2009. p. 72-91.

REZENDE, Antônio Paulo Moraes. **(Des)encantos Modernos: Histórias da cidade do Recife na Década de Vinte**. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p. 30. São Paulo, 1992.

SILVA, Geraldo Gomes da. Arquitetura eclética em Pernambuco. In: Fabris, Annateresa (org.). **Ecletismo na Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo: 1987.

SOUZA BARROS. **A década 20 em Pernambuco**: uma interpretação. Recife: Fundação de Cultura da Cidade, 1985.

VAN ZANTEN, David. "Architectural Composition at the École des Beaux-Arts from Charles Perciarto Charles Garnier" in **The Architecture of the École**, ed. Arthur Drexler, New York: MoMA, 1977.

## O PAPEL DO URBANISMO TÁTICO NA PAISAGEM URBANA: ANÁLISE DE DOIS PROJETOS AS MARGENS DO RIO CAPIBARIBE NO RECIFE

**Larissa Garrido Bezerra de Melo**  
larissagarridobmelo@gmail.com  
**Zeca Brandão**  
zeca.brandao@gmail.com

O trabalho de dissertação busca expor a importância do Urbanismo Tático na construção da paisagem urbana. Dessa forma, será explicado o que é esse tipo de abordagem urbana e em quais ocasiões ela poderia acontecer e modificar positivamente a paisagem. O urbanismo tático é um método de intervenção que surgiu há alguns anos nos Estados Unidos e já possui visibilidade em outros países. Embora tenha um caráter objetivo, também tem influência do *placemaking* e dialoga com conceitos de identidade, pertencimento e apropriação. O grande objetivo do urbanismo tático é viabilizar e facilitar, através de ações curtas e acessíveis, mudanças a longo prazo nas cidades, sobretudo nos espaços públicos. Através dessas ações, a paisagem urbana torna-se mais coletiva e maleável, já que é fruto de pessoas, seres que estão em eterna transformação e evolução.

Assim como as poesias, as cidades são repletas de significados. Esses, por sua vez, surgem a partir das relações e intervenções das pessoas no seu espaço urbano. É possível enxergar a cidade como um livro de poesias que estão transmitindo diversas mensagens acerca do ambiente em que se vive. Esse livro não tem, contudo, um fim. Cada indivíduo é responsável por fazer sua leitura e deixar sua escrita no momento presente em que vive, para que depois seja reinterpretada e desenvolvida por gerações futuras. "A paisagem é um texto. Um texto em contínua evolução" (DI MAIO, BERENGO; 2012, p.3)

O que estariam então dizendo as paisagens urbanas? A cidade se comunica de diversas formas, através dos seus mais variados elementos. Lançado esse questionamento, pode ser mais comum pensar nos espaços edificados da cidade e no que eles têm a expressar. Porém os espaços vazios também são fundamentais nessa comunicação entre cidadão e paisagem. Tanto espaços vazios bem utilizados, quanto espaços ociosos que necessitam de uma escrita reparadora.

Muitos dos grandes problemas urbanos ocorrem por falta de continuidade. O vazio de uma região sem atividade ou sem moradia pode se somar ao vazio dos terrenos baldios. Preenchê-los seria uma boa acupuntura. (LERNER, 2003, p.39-40)

Um terreno, quando vazio, tem que ser preenchido imediatamente, de preferência com alguma atividade de animação. Defendo até a possibilidade de se instalarem estruturas provisórias para consolidar algumas atividades até que surjam novos projetos. (LERNER, 2003, p. 40)

Nesse trecho de *Acupuntura Urbana*, Lerner defende intervenções rápidas e urgentes nos espaços ociosos das cidades. Princípios como esses, já defendido pelo arquiteto urbanista antes, seriam muito importantes no futuro para a corrente do Urbanismo Tático.

Nesse contexto, o Urbanismo Tático pode exercer um papel muito forte na concepção ou requalificação da paisagem. Espaços subutilizados que configuram-se muitas vezes como uma ameaça na cidade podem revelar seu potencial através de intervenções táticas. Por isso é importante entender o conceito desse método na concepção

da paisagem, assim como se deu seu surgimento e quais são os resultados na esfera urbana.

O urbanismo tático é uma abordagem urbana que busca gerar espaços públicos de qualidade através de ações curtas e de baixo orçamento. "(1): of or relating to small-scale actions serving a large purpose (2): adroit in planning or maneuvering to accomplish a purpose." (LYDON, TONY; 2015, p. 3)

Esse tipo de tática é executada em um período curto de tempo e pré-determinado quando ações temporárias são realizadas visando uma intervenção de caráter permanente. Esse processo é realizado através da articulação de diversos atores, podendo ser eles os cidadãos, arquitetos urbanistas, o poder público, a iniciativa privada, associações e ONGs. Uma das grandes contribuições que essa abordagem traz é a participação popular, baseado em uma dinâmica de experiência e escuta no momento em que ocorrem as ações nos espaços da cidade. (LYDON, TONY; 2015, p. 3)

O urbanismo tático pode criar novos espaços públicos ou requalificar espaços existentes. Podem ser ações desenvolvidas por alguns agentes urbanas, podendo um deles ser até mesmo o poder público. Existem intervenções variam em escala e número de agentes envolvidos. Por isso, é importante entender que muitas vezes um mesmo tipo de intervenção pode ser algo mais ou menos impactante, dependendo do tipo de suporte e alcance que ela tiver. Tanto ações informais como ações legais podem ser consideradas de urbanismo tático, isso dependerá da intenção e da capacidade de transformação dessa intervenção. Ou seja, desde que tenha como propósito promover mudanças a longo prazo com ações de baixo custo em um curto período de tempo, envolvendo a população, essa intervenção será entendida como urbanismo tático. (LYDON, TONY; 2015)

O sociólogo urbano William Whyte descreve que o urbanismo tático se aplica a uma série de espaços que ainda não foram explorados pela imaginação. Dessa forma, áreas como terrenos baldio, fachadas de lojas inativas, ruas largas em excesso, túneis expressos, pisos de estacionamentos e outros espaços públicos subutilizados apresentam grande potencial para futuros projetos de urbanismo tático. Esse tipo de espaço se tornou alvo de ativistas urbanos, artistas, empreendedores e líderes governamentais com uma mente mais aberta. Esses agentes têm visto a cidade como um laboratório para testar ideias em tempo real, o que impulsionou, em vários espaços abertos da cidade, o surgimento de food trucks, lojas pop-up, mercados de container, "explosão" de cadeiras (chair bombing), faixas de ciclovias DIY, jardins de guerrilha, entre outros. Esses tipos de intervenções não são pautadas ou antecedidas por um plano urbano articulado por meses e belas imagens renderizadas. São intervenções realizadas através de experiências atreladas a criatividade visando um futuro diferente e mais integrado para as cidades. O arquiteto urbanista não é isento do seu papel, mas trabalham de forma mais tática e articulada com outros atores urbanos. (LYDON, TONY; 2015)

Por ser um método de intervenção que chama atenção e gera impactos, o urbanismo tático se espalhou por outros países no mundo. Recife é uma cidade brasileira que possui alguns casos de urbanismo tático, embora muitas vezes eles possam estar sendo concebidos de forma inconsciente. Essas intervenções são muito positivas para a cidade, e por isso serão exploradas aqui duas delas que ocorreram nas margens do Rio Capibaribe. É importante examinar esses exemplos a fim de reafirmar a importância do urbanismo tático na construção da paisagem. (LYDON, TONY; 2015)

Diante dessa perspectiva, os projetos analisados serão o Projeto Capibaribe, do INCITI, e o Jardim Secreto do Poço, feito a princípio através da mobilização dos próprios

moradores do local, e em seguida, reconhecido pela Prefeitura como espaço público, que em parceria com a Concrepox fez um transplante urbano no local. Foram escolhidas intervenções que se relacionam com o Rio Capibaribe com o intuito de chamar atenção para a relação da cidade com seus elementos naturais. O urbanismo tático aplicado a margem de um rio tão importante para a cidade expõe mais que a importância do urbanismo tático no contexto urbano, mas como ele pode contribuir na construção de uma boa relação com os recursos naturais da paisagem. Afinal, o urbanismo tático é mais que ocupar espaços públicos e realizar intervenções, é antes disso um processo que ocorre de fora para dentro de cada cidadão.

O trabalho será embasado em uma pesquisa bibliográfica sobre a conceituação da paisagem, assim como os problemas que esta enfrenta em seus espaços mal consolidados. O urbanismo tático será entendido através do livro norte-americano *Tactical Urbanism*, primeira bibliografia sobre o tema escrita em 2015. Para analisar os estudos de caso, serão aplicadas entrevistas com os principais agentes urbanos envolvidos nas intervenções e também uma pesquisa etnográfica no local. Por fim, com base em todo o material estudado e coletado ao longo do trabalho, será elaborada uma cartilha que mostra de uma forma clara e objetivo o que é verdade e o que é mito sobre o urbanismo tático no Brasil, a fim de tornar esse tema mais conhecido e possivelmente mais utilizado na esfera brasileira.

**Palavras-chave:** Urbanismo tático; Paisagem urbana; Espaço público, Construção/concepção; Rio; Recife; Agentes urbanos.

### **Referências bibliográficas principais**

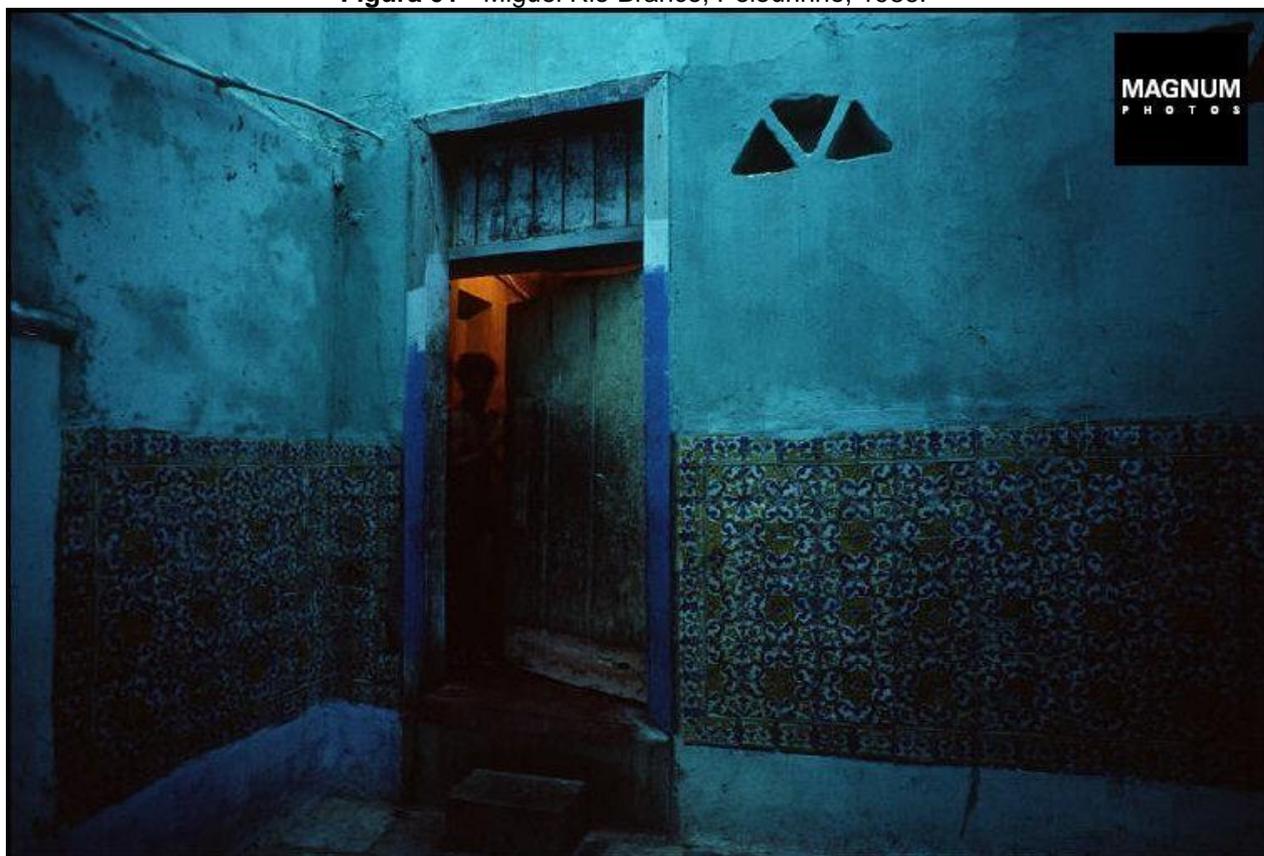
CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 1º ed. 152 p. Tradução: Diogo Mainardi.

DI MAIO, Sara; BERENGO, Cecilia. **Nós somos a paisagem**. São Paulo: MAPa, 2012. Tradução adaptada

LERNER, Jaime. **Acupuntura Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003. 137 p.

LYDON, Mike; Garcia, Tony. **Tactical Urbanism: Short-term action for Long-term Change**. Washington: Island Press, 2015. 230 p

Figura 01 - Miguel Rio Branco, Pelourinho, 1986.



Fonte: <https://pro.magnumphotos.com/Asset/-2S5RYDI1Z9C8.html>.  
Acesso em 10 de junho de 2017

Na fotografia acima a textura das paredes diz-me que o ambiente é abafado, de ar denso, e cheira a mofo e umidade. O azul predominante sugere que ali é um ambiente gélido (não em temperatura, mas em vida), e contrasta com o quarto seguinte, que emana calor da luz alaranjada. Luz, tão pequena em relação ao quadro todo, mas pontual, que sugou meu olhar e fez ver o homem, que me olha de volta. Os azulejos são frios e de textura ondulada, rugosa, imperfeita. Sei disso porque já toquei azulejos parecidos com esses. Para mim, esse é um detalhe que me entristece, não sei exatamente o porquê.

Coloco-me na cena, no lugar do fotógrafo. Creio que a leve angulação, em perspectiva, faz-me tomar esse lugar. Imagino que a pessoa (o fotógrafo, ou eu, que agora ocupo seu lugar), enquanto esperava que a porta fosse aberta, podia ouvir, pelas aberturas na parede, o barulho de pessoas conversando lá dentro. Alguém veio atender à porta, que

rangeu ao ser aberta, e depois deixou o som das conversas, assim como uma baforada quente, inundar o ambiente frio.

Trata-se da fotografia do artista brasileiro Miguel Rio Branco, que retratou a comunidade do Maciel, no Pelourinho, na Bahia, nas décadas de 1970-80. Refletindo sobre essa imagem que muito me afeta, escrevi minha percepção sobre ela.

Ao observarmos uma fotografia, além do conteúdo figurativo, das figuras que aquela imagem representa, existe também o conteúdo plástico, as cores, as texturas, o enquadramento, a composição os ângulos e pontos de vista, diversos aspectos que são as linguagens de expressão da fotografia (JOLY, 2007). É por esses meios que uma fotografia fala, que apresenta a visão de mundo do seu autor, o fotógrafo.

Quanto ao conteúdo figurativo das imagens, podemos compreendê-lo a partir do *Studium* e do *Punctum* apontados por Roland Barthes em *A Câmara Clara* (1984). Ao analisar fotografias, Barthes aponta a presença de dois elementos: o *studium* e o *punctum*. O *studium* é responsável por todas as informações que identificamos na imagem, as quais compreendemos de acordo com a nossa perspectiva cultural. É o que nos faz situar quanto ao lugar e ao tempo. Já o *punctum* é um ponto na fotografia, um ponto que atinge o leitor. E para perceber, ou sentir, o *punctum*, não é preciso acessar uma bagagem cultura. Ele é aquilo que o toca individualmente e que acrescenta um valor especial à foto. É completamente pessoal, subjetivo e relacionado ao afeto.

A partir desses entendimentos, questiona-se se a fotografia de Miguel de Rio Branco - através das suas qualidades figurativas e plásticas - poderia sugerir também qualidades atmosféricas daquele espaço. Assim como a escultura, a música, o cinema, ou a pintura, a partir de sua iluminação e de suas cores, segundo Pallasmaa (2014), podem sugerir atmosferas, poderia a fotografia também expressá-las através de suas qualidades próprias? É possível perceber atreladas à imagem características sensoriais e emocionais relacionadas ao espaço?

De maneira alguma pretende-se dizer que essas fotografias podem expressar verdadeiramente o que são esses lugares e suas atmosferas. Para compreender a essência dos lugares é preciso mesmo vivenciá-los, experienciá-los, colocar-se presente como corpo sensível a esses espaços.

Segundo o professor Thibaud (2019), vivemos atualmente uma crise da sensibilidade. A contemporaneidade nos fez perder essa sensibilidade, a nossa capacidade de percepção está desestabilizada e necessita ser revista e melhorada. Por isso é tão importante *ressensibilizar-se*, querer novamente ser *afetável*. Ainda, para BRITTO LEITE (2007), a educação do arquiteto fundamenta-se na integração de diversos saberes: técnicos, artísticos, humanísticos, mas a sensibilidade é imprescindível para sua formação.

São várias as maneiras de pensar e investigar o espaço, porém aqui foi decidido por um caminho para compreensão do espaço que parte da experiência humana e da percepção sensível. Assim, buscou-se referências nos estudos da Fenomenologia na Arquitetura, que lançam um olhar distinto à prática arquitetônica, enfatizando as experiências dos indivíduos, explorando as sensações e os sentimentos que os espaços geram no ser humano e seu corpo.

Encontra-se em Norberg-Schulz (1980) diversas reflexões acerca do “espaço existencial”, ou seja, que abrange as relações básicas entre o homem e seu ambiente. O arquiteto coloca que “lugares são os espaços onde a vida ocorre.” (p.5. Grifo do autor.), e

diferencia assim espaço de lugar, onde espaço aparece como uma localização, uma organização de elementos que conformam, ou não, um lugar. Ainda em Norberg-Schulz (1980) pode-se compreender que o autor percebe o caráter, ou atmosfera, como partes essenciais para compreender os lugares e seus *genius loci*.

Para o filósofo Gernot Böhme, “atmosfera é o espaço de presença física consciente em que indivíduo entra ou se encontra.” (BÖHME, 2013. Tradução livre). Trata-se de uma experiência de sensação física consciente, que é diferente do espaço corporal físico. Nesse conceito há um enfoque na experiência do sentir, na percepção do espaço a partir da experiência do corpo. As atmosferas aparecem então como operadoras da sensibilidade, por isso nessa pesquisa a compreensão do espaço é abordada a partir das atmosferas.

Aqui pensa-se na fotografia atrelada à experiência, em especial ao caminhar. Claudia Elias (2016) fala do fotógrafo como um *flâneur*, um navegador no mundo, um nômade, “que ziguezagueia sobre o real colhendo seus fragmentos, nos apresenta, não um reflexo do mundo, mas o mundo em si, visto através de seu olhar caleidoscópico. O fotógrafo é assim um pequeno colecionador” (ELIAS, 2016, p.120). E em seu caminho o fotógrafo atenta e registra as suas próprias percepções. O caminhar apresenta-se assim como chave de leitura das atmosferas dos lugares, e o caminhar fotográfico como forma de acessar essas atmosferas, registrar, comunicar e, possivelmente, a partir delas, projetar

Na atual pesquisa objetiva-se investigar as possíveis contribuições da experiência do caminhar fotográfico no processo de apreensão, registro e tradução das qualidades atmosféricas dos lugares, com vistas ao desenvolvimento de um guia auxiliar para a prática do caminhar fotográfico sensível como uma ferramenta de apoio para pensar e projetar o espaço.

Parte-se então de uma revisão bibliográfica acerca de três principais categorias, as atmosferas (e as qualidades atmosféricas), o caminhar e a fotografia atrelada ao caminhar. Primeiro procura-se conceituar o termo atmosferas e distingui-lo de outros semelhantes, a partir de autores como Böhme, Pallasmaa e Zumthor. Torna-se importante também investigar maneiras de acessar e experienciar as atmosferas, para isso parte-se das *travessias* de Augoyard (2019). A partir das atmosferas pretende-se ainda explicar o que se entende por qualidades atmosféricas, usando para isso os *elementos geradores de atmosfera* presentes em Böhme e Zumthor.

Acerca do caminhar, identifica-se o parar como parte fundamental do processo de compreensão dos lugares e do registro fotográfico, pois o parar permite as reflexões sobre o percurso e os encontros com o Outro. Desse modo, uma revisão de Careri (2017) fez-se necessária. E ainda as dinâmicas processuais das errâncias (desorientação, lentidão e incorporação) apontadas por Paola Berenstein Jacques (2012) serão guias para as experiências a serem realizadas.

Investiga-se o caminhar fotográfico a partir da reflexão sobre a produção fotográfica de diversos fotógrafos e arquitetos caminhantes como Eugène Atget, Berenice Abbott, Vivian Maier, Luigi Ghirri, Edwin Smith e Cristiano Mascaro. Buscando observar essas imagens a partir da questão do que esse caminhar permite, o que ele traz de precioso a essas fotografias?

A seguir, será realizada uma pesquisa fenomenológica de aproximação do bairro da Encruzilhada (Recife-PE) a partir de caminhadas fotográficas, em que se pretende investigar de que maneiras o caminhar (e o parar) sensível contribui na apreensão de

atmosferas, buscando entender de que forma os resultados dessa experiência podem ser traduzidos, refletir que contribuições podem trazer para o arquiteto urbanista.

Por fim, objetiva-se construir um guia para o caminhar fotográfico sensível a partir da experiência a ser realizada. Imagina-se que a construção de um guia para a prática do caminhar fotográfico poderá constituir uma ferramenta de percepção do espaço sensível, contribuindo assim para estudos de apreensão dos lugares e processos de intervenção urbana. Acredita-se ainda que essa ferramenta estimula possibilidades de despertar novamente o sentir, desencadeando a sensibilidade do arquiteto e urbanista diante de uma sociedade que encontra-se em um momento de crise.

**Palavras-chave:** Lugar; Atmosfera; Apreensão do espaço; Fotografia; Caminhadas.

### **Referências bibliográficas principais**

AUGOYARD, Jean-François. **Congresso Ressensibilizando Cidades:** ambiências urbanas e sentidos. LASC/PROARQ/UFRJ. Conferência realizada em outubro de 2019. Rio de Janeiro, BRASIL, 2019.

BARTHES, Roland. **A câmara clara:** nota sobre a fotografia. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BÖHME, Gernot. **Atmosphere as mindful physical presence in space.** OASE91: Building atmosphere, 2013, 21-31.

BRITTO LEITE, M. J. **Formar não é informar.** Um percurso sensível na formação do arquiteto. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, FAUUSP, São Paulo, 2007.

CARERI, Francesco. **Caminhar e parar.** Tradução de Aurora Fornoni Bernardini. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

DUBOIS, Philippe. **O Ato Fotográfico e outros ensaios.** 14ª ed. Campinas, SP: Editora Papyrus, 2012.

ELIAS, Claudia Dias. Um olhar caleidoscópico sobre a cidade: o fotógrafo como um bricoleur. In: **Museografia e Arquitetura de Museus:** Fotografia e Memória. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes.** SciELO-EDUFBA, 2012.

JOLY, Martine. **Introdução à Análise da Imagem.** Lisboa, Portugal: EDIÇÕES 70, LDA., 2007. (Título original: Introduction à l'analyse de l'image. Éditions Nathan, Paris, 1994).

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci:** Towards A. Phenomenology. Genius loci towards a phenomenology of architecture. Rizzoli, New York, 1980.

PALLASMAA, Juhani. **Space, place and atmosphere:** Emotion and peripheral perception in architectural experience. In: Aesthetics and Philosophy of Experience 4. Lebenswelt, 2014. p. 230–245.

THIBAUD, Jean-Paul. **Congresso Ressensibilizando Cidades:** ambiências urbanas e sentidos. LASC/PROARQ/UFRJ. Conferência realizada em outubro de 2019. Rio de Janeiro, BRASIL, 2019.

\_\_\_\_\_. **A cidade através dos sentidos.** Cadernos PROARQ, v. 18, p. 1-16, 2012.

ZUMTHOR, Peter. **Atmosferas:** entornos arquitectónicos. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2006

## A ADEQUAÇÃO DE EDIFÍCIOS UNIVERSITÁRIOS ÀS NOVAS DEMANDAS ATRAVÉS DA CONSERVAÇÃO DE SEUS ESPAÇOS ARQUITETÔNICOS

**Natália Piason Araújo**  
nataliapiason@hotmail.com

**Luiz Amorim**  
amorim.l@gmail.com

**Natália Vieira-de-Araújo**  
Vieira.m.natalia@gmail.com

O pensamento mais comum à maioria das pessoas, quando se fala em arquitetura, é remeter esta, instintivamente a questões relativas à estilo. Muitos leigos pensam que ela é responsável somente por adicionar a camada de beleza e arte ao edifício, independente do seu porte funcional.

Essa associação feita com seu âmbito escultural também é feita no âmbito acadêmico, principalmente pelo fato das disciplinas de historiografia terem como um dos escopos principais de estudo a análise dos estilos e sua estética ao longo do tempo. Isso fica claro pela quantidade de vezes que termos como 'plástica' e 'estética' são usados nos textos referentes ao assunto. Porém, apesar dos elementos estéticos fazerem parte do todo que compõe a arquitetura, eles não são próprios da mesma enquanto arte, mas sim dos âmbitos artísticos da escultura e da pintura.

Como diz Bruno Zevi (1996), essas associações feitas da arquitetura com valores próprios de outras artes é simplesmente um erro de postura filosófica, uma vez que os críticos a analisam e estudam sem considerar sua matéria própria, que é o espaço.

Apesar de o espaço ser vivenciado, o mesmo não é percebido como uma coisa física, independente e única, mas sempre associado a outras ações ou percepções relacionadas ao corpo. Por exemplo, é comum, quando se refere a espaço, identificar expressões como 'o uso do espaço', 'a percepção do espaço', 'a produção do espaço', entre outras, sempre o relacionando ao homem e suas ações. Isso acontece, principalmente, pelo fato de que o modo como o espaço é usado pelo homem se dá a partir das suas capacidades mentais de apreender e organizar o espaço, e com isso construir suas relações sociais nesse meio, sempre o associando a si e a sua interação com o outro.

Nesse sentido, entende-se que o nível da estética no campo da arquitetura faz parte do todo que a compõe, mas, na realidade, o nível do espaço é o que provoca efeitos mais impactantes na vida dos usuários. Ao dar forma ao mundo material, a arquitetura estrutura o sistema espacial no qual vivemos e nos movemos, criando assim uma relação direta com a vida social e suas relações estabelecidas, uma vez que fornece o meio para que ocorram encontros e desencontros entre as pessoas, se tornando assim um ente gerador dessas relações sociais (HILLIER; HANSON, 1984).

Espaço e sociedade, nessa perspectiva, são dois conceitos intrinsecamente ligados, quando se concebe que um precisa do outro para existir. O espaço, - entendido aqui como matéria específica da arquitetura, produzida pelo e para o homem – a partir do seu ordenamento e junção de partes que constituem o edifício e a cidade, deve desempenhar uma função social para que atenda às demandas impostas à sua construção. A função social de um edifício consiste nas atividades desenvolvidas pelos indivíduos usuários deste em seu corpo espacial, os quais servem de suporte à movimentação e criação de relações das sociedades, internalizando esses padrões de movimento e permitindo assim que essas

últimas sejam entendidas como tal, a partir da identidade que esses padrões lhe conferem com o tempo.

Essa relação entre espaço e sociedade é melhor entendida e explanada pela teoria da lógica social do espaço de Bill Hillier e Julienne Hanson (1984), os quais afirmam que tanto o espaço possui uma lógica social, quanto as sociedades possuem uma lógica espacial. De acordo com a teoria, as sociedades se relacionam com o espaço de duas formas: primeiramente, organizando as pessoas no espaço, colocando-as em relação umas com as outras, gerando assim padrões de movimentos e encontros, conforme os diferentes grupos e seus costumes; e segundo, pelo arranjo do próprio espaço, através das edificações, caminhos, barreiras e permeabilidades que conformam o meio espacial onde esses padrões ocorrem e são gradativamente internalizados. Em ambos os casos, as sociedades geram uma ordem espacial que pode ser reconhecida, a qual torna-se, assim, com o tempo, parte de sua identidade (HILLIER; HANSON, 1984).

Os edifícios que compõem uma cidade são pensados, concebidos e construídos com o intuito de atender a determinadas necessidades sociais, por essa última impostas. Ou seja, esses edifícios têm impressos em suas organizações espaciais os anseios, as crenças, os hábitos e costumes que se traduzem nas funções desempenhadas nesses meios, os quais servem como palco e suporte para o desenvolvimento das mesmas.

Com o passar do tempo, porém, novas formas de pensar, de se comportar e de agir surgem, as quais demandam novos tipos de configurações espaciais para que possam ser plenamente desenvolvidas enquanto ação humana. Com isso, os edifícios tornam-se obsoletos, no sentido de que passam a não mais atender completamente as necessidades sociais antes mencionadas.

Para evitar que isso aconteça, adaptações são realizadas a partir de intervenções em seus espaços internos, para que os mesmos possam continuar sendo utilizados. No entanto, como consequência dessas intervenções, novas barreiras (como paredes e divisórias por exemplo) e permeabilidades (como portas e janelas) são criadas, alterando assim a configuração espacial original do edifício, fazendo com que sua lógica social primária se perca, muitas vezes para sempre.

A primeira vez que o espaço da arquitetura foi referido como objeto de interesse de conservação foi nos trabalhos desenvolvidos pelo LA2, pelos professores Luiz Amorim e Claudia Loureiro em 2005. O argumento central desses autores é o de que o espaço em si cria a rede de co-presença e co-ciência que possibilita as interações sociais entre seus usuários e, a partir disso, cada sociedade utiliza de forma diferente seus sistemas espaciais, de acordo com seus objetivos particulares (AMORIM; LOUREIRO, 2005), tornando assim o espaço um artefato a ser preservado, uma vez que esse guarda em si as marcas identitárias da sociedade que o utiliza e configura. Esse é o argumento central que norteará o desenvolvimento da dissertação.

Nesse sentido, se se entende que um edifício é um portador de mensagem, isto é, guarda em si informações que podem mostrar os modos de uma sociedade através de seus espaços, estes últimos deveriam estar sujeitos à mais cuidados por parte das pessoas que neles intervêm. Todavia, não é isso o que acontece na prática – pouca relevância é dada aos aspectos espaciais de uma obra arquitetônica quando se faz necessária uma intervenção. Isso é devido, principalmente, à pouca importância dada ao espaço nos documentos oficiais concernentes ao campo da conservação. O que é mais comum de se ver são obras que priorizam a recuperação material do bem arquitetônico, principalmente de suas fachadas, deixando sua configuração espacial interna em segundo plano, ou por

vezes sequer lhe dando atenção, ficando essa a mercê de reformas inadequadas, ou até mesmo sofrendo uma destruição total.

O argumento usado pelas partes que encomendam essas modificações para justificar esse tipo de postura é o de que caso as mudanças projetadas não sejam executadas, o edifício permanecerá obsoleto. Porém, os projetos desenvolvidos acerca dessas intervenções, muitas vezes não levam em consideração a natureza do edifício e suas particularidades, promovendo reformas inadequadas, fazendo com que suas características espaciais se percam, e com elas o modo de pensar de uma época.

Contudo, entendendo-se que a organização espacial de um edifício representa a identidade de uma sociedade, como explanado mais acima, logo, ela pode ser considerada como um documento de caráter histórico que guarda em si as informações do desenvolvimento social de um povo, sendo, portanto, passível de ser encarada como um objeto de interesse de conservação (AMORIM, LOUREIRO, NASCIMENTO, 2008; AMORIM, LOUREIRO, 2007; AMORIM, LOUREIRO, 2005).

Nesse contexto, o objetivo da pesquisa será o de investigar como intervir de maneira mais respeitosa, e menos invasiva em edifícios que possam ser considerados como bens patrimoniais, de modo a não comprometer sua configuração espacial preexistente, tendo sido escolhidos como objeto de estudo alguns edifícios modernos, – mais especificamente, edifícios universitários modernos - com o intuito de contribuir para a discussão acerca das intervenções nesses tipos de edificações e suas especificidades, pois os mesmos têm papel protagonista no desenvolvimento social das cidades e sua população, uma vez que concentram boa parte a produção de conhecimento científico, o qual influencia e modifica diretamente o mercado de trabalho e os meios de produção econômicos das sociedades.

**Palavras-chave:** Espaço arquitetônico; Conservação; Edifícios universitários.

### **Referências bibliográficas principais**

AMORIM, L.; LOUREIRO, C. On the spatial dimension of modern architecture as an object of conservation. **International Seminar on the Management of the Shared Mediterranean Heritage - 5th Conference On The Modern Heritage**, 2005, Alexandria. Proceedings of the International Seminar on the Management of the Shared Mediterranean Heritage - 5th Conference On The Modern Heritage. Alexandria: ISMARMED, 2005. v. I. p. s/n.

AMORIM, L; LOUREIRO, C. Por uma conservação do espaço da arquitetura. **Anais do segundo seminário sobre o ensino do projeto de arquitetura: rebatimentos, práticas e interfaces – PROJETAR 2005**, UFRJ, Rio de Janeiro, s/ n, 2005.

AMORIM, Luiz; LOUREIRO, Claudia. Texto e espaço: sobre procedimentos de intervenção em bens patrimoniais modernos. **Cadernos Proarq**, Rio de Janeiro, nº 21, dezembro, 2013.

AMORIM L.; LOUREIRO C. The space of architecture and a new conservation agenda. **City & Time**, 2007. Disponível em: <http://www.ct.ceci-br.org>. Acesso em: Dezembro, 2019.

AMORIM, L.; LOUREIRO, C.; NASCIMENTO, C. Preserving space: towards a new architectural conservation agenda. **Anais do Sixth International Space Syntax Symposium**, Ed. A. Kubat et al. ITU Faculty of Architecture, Istanbul, 2007.

COUTINHO, Evaldo. **O espaço da arquitetura**. São Paulo: Editora perspectiva. 1977.

HILLIER, B.; HANSON, J. **The social logic of space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HILLIER, Bill. **Space is the machine**. Londres: Space Syntax, 2007.

HILLIER, B.; HANSON, J. et al. Ideas are in things: an application of the space syntax method to discovering house genotypes. **Environment and Planning B: Planning and Design** 14. 385-393, 1987.

HILLIER, B.; PENN, A. **Visible Colleges: structure and randomness in the place of discovery**, 1991.

LEITÃO, L.; LACERDA, N. O espaço da geografia, o espaço da arquitetura; reflexões epistemológicas. **Cadernos Metrópole**, v.18, n. 37.

LOUREIRO, C.; AMORIM, L. Por uma conserva o do espaço da arquitetura. **Projetar 2005 – II Seminário sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura**. 2005.

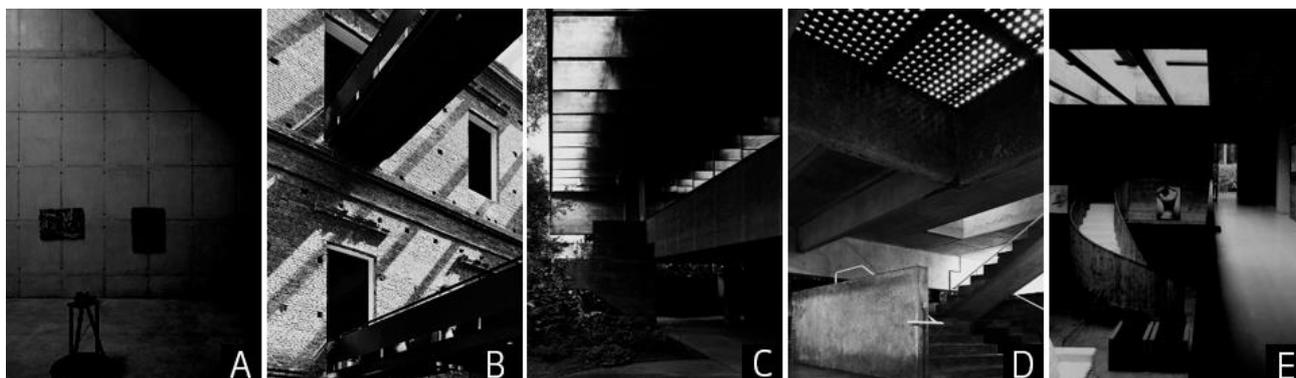
ZEVI, B. **Saber ver a arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ZEVI, B. **Arquitetura *in nuce***. Lisboa: Edi oes 70, 1979.

## Introdução

A exploração da luz como estratégia para suscitar emoções durante a experiência arquitetônica emerge, primordialmente, na arquitetura religiosa. A preocupação com a luz surge nos templos religiosos, modificando sua percepção e intenção com o passar do tempo (PLUMMER, 2009). Subsequente, essa relação é reestabelecida e, historicamente, redefinida. A arquitetura moderna, por exemplo, redefine a relação entre arquitetura e luz ao explorar, quase obsessivamente, a luz abundante, por meio de novas estratégias espaciais, da interpenetração entre interior e exterior, da fluidez espacial, da ênfase no espaço interno e da introdução de inovações tecnológicas como grandes planos de vidro e outros novos materiais. Na arquitetura contemporânea, arquitetos vêm demonstrando em seus discursos diversas referências à utilização da luz como estratégia na concepção de seus projetos. Arquitetos como Peter Zumthor, Alberto Campo Baeza, John Pawson, David Chipperfield, Tadao Ando, Álvaro Siza, Steven Holl e o brasileiro Paulo Mendes da Rocha vêm sistematicamente operando com diversos efeitos luminosos capazes de emocionar.

No entanto, especificamente, a obra do arquiteto Paulo Mendes da Rocha ainda é pouco abordada sob a perspectiva da luz como recurso projetual. Apesar do reconhecimento internacional, e da nítida presença de uma dimensão poética da luz em suas obras, não se identifica nenhum estudo voltado especificamente para análises da luz em sua arquitetura. Os poucos estudos sistemáticos identificados, perfazendo 20 livros, teses, dissertações, concentram-se na ousadia de suas estruturas e expressão do concreto armado (PIÑON, 2002; SOLOT, 2004; PISANI, 2013), na inserção dos seus edifícios no lugar (SOUTO, 2010), na sua inserção historiográfica (ZEIN, 2000), na relação entre desenho e projeto (OTONDO, 2013), no processo de imaginação e intenção apresentada em sua arquitetura a partir de suas experiências de mundo (PISANI, 2017; VILLAC, 2000). Entretanto, ao se observar a arquitetura de Mendes da Rocha, pode-se notar que existem fortes relações de interação entre luz natural e matéria. Tais relações se dão de formas variadas, como pode ser percebido em exemplares de arquitetura residencial, cultural e religiosa, a exemplo da [A]. Galeria Leme; [B]. Pinacoteca de São Paulo, [C]. Casa Butantã; [D]. Casa Gerassi; e [E]. Casa Leme.



Fonte<sup>4</sup>

Deduz-se, então, que existe uma lacuna na bibliografia referente às obras do arquiteto. Nota-se que o estudo da luz é fator imprescindível para compreender e explicar as suas obras, sendo esta a principal justificativa para a escolha deste arquiteto. Assim, em busca de se compreender o processo de manipulação da luz natural pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha, bem como padrões de efeito de luz natural em suas obras, o presente trabalho se propõe a investigar alguns de seus projetos, focando as relações de interação entre luz natural e matéria na concepção de atmosferas arquitetônicas. Tais aspectos são discutidos à luz da fenomenologia, que se estabeleceu nos debates da arquitetura a partir os anos 1960, trazendo novos olhares para a disciplina da arquitetura para além de seus aspectos físicos e materiais, apoiados particularmente em Heidegger(1971) e Pallasmaa (1986), os quais sustentam que a experiência é a maneira mais completa de expressar a dimensão sensorial.

## Metodologia

A metodologia baseia-se em métodos de análise e taxonomias de formas geométricas da luz natural no espaço e efeitos luminosos propostos, respectivamente, por Holl (2006) e Plummer (2009).

Holl (2006) propõe um sistema de notação para análise da luz baseado na “velocidade da sombra”, mas é notório que se concentra na “forma geométrica” da luz nos espaços, descrevendo a maneira como é percebida pelo homem. Segundo Holl (2006) a luz só pode ser percebida quando entra em contato com a matéria e é, neste momento, que ela gera formas visíveis ao olho humano. A sombra - ausência de luz - é o que permite o resultado destes recortes, sendo inerente à percepção da luz (HOLL, 2006, p.104 - 139).As formas geradas pela luz são classificadas por ele em: **(c)**.luz com forma curva;**(l)**.luz linear;**(cl)**.luz curvada e linear;**(cl.dr)**.luz curvada e linear com teto rebaixado;**(cl.md)**.luz curvada e linear com fenda redonda;**(ciS)**.luz curvada e linear com slide sobreposto;**(rc)**.cantos invertidos;**(g)**.luz arrebatada;**(sqsq)**.dois quadrados de luz arrebatadas;**(gg)**.luz arrebatada 2x;**(ggS)**.luz arrebatada 2x com repetição de slide – sobreposto;**(gg?)**.caixa sobreposta dupla arrebatada;**(gg.dr)**.duplo arrebatado com intradorso;**(t.sd)**.quadrado central recortado

<sup>4</sup> **A:** Archdaily. Disponível em: <https://www.archdaily.com/340161/new-leme-gallery-metro-arquitetos> Acesso em 17 de junho de 2016; **B:** Archdaily. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/787997/pinacoteca-do-estado-de-sao-paulo-paulo-mendes-da-rocha> Acesso em 17 de junho de 2016; **C:** Museu da Internet "Resumo da arte". Disponível em: <https://bit.ly/3fGtrT9> Acesso em 17 de junho de 2016; **D:** Archdaily. Disponível em: <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/02-91181/clasicos-de-arquitectura-casa-gerassi-paulo-mendes-darocha/casa-gerassi-8> Acesso em 17 de junho de 2016; **E:** OpenHouse. Disponível em: <https://openhousebcn.wordpress.com/2012/03/20/openhouse-barcelona-hidden-luxury-casa-lemearchitecture-paulo-mendes-da-rocha/> Acesso em 17 de junho de 2016.

com vidro colorido;(oo.up).dois espaços redondos atracados, vista superior;(oo.und).dois espaços redondos atracados, sob a vista;(s).espaço espiral;(s).espaço semi circular com fenda lateral;(b).espaço espiral; (sqb).espaço no centro da concha quadrada;(sqbS).espaço no centro da concha quadrada com slide sobreposto;(sq).recorte quadrado central;(o).recorte redondo central;(orc).cantos arredondados invertidos;(orqS).recorte central arredondado e cantos invertidos sobrepostos;(obx.und).espaço redondo empilhado em um espaço quadrado, sob a vista;(obx.up).espaço redondo empilhado em um espaço quadrado, vista superior;(öbx.und).espaço redondo com telhado de fenda empilhado em um espaço quadrado, vista superior.

Plummer (2009) enfatiza a capacidade de a luz proporcionar atmosfera ao lugar, sendo elemento imprescindível na concepção do edifício. Para ele, a atmosfera é determinada através de um vasto e intrigante processo de manipulação do arquiteto que se utiliza de uma série de recursos materiais para alcançá-la. Para ele, essa luz gerada nos ambientes cria diferentes sete efeitos luminosos, os quais classifica como: [I].procissão;[II].evanescência;[III].luminescência;[IV].atomização;[V].canalização;[VI].véus de cristal; [VII].silêncio ambiental.

## Resultados

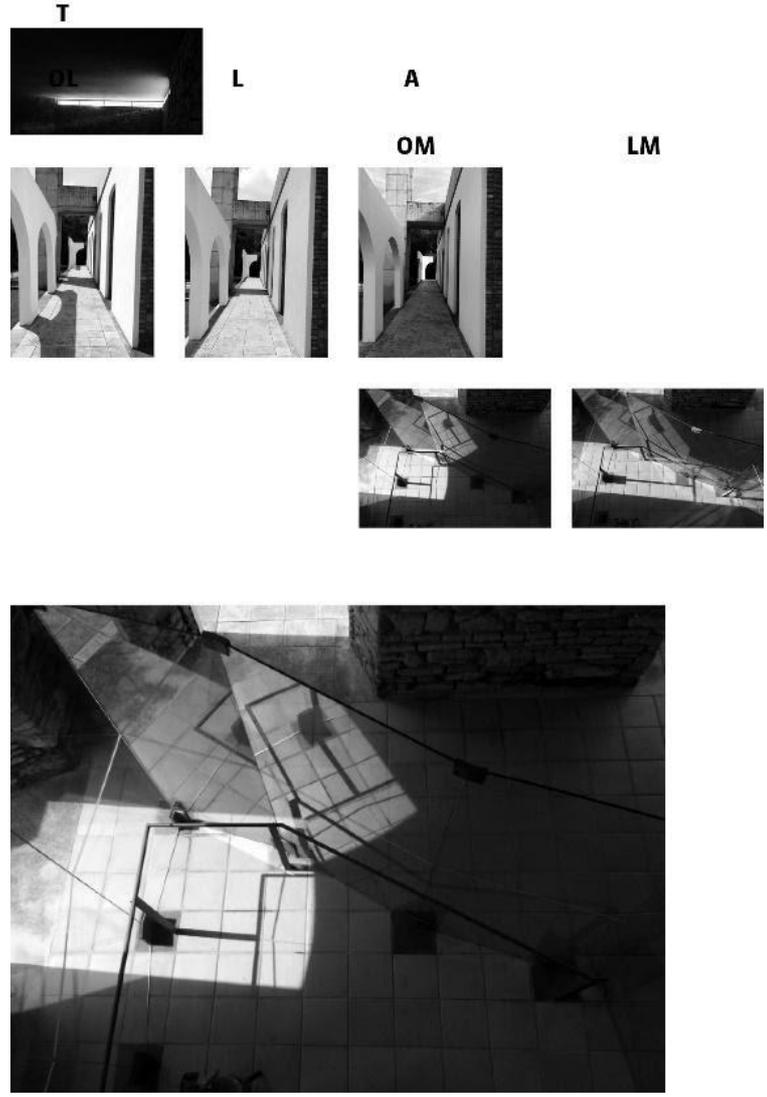
Para o desenvolvimento do trabalho foram analisadas algumas obras de Paulo Mendes da Rocha escolhidas mediante critérios pré-estabelecidos, a saber: o uso; o acesso e o porte. Foram selecionados os seguintes projetos:(1)no **campo religioso**, mais propício à exploração da luz por parte de Mendes da Rocha, tem-se a Capela Brennand, em Recife, e também a Capela de São Pedro, em Campos do Jordão-SP. Ambas possuem pequeno porte e uso semi público, com grande facilidade de acesso;(2)no **campo cultural**, no qual a exploração da luz também é recorrente, têm-se projetos de menores proporções como a Galeria Leme, de fácil acesso, precisando apenas formalizar e informar o período de visita. Há ainda a possibilidade de se estudar o Museu Brasileiro da Escultura (MUBE), caso haja algum imprevisto. Apesar de ter proporções um pouco maiores ele possui livre acesso ao público;(3)por fim, o **campo residencial**, no qual a exploração da luz também ocorre. Apesar da grande quantidade de casas construídas por Mendes da Rocha, provavelmente este será o objeto de maior dificuldade de acesso devido ao uso restrito e de privacidade da família. Não obstante, pretende-se acessar a casa Butantã, residência do filho do arquiteto em estudo, ou então a casa Milan, atual casa Leme, cujo proprietário é o atual dono da galeria Leme.

Nas obras selecionadas serão feitos levantamentos e análises, visando compreender as atmosferas a partir das **sensações**, identificar os **efeitos luminosos** segundo as classificações de Henry Plummer e as **formas geométricas** segundo Steven Holl, além de análises quanto aos “**mecanismos**” utilizados pelos arquitetos para o controle da entrada de luz no ambiente, levantado através das nomenclaturas técnicas dadas aos rasgos e elementos vazados utilizados nas edificações.

Contudo, neste resumo, apresentam-se apenas alguns dos resultados (**formas geométricas e efeitos luminosos**) obtidos pela observação da Capela Brennand, na qual foram identificadas variadas formas de luz em movimento no decorrer do dia (ver imagem 2), classificadas como:(T).luz em forma triangular;(L).luz em forma linear;(A).luz arrebatada;(OL).luz em semicírculo e forma linear;(OM).luz em semicírculo e matizada;(LM).luz em forma linear e matizada;(Q).luz quadrada; (LQA).luz em forma linear com quadrado arrebatado;(PQ.CH).luz plena com quadrado no chão;(RL).luz em forma linear (repetidas);(RO).luz em semicírculo (repetidas);(A.TE).luz arrebatada no

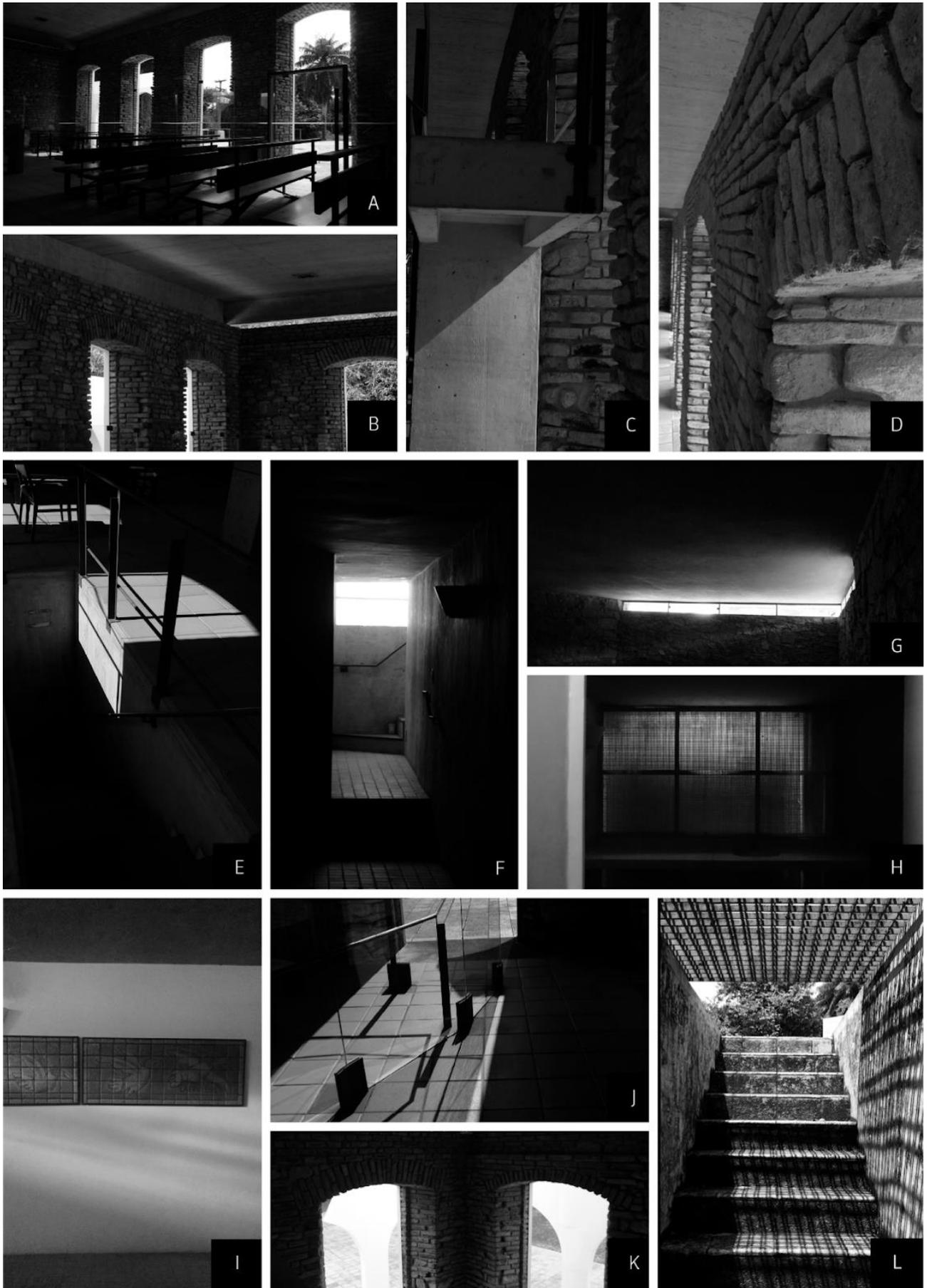
teto; **(CI)**.cantos invertidos; **(LAI)**.luz linear arrebatada com um lado irregular; **(OAI)**.luz em semicírculo arrebatada com dois lados irregulares; **(PA.CH)**.luz plena arrebatada no chão; **(MM)**.malha dupla; **(MA)**.malha arrebatada. Quanto aos efeitos luminosos (ver imagem 3), obteve-se a classificação a seguir: **[A]**.Silêncio ambiental; **[B]**.Silêncio ambiental; **[C]**.Evanescência; **[D]**.Luminescência; **[E]**.Evanescência; **[F]**.Procissão; **[G]**.Silêncio ambiental; **[H]**.Canalização; **[I]**.Evanescência; **[J]**.Véus de cristal; **[K]**.Luminescência; e **[L]**.Atomização.

**Figura 02** – Algumas das formas geométricas identificadas na Capela Brennand.



Fonte: Autora, fevereiro de 2018.

Figura 03 - Efeitos luminosos identificadas na Capela Brennand.



Fonte: Autora, fevereiro de 2018.

## Conclusão

Na Capela Brennand, Paulo Mendes da Rocha consegue suscitar sensações provocadas pelos efeitos de interação entre a dureza da matéria (o concreto) e a leveza da luz. Pode-se dizer que tal capela traduz a experiência arquitetônica do homem, a poesia da luz definindo a dimensão do habitar naquela que pode ser a partir de então chamada de “Capela Luz”. Porém, tais atmosferas criadas por Paulo não são resultantes de um ato ingênuo. Na realidade, é fruto da soma de vários elementos trabalhados em conjunto. Desta forma, é possível dizer que a materialidade cautelosamente aplicada em suas obras, ao se unir a luz natural, em uma relação entre o material e o imaterial, cria atmosferas para a experiência arquitetônica por meio de efeitos luminosos e mecanismos recorrentes. Nas próximas etapas, pretende-se finalizar as análises de todas as obras selecionadas e estabelecer relações taxonômicas, por meio de gráficos dendrograma.

**Palavras-chave:** Luz Natural; Paulo Mendes da Rocha; Fenomenologia; Arquitetura Contemporânea.

## Referências bibliográficas principais

BRANDÃO, Lêda. **A Invenção da Luz Moderna**. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).

HEIDEGGER, Martin. (1926). **Ser e tempo**: parte 1. 15ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Construir, habitar, pensar. 1954.** Disponível em: [www.prouarb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger\\_construir,%20habitar,%20pensar.pdf](http://www.prouarb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf). Bauen, Wohnen, Denken. 1951 conferência pronunciada por ocasião da “Segunda Reunião de Darmstadt”, publicada em *Vortäge und Aufsätze*, G. Neske, Pfullingen, 1954. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback.

HOLL, Steven. **Parallax**. New York: Princeton Architectural Press, 2006

HOLL, Steven; PALLASMAA, Juhani; PERÉZ-GOMEZ, Alberto. **Questions of Perception: Phenomenology of Architecture**. San Francisco: William Stout, 2007.

OTONDO, Catherine. **Desenho e espaço construído**: relações entre pensar e fazer na obra de Paulo Mendes da Rocha. Tese (Doutorado). FAUUSP. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos**. Tradução técnica: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011.

PIÑON, Hélio. **Paulo Mendes da Rocha**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2002.

PISANI, Daniele. **Paulo Mendes da Rocha**: obra completa. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

\_\_\_\_\_. **Uma Genealogia da Imaginação de Paulo Mendes da Rocha Lições de Veneza**. Portugal: Dafne Editora, 2017.

PLUMMER, Henry. **Cosmos of Light**. Indiana: Indiana University Press, 2013.

\_\_\_\_\_. **La Arquitectura de la Luz Natural**. Londres: Blumes, 2009.

ROCHA, Paulo. **América, cidade e natureza**. Edited by: Villac, M. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

SCHULZ, Cristian Norberg. **O Fenômeno do Lugar** (1976). Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995). Organização: Kate Nesbit. Tradução: Vera Pereira. 2ª Ed. revisada. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

\_\_\_\_\_. **O pensamento de Heidegger sobre arquitetura** (1983). Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995). Organização: Kate Nesbit. Tradução: Vera Pereira. 2ª Ed. revisada. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

SOLOT, Denise Chine. **A Paixão do Início na Arquitetura de Paulo Mendes da Rocha**. p.1 - 13. Docomomo, 2003.

SOUTO, Ana Elisa Moraes. **Projeto arquitetônico e a relação com o lugar nos projetos de Paulo Mendes da Rocha**. Porto Alegre, 2010. Tese de doutorado, vol. I, UFRGS/PROPAR.

VILLAC, Maria Isabel. **La construcción de la mirada – Naturaleza, Ciudad y Discurso en la Arquitectura de Paulo Archias Mendes da Rocha**. Tese (Doutorado). ETSAB - UPC. Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona da Universidad Politécnica de Cataluña. Publicada parcialmente em artigos. Barcelona, 2002.

ZEIN, Ruth Verde. **Arquitetura brasileira, escola paulista e as casas de Paulo Mendes da Rocha**. Dissertação (Mestrado). UFRGS. Porto Alegre, 2000.

\_\_\_\_\_. **Capela Brennand**. In: Leituras Críticas. São Paulo: Romano Guerra/Nhamerica Platform, 2018, p.207-211.

ZUMTHOR, Peter. **Atmosferas**. [Revisão: Emídio Velez de Matos Branco. Tradução: Astrid Grabow. Layout: Ernest-Reinhardt Ehlert. 1ª Ed., 2ª impressão. Basileia: Gustavo Gili, 2006.

\_\_\_\_\_. **Pensar la arquitetura**. 1ª Ed., 2ª tirada. Barcelona: Gustavo Gili, 2004.

## ENTRE MISSÕES DE PESQUISA FOLCLÓRICAS E O PATRIMÔNIO CULTURAL NÃO CONSAGRADO: A ARQUITETURA POPULAR NA LINHA EDITORIAL DO IPHAN

Hugo Stefano Monteiro Dantas

hugostmd@gmail.com

Renata Campello Cabral

renatacabral@yahoo.com.br

Somando-se aos estudos historiográficos que buscam elucidar aspectos da trajetória do Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, a presente dissertação pretende compreender e problematizar o lugar ocupado pela arquitetura popular na linha editorial do órgão, caracterizada pelas publicações “Revista do Patrimônio”, “Publicações do SPHAN” e “Boletim do SPHAN”. De acordo com Chuva (2009), a linha editorial do IPHAN foi desde a sua criação, no fim da década de 1930, um dos *locus* de ação privilegiados do IPHAN. O órgão, ainda segundo a autora, possui um massivo investimento na produção da imprensa. Nesse sentido, foi criada uma verdadeira rede de contatos com ilustres profissionais da época nas mais diversas áreas do saber científico para a formulação de artigos e estudos para tal fim.

A linha editorial do órgão, de acordo com Silva (2010) e Ribeiro (2013), pode ser considerada como um local de formulação e difusão de ideias, mais do que de divulgação das atividades do IPHAN. Como afirma Rodrigo M. F. de Andrade, então diretor do órgão, no artigo “Programa” presente no número 1 da Revista do Patrimônio: “O objetivo visado aqui consiste antes de tudo em divulgar o conhecimento dos valores de arte e de história que o Brasil possui (sic) e contribuir empenhadamente para o seu estudo” (ANDRADE, 1937a, p. 3).

Entende-se assim que a linha editorial do IPHAN foi e continua a ser o *locus* de ação do órgão que possui o objetivo de legitimar o patrimônio brasileiro, tendo, ainda, uma maior abrangência no discurso patrimonial. Nesse sentido podemos observar que tipologias de arquitetura popular<sup>5</sup>, por exemplo, que não foram comumente preservadas a partir do *locus* de ação do tombamento, puderam figurar com certa constância nas páginas das publicações do IPHAN.

Em verdade, a primeira obra da série “Publicações do SPHAN” foi escrita por Gilberto Freyre em 1937 e intitulada “Mucambos do Nordeste”. Rodrigo M. F. de Andrade escreve a Introdução da publicação em que destaca os valores artísticos apresentados pela arquitetura popular brasileira: “Esta [a arquitetura popular] tem sido considerada entre nós com tão imerecido descaso, que só isso justifica a escolha de um trabalho sobre mocambos do Nordeste para preceder a tantos outros versando matéria de maior interesse artístico” (ANDRADE, 1937b, p. 10).

Também na Revista do Patrimônio a arquitetura popular teve lugar de destaque. Os artigos voltados à temática na publicação, que até o momento possui quarenta números, podem ser divididos em três momentos: Em um primeiro momento podem ser elencados os artigos advindos de missões de pesquisa folclórica e viagens de pesquisa em que os técnicos

---

<sup>5</sup> A arquitetura popular é entendida como “pertencente ao povo, livre de doutrinas, sistemas políticos ou econômicos impostos, bem como tendências artísticas e culturais forçadas. (...). É sobretudo local, produzindo tipologias adaptadas às condições climáticas, culturais e de recursos, com tantas variações quanto pontos em um mapa: um catálogo de extrema riqueza e variedade conectada pelos laços invisíveis do pensamento e comportamento humanos.” (FLORES, 2017, 11).

e colaboradores do órgão visitaram diferentes regiões do país para a investigação do patrimônio nacional. Nesse recorte podemos citar artigos como: “A capela de Santo Antônio” de Mário de Andrade (1937), “O Piauí e a sua Arquitetura” de Paulo Thedim Barreto (1938), “O Alpendre nas capelas brasileiras” de Luis Saia (1939) e “A Habitação dos Timbira” de Curt Niemendaju (1944).

O tema volta a ser tratado na década no fim da década de 1970, época em que o órgão passar por uma reestruturação administrativa e conceitual (com a fusão do CNRC - Centro Nacional de Referências Culturais e a FNpM - Fundação Nacional Pró-Memória ao órgão), em que discussões acerca da expansão do conceito patrimonial foram frequentes. Nesse recorte podemos citar artigos como: “Arquitetura Vernacular: Vale do Paraíba” de Antônio Luiz Dias de Andrade (Janjão), (1986), “A coroa de Xangô no Terreiro da Casa Grande” de Maria Bernardete Capinam e Orlando Ribeiro (1986), “A casa da flor: uma arquitetura poética” de Amélia Zaluar (1997), “A memória popular no registro do patrimônio” de Alayde Mariani (1999).

É interessante notar, ainda, que durante o processo de reestruturação do IPHAN não houve publicação da Revista do Patrimônio. Entre 1979-1989 começou a circular o Boletim do SPHAN/FNpM, que de acordo com Dias (2012) teve como objetivo divulgar as ações executadas pela instituição além de estabelecer um método comunicativo com as comunidades envolvidas no processo de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural.

Nesse sentido, podem ser visualizados, entre as quarenta e oito edições do boletim, relatos de projetos que tem ligação direta com a salvaguarda do chamado “patrimônio cultural não consagrado” (FONSECA, 1996, p. 159), como a arquitetura popular. Podemos destacar entre tais experiências: o projeto da Praia Grande em São Luís - MA, o Museu Ao Ar Livre de Orleans - SC e do Tombamento do conjunto urbano de Paraty – RJ.

Em relação a Revista do Patrimônio, há ainda um terceiro momento a ser elucidado. A partir dos anos 2000 a revista passa a ter números dedicados a regiões específicas como o Norte e o Sul do Brasil. Assim, é possível pela primeira vez a visualização de exemplares da arquitetura popular de outras regiões. Nesse recorte podemos destacar artigos como: “Pilotis são palafitas: sobre ecologia da arquitetura e saberes que resistem na Amazônia Marajoara” de Fernando Mesquita (2012), “Entre o ser e o coletivo: o tombamento das casas históricas” de Marcus Tadeu (2012), “Enxaimel: patrimônio e turismo em Pomerode” de Gladys Sievert (2019), “Patrimônio cultural e turismo rural em Gramado” de Édson Néspolo (2019).

Dessa maneira, a presente pesquisa apresenta uma abordagem histórico-documental, em que a linha editorial do IPHAN se constitui como material primário a ser estudado, sendo entendida como documentos históricos. Como Indica Le Goff (1990), tal perspectiva considera o documento histórico como um produto da sociedade que o fabricou, resultado de uma montagem consciente da época. O documento é visto ao mesmo tempo como evidência e resultado.

A metodologia da dissertação inclui os seguintes passos: I. Revisão bibliográfica dos estudos acerca da arquitetura popular; II. Revisão bibliográfica acerca da produção da Linha Editorial do IPHAN; III. Pesquisa documental na Série Publicações do SPHAN, Revista do Patrimônio e Boletim do SPHAN/FNpM; IV. Interpretação das fontes primárias e contextualização das descobertas; V. Construção da narrativa.

Para além da revisão bibliográfica e da pesquisa documental acerca da linha editorial do IPHAN, já tratadas no presente resumo, a revisão bibliográfica dos estudos acerca da arquitetura popular irá nos dar suporte sobre os termos usados na busca pela caracterização desse tipo de arquitetura e o quanto o IPHAN se apropria de determinados léxicos/bens e deixa outros de lado.

Entre as bases teóricas utilizadas na construção da narrativa está o historiador Carlo Ginzburg, que a partir da teoria da circularidade entre níveis de cultura (1987), nos ajuda a desconstruir a visão do popular como espelho do erudito, trabalhando a ideia de “circularidade” entre cultura popular e a erudita.

Dessa maneira, a presente dissertação ao problematizar a forma como a arquitetura popular foi introduzida na linha editorial do IPHAN busca fomentar subsídios para a investigação da lacuna historiográfica ainda hoje existente: Por que a arquitetura popular não foi entendida como um dos patrimônios do país a ser preservados na narrativa histórica criada pelo IPHAN?

**Palavras-chave:** Arquitetura Popular; Linha Editorial; Revista do Patrimônio; IPHAN.

### **Referências bibliográficas principais**

ANDRADE, Luiz Dias de. Arquitetura vernacular: Vale do Paraíba. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 21, p.158-164, 1986.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Introdução. In: FREYRE, Gilberto. **Mucambos do Nordeste**. Algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil. Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 1, Ministério da Saúde e Educação, Rio de Janeiro, 1937a

\_\_\_\_\_. Programa. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 01, p.03-04, 1937b.

ANDRADE, Mário de. A capela de Santo Antônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 01, p.119-126, 1937.

BARRETO, Paulo Thedim. O Piauí e sua arquitetura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 02, p.187-224, 1938.

CAPINAM, Maria Bernadete; RIBEIRO, Orlando. A coroa de Xangô no Terreiro da Casa Grande. Vale do Paraíba. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 21, p.165-171, 1986.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

DIAS, Welbia Carla. **Boletim SPHAN/FNpM: um espaço de comunicação do patrimônio cultural**. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2012.

FLORES, Carlos. **Miradas a la arquitectura popular em España**. Zamora: Museo Etnográfico de Castilla y León, 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres da. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 24, p.153-164, 1996.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. Tradução: Maria Betania Amoroso, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Lisboa: Edições 70, 1990.

MARIANI, Alayde. A memória popular no registro do patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 28, p.156-173, 1999.

MESQUITA, Fernanda. Pilotis são palafitas: sobre ecologia da arquitetura e saberes que resistem na Amazônia Marajoara. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 37, p.169-194, 2017.

NÉSPOLO, Edson Humberto. Patrimônio cultural e turismo rural em Gramado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 40, p.261-274, 2019.

NIMUENDAJU, Curt. A habitação dos timbira. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 08, p.76-101, 1944.

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. Entre o ser e o coletivo: o tombamento das casas históricas. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 34, p.223-248, 2012.

RIBEIRO, Robson Orzari. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Textos de História da Arte engajados na política de preservação no Brasil**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, IFCH, Campinas, 2013.

SAIA, Luis. O alpendre nas capelas brasileiras. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 03, p.235-250, 1939.

SIEVERT, Gladys Dinah. Rota do Enxaimel: patrimônio e turismo em Pomerode. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 40, p.359/373, 2019.

SILVA, Cíntia Mayumi de Carli. **Revista do Patrimônio: editor, autores e temas**. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). CPDOC, Rio de Janeiro, 2010.

ZALUAR, Amélia. A casa da flor: uma arquitetura poética. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 25, p.299-305, 1997.

É consenso dizer que as bases da preservação começam a se fundar na segunda metade do século XIX. No final do mesmo século, a preocupação com a preservação é enfatizada com eventos marcantes como o Iluminismo, a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, que trouxeram consigo muitas destruições. Guerras, catástrofes e outros eventos naturais ou antrópicos comumente trazem à tona discussões acerca do tema da preservação.

As diferentes teorias e pensamentos formulados ao longo do tempo resultaram em diversas correntes conceituais e práticas. No presente trabalho, o foco será tratar o restauro enquanto ato histórico-crítico que, de modo mais amplo que o filológico, considera não só os aspectos documentais da obra, mas também os estéticos.

É significativa a contribuição de Cesare Brandi ao tratar a obra de arte como dupla instância: estética, por meio da qual a obra de arte é considerada obra de arte; e histórica porque foi realizada pelo homem em um determinado tempo. É, em outras palavras, a obra de arte vinculada ao seu tempo histórico e o documento histórico instituído de uma configuração (KÜHL, 2009).

Sobre a formulação de Brandi acerca do que é restauro, (KÜHL, 2009) ele o coloca como “o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte em seus aspectos materiais, figurativos e documentais com o objetivo de transmissão ao futuro”.

A obra de arte, para Brandi, era como produto fundamental da atividade humana e que só era reconhecida como tal a partir da apreensão pela consciência das pessoas. Para que esse reconhecimento perdurasse, ele propôs dois axiomas centrais na sua teoria: “deve-se restaurar apenas a matéria da obra de arte”, posto que a ideia do artista é pura, mas a matéria da obra se degrada, por isso intervir apenas nesta (BRANDI, 2004). Deve-se, também, restabelecer a “unidade potencial da obra de arte” sem cometer um falso histórico ou artístico (BRANDI, 2004).

Entretanto, qualquer ação sobre a obra intervém em sua realidade figurativa, e é então papel da restauração “a tarefa de prefigurar e controlar, justificar e fundamentar essas alterações, respeitando seus aspectos documentais, materiais e formais” (KÜHL, 2009, p.199).

Primeiramente, cabe-se destacar que as medidas de preservação visando a garantia da proteção bem arquitetônico devem preceder as ações do restauro propriamente dito, sendo esta a última das ações a serem realizadas.

A partir da perspectiva da via crítica do restauro, alguns princípios fundamentais devem ser perseguidos ao se realizar intervenções projetuais sobre bens de interesse cultural, são eles: o princípio da distinguibilidade; da reversibilidade, também chamado de

re-trabalhabilidade; da mínima intervenção; da compatibilidade entre materiais e técnicas construtivas e do equilíbrio entre as instâncias estética e histórica.

Assim, é importante ressaltar que tais princípios são primordiais na orientação da ação projetual, mas a definição da atuação será em conjunto com a compreensão da significação cultural da obra, da sua condição material e de suas características singulares (CARTA DE BURRA, 1980). Entretanto, são princípios que, sintetizados, deverão auxiliar a operacionalizar a via crítica do restauro e darão subsídios para soluções projetuais comprometidas com a significância bem histórico.

Por sua vez, o restauro como ato crítico apresenta variadas soluções fundamentadas possíveis para um problema. Não existe exclusivamente uma solução plausível, aceita unanimemente e válida atemporalmente (KÜHL, 2009). O modo de atuar nas intervenções depende de como o bem é percebido e as respostas por ele dada são relacionadas às questões e indagações formuladas por um presente histórico (KÜHL, 2009).

Entretanto, deve-se buscar minimizar atitudes individualizadas e levar em consideração também o interesse coletivo envolvido com a edificação para que nenhuma obra do restauro venha a prejudicar a manifestação de sua identidade. O fim da ação do restauro é sempre garantir a continuidade e transmissão para o futuro dos significados e valores.

No campo da preservação, a teoria do restauro traz o lastro teórico e metodológico fundamental para as ações projetuais e é necessário rebatê-la em soluções de projeto comprometidas com os valores atribuídos ao bem. A definição das posturas de intervenções a serem seguidas necessitará de um julgamento que precisa considerar seu impacto direto na permanência, resgate ou adição de valores ao bem.

Daí surge a intenção da investigação acerca dos discursos e ações implementadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), autarquia federal do Governo do Brasil, responsável pela preservação e divulgação do patrimônio material e imaterial do país, a fim de explorar, através dos discursos e das ações implementadas, os parâmetros teóricos utilizados nas ações projetuais dos bens por ele tutelados.

Sua importância se dá, entre outras razões, por ter sido, por anos, o único órgão a realizar a tarefa da preservação no país e ainda, mesmo após a implementação de órgãos estaduais e municipais de proteção ao patrimônio, permanecer como referência nacional no campo da preservação.

Por vezes, o que viria a ser designado patrimônio histórico e artístico, pelo IPHAN, correspondeu a uma porção ínfima do território nacional. Não raras as vezes, o processo da construção do patrimônio brasileiro se deu a partir das relações de grupos cujas representações se tornaram hegemônicas, não levando em consideração os preceitos de uma construção social propriamente dita (CHUVA, 2009).

Ainda, a medida que o número de bens tombados cresce, a necessidade por restaurações também aumenta e as diferentes formas de atuação e gestão dos bens culturais estão entre os desafios inerentes ao campo disciplinar da restauração. Crescem também o número de profissionais que desejam impor suas intenções pessoais projetuais no bem que, pela ausência das reflexões teóricas, se isolam e afastam dos pilares da preservação.

A noção equivocada ou a total ignorância do que venha a ser restauro, quase sempre entendido como ação que visa o retorno ao estado originário da obra ou como simples consolidação acrítica de uma determinada condição desta, certamente está na raiz da baixa qualidade das intervenções que são empreendidas sobre bens patrimoniais na atualidade e, conseqüentemente, na sistemática perda de valores que lhes eram inerentes e em razão dos quais esses monumentos foram conservados (CUNHA, 2010, p. 18).

A memória e suas diferentes formas de manifestação e seus múltiplos suportes são incorporados ao discurso preservacionista trazendo mais reflexões ao tema. Frequentemente se percebe discussões a respeito da preservação de tal memória, entretanto, raramente o IPHAN preconiza sobre os meios operacionais que deveriam ser utilizados para o cumprimento de tal tarefa.

Algumas ações projetuais de restauro de bens tutelados pelo Instituto, parecem visar o retorno originário da obra ou a simples consolidação acrítica de uma determinada condição desta. Como consequência, inevitavelmente, nesses casos, existe a perda de valores, demonstrando severos prejuízos a uma verdadeira ação preservacionista.

Algumas ações interventivas em bens de interesse cultural visam única e exclusivamente a exploração econômica do patrimônio ou ainda resultam de articulações políticas que culminam, incessantemente, em irreversíveis e significativas alterações materiais e imateriais, se afastando dos pressupostos teóricos basilares.

Regularmente, as práticas projetuais em áreas de interesse histórico-cultural, levam nomes como revitalização, renovação, retrofit, entre outras. Prevalece, nesses casos, a exigência de cumprir com padrões de ocupação contemporâneos que, conseqüentemente, prezam pela aparência rejuvenescida do bem, não se utilizando da criatividade projetual subordinada ao objetivo da conservação e por este condicionada.

Isto posto, torna-se de extrema importância o conhecimento e a reflexão das teorias restaurativas em intervenções dos bens históricos, tendo em vista a responsabilidade social que tal atividade exige. Considera-se, entretanto, que ainda são raras as investigações da temática, principalmente uma análise comparativa entre as teorias que regem o campo do restauro crítico frente às medidas adotadas pelo IPHAN.

A despeito da efetiva preocupação com a preservação do patrimônio brasileiro, quer seja entre um público amplo, quer se refira aos meios especializados, pouca atenção tem sido dispensada aos métodos de intervenção aplicados sobre esses bens escolhidos como memória a ser preservada (CUNHA, 2010), tornando a presente pesquisa uma contribuição importante no campo.

Um desafio importante se encontra no cerne da investigação do presente trabalho: sendo o bem patrimonial uma representação da identidade de uma sociedade, em que medida as ações projetuais do restauro, promovidas pelo órgão de tutela nacional (IPHAN), foram realizadas com o devido intercâmbio entre teoria e prática para que ocorra a eficaz preservação do bem?! Em outras palavras, em que medida o IPHAN atuou nessas ações projetuais promovendo o bem como documento legítimo e como suporte material e imaterial da memória coletiva?!

Diante da problemática revelada, a pesquisa busca contribuir para o entendimento das questões teóricas que deveriam guiar as práticas restaurativas patrimoniais. Não se trata de discutir as formulações teóricas com finalidade em si mesmas, mas de refletir sobre a teoria e prática em prol da preservação consistente e socialmente responsável.

É problematizar ideias no campo discursivo, tanto a luz dos teóricos como a luz dos das referências do IPHAN, e colaborar para uma análise crítica das ações do órgão que tem, conforme afirmações da própria instituição, o papel de proteger e promover os bens culturais do país assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

**Palavras-chave:** Restauro crítico; Cesare Brandi; IPHAN.

### **Referências bibliográficas principais**

ALLAN, John. Points of Balance. Patterns of Practice in the Conservation of Modern Architecture. In: MACDONALD, Susan; NORMANDIN, Kyle; KINDRED, Bob (ORG). **Conservation of Modern Architecture**. Dorset: DonheadPublishing, 2007. P. 13-46.

ARGAN, Giulio Carlo. A arte no contexto da cultura moderna. In: **História da Arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.85-91.

BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. Tradução de Beatriz MugayarKühl e Paulo MugayarKühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Tradução de Beatriz MugayarKühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 30 nov. 1937. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CUNHA, Cláudia dos Reis e. **Restauração: Diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN**. 2010. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010

CURY, Isabelle. (Org.). **Cartas Patrimoniais**. 3 ed. Brasília: IPHAN, 2000

FONSECA, Maria Cecília Londres. "Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural", In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2ª ed., 2009, pp. 59-79.

GONÇALVES, Cristiane Souza. **Restauração Arquitetônica**. A experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2007

KÜHL, Beatriz Mugayar. Cesare Brandi e a teoria da restauração. **Pós. Revista Do Programa De Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, (21), 197-211, 2007.

\_\_\_\_\_. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. **Revista CPC**, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, abr. 2006.

\_\_\_\_\_. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: Problemas teóricos de restauro**. Cotia, Ateliê / FAPESP, 2009.

\_\_\_\_\_. O tratamento das superfícies arquitetônicas como problema teórico da restauração. **Anais do Museu Paulista**, v. 12, 2004, pp. 309-330.

LIRA, Flaviana Barreto. **Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento**. Recife: Editora UFPE, 2010.

\_\_\_\_\_. Da natureza complexa dos bens culturais: a indissociabilidade entre significância cultural, integridade e autenticidade. **V ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PATRIMÔNIO EDIFICADO - ARQUIMEMÓRIA**, 2017, Salvador. Anais... Salvador, Departamento da Bahia do Instituto do Arquitetos do Brasil, 2017.

MASON, Randall. **Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique of "Significance"**. In: Places, a Forum of Environmental Design. v.16, n.1, 2004. (pp. 64-71). Disponível em: < [www.places-journal.org/issues/issue.php?volume=16&issue=1](http://www.places-journal.org/issues/issue.php?volume=16&issue=1)>. Acesso em 15/11/2007.

MELO, Juliana. **Admiráveis insensatos: Ayrton Carvalho, Luís Saia e as práticas no campo da conservação no Brasil**. MDU/UFPE, 2012

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. **Contemporary Theory of Conservation**. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann, 2004.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. A História da Arquitetura Brasileira e a Preservação do Patrimônio Cultural. **Revista CPC**, São Paulo, v.1, n.1, nov. 2005/ abr. 2006, pp. 41-74.

SALDANHA, Maria Antônia. **As Casas Modernistas de Augusto Reynaldo: os desafios de sua conservação e restauro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

SALVO, Simona. **Arranha-céu Pirelli: crônica de uma restauração**, *Desígnio*, 2006 (2007), n. 6, pp. 69-86.

SILVA, Paula Maciel. **Conservar, uma questão de decisão: o julgamento na conservação da arquitetura moderna**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história - as origens, a criação e os trabalhos do SPHAN, 1936-1967**. Dissertação (Mestrado), UNICAMP/IFCH/Antropologia Social, Campinas, 1992.

\_\_\_\_\_. **O mapa do Brasil passado**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 97-105, 1996.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. Tradução e apresentação de Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008.

VERAS, Lucia M.S. Cavalcanti; BEZERRA, Onilda Gomes. **A gestão da conservação dos Jardins de Burle Marx no Recife**. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 18 n. 213, p. 4052, 2019.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2000.

ZANCHETI, Silvio; HIDAKA, Lúcia; RIBEIRO, Cecília; AGUIAR, Bárbara. **Judgement and validation in the Burra Charter Process: Introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage sites**. Acesso em 23 de dezembro de 2019. *City & Time* 4:2. <http://www.ct.cecibr.org>, 2009.

## ENTRE A POLÍTICA E O VERNACULAR: O GESTO DE CONSTRUIR PAISAGEM EM RIO BRANCO, ACRE

Pedro Augusto Queiroz de Souza

pqueiroz.arq@gmail.com

Ana Rita Sá Carneiro

anaritacarneiro@hotmail.com

Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti Veras

luciamveras@yahoo.com.br

A cidade, segundo Rossi (2001), é o resultado de uma construção ao longo do tempo e um objeto de complexa e inesgotável compreensão, sobretudo porque é conformada por várias camadas temporais, quando cada época deposita sua marca sobre aquelas gerações precedente. Alguns autores, como André Corboz (2004), referem-se à cidade como um palimpsesto, uma metáfora à imagem do tecido na qual camadas são sobrepostas, mais ou menos aparentes. Assim, a cidade é continuamente reescrita pelas diferentes gerações e épocas, sendo a paisagem urbana um texto em constante processo de construção.

Desde o século XV, um certo olhar sobre o mundo se instaurou na Europa. Um olhar que, para Berque (2012, p. 37), “toma distância em relação às coisas, que as examina (isto é, as mede) e a institui pouco a pouco em um ambiente objetivo, abstraído e sujeito”. Segundo Besse (2014), esse olhar de longe para a paisagem, proporcionado pelo advento da aviação, vem às vezes acompanhado de um senso de relatividade das coisas humanas e pode, inversamente, engendrar um sentimento de potência e uma vontade de dominação sobre esta, suscitando um desejo de intervenção. A partir do século XX estabeleceu-se, uma cultura visual da altura, de ação e organização sobre o espaço que o pensa, e também o representa, na forma do plano em que a vista a partir do avião seria um elemento construtivo da implantação de certo pensamento do espaço e da paisagem urbana (BESSE, 2014). De acordo com Besse (2014, p. 107) “A paisagem é, antes de tudo, um espaço submetido a uma vontade de controle, visual e estratégico” e, ainda segundo o autor, podemos perceber que a história propriamente política da paisagem pode ser caracterizada, de forma esquemática, por uma tensão entre duas concepções e duas práticas paisagísticas concorrentes, porém coexistentes. De um lado uma concepção imposta da paisagem, que acompanha e expressa o estabelecimento de um ideal e da concepção “moderna” do Estado como entidade racional e suporte de uma ação geral e, do outro, uma concepção da paisagem contida como local de vida de uma comunidade, ligada aos recursos que o meio proporciona e à sobrevivência nele. Este contraste pode ser visualizado na distinção estabelecida por Jackson (1984), entre o que ele próprio chama de “**paisagem política**” e “**paisagem vernacular**” a ser rebatida no objeto empírico da presente pesquisa.

A cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, no norte do Brasil, nasce no final do século XIX, apresentando uma paisagem singela, de caráter vernacular, com forte predominância de uma arquitetura modesta em madeira, única matéria prima disponível no meio até então (CARVALHO, 2018a). A partir da década de 1920, com o advento da alvenaria, a cidade passa por grandes reformas urbanas com intenção de uma reorganização e modernização numa falsa ideia de progresso, com preceitos higienistas, se sobrepondo às pré-existências (SOUZA, 2018; KLEIN, 2013). A partir dos anos 2000, percebe-se um discurso por parte do Governo Estadual com a intenção de criar uma referência histórica atrativa ao turismo, em áreas meticulosamente escolhidas no centro histórico da cidade. Isso aconteceu (e acontece) por meio de ações gentrificadoras que resultaram em pastiches, em uma falsa linguagem arquitetônica com viés no estilo Art Déco, alheios à cultura tradicional

local, muito mais atreladas a renovação e valoração de um legado político na paisagem urbana.

A inquietação inicial da pesquisa se deu pelo fato de como a população acredita que aquela cenografia imposta é o centro histórico da cidade. Como se todos tivessem passado uma borracha na memória até 2002 – ano de início das transformações – e passasse a acreditar veementemente naquele resultado, ao passo que ainda ainda fragmentos da paisagem da ocupação inicial da cidade expressos nos tipos arquitetônicos e na relação das pessoas com o meio que ainda se encontram vivenciados no contexto atual, funcionando como vestígios transmissores de informações culturais, mas que, em sua maioria, estão deixando de existir ou em estado precário de conservação e passam despercebidos e invisibilizados após os processos de sobreposições temporais supracitados. Ao mesmo tempo, percebe-se a valoração a essa paisagem modelada, evidentemente resultante de um projeto político.

O governo do estado do Acre além de criar um cenário para denominar de Centro Histórico, como se ali antes não houvesse, curiosamente solicitou em 2015 a abertura de processo de tombamento pelo IPHAN destes conjuntos arquitetônicos construídos. Pretendem tombar o que nunca existiu, mesmo após o detalhado inventário do Centro Histórico de Rio Branco realizado em 2011 pelo IPHAN/AC, que deixa claro a renovação aos modos do pastiche desprovidos de quaisquer rigores eruditos e técnicos acerca de intervenções em sítios urbanos históricos e salienta que “[...] boa parte do núcleo definido como centro histórico [...], foi inventado e construído para legitimar um discurso de identidade e que fundamenta o poder de um grupo político que administra o governo do Estado e do Município” (IPHAN, 2011a, p. 34).

Justifica-se a intenção da pesquisa tendo em vista que se nega o passado, cria-se um que nunca existiu que inebria a população ao qual passa a aceitar a paisagem cenário de caráter político como verdade. Nos parece como a manifestação do desejo de ter, como em outras cidades brasileiras, “*um Sítio Histórico para chamar de seu*”. Isso implica na reprodução de uma paisagem que não corresponde com a realidade acreana, mas sim às cidades históricas reconhecidas como patrimônio a exemplo de Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Olinda. Nesse contexto, o problema da pesquisa está em torno da questão: Quais são as motivações para a preservação do conjunto arquitetônico inventado que configura uma paisagem política em Rio Branco, paralelamente a negação do inventário realizado pelo IPHAN/AC 2011 que salienta a importância de sua paisagem vernacular? Desse modo, o objeto empírico de investigação da presente pesquisa é a área central de Rio Branco correspondente aos Bairros Centro, Base e Seis de Agosto, onde identifica-se mais explicitamente as duas dimensões da paisagem a serem abordados no trabalho. O recorte temporal é definido entre 1998, ano de início da gestão do Governo da Floresta no Estado do Acre, que teve fim em 2018, até o presente ano de 2020. O objetivo geral da pesquisa é discutir a legitimidade da paisagem de Rio Branco na relação entre a coexistência de uma paisagem política que se pretende preservar como histórica e uma paisagem vernacular em extinção.

Os procedimentos metodológicos para a pesquisa foram divididos em três etapas: Etapa 1. Historiografia: Esta etapa, a ser realizada por meio de pesquisa documental e bibliográfica será a base para apreensão dos atributos vernaculares da paisagem do objeto em questão. Pretende-se usar como guia a noção dada por Besse (2014) a respeito dos três elementos que caracterizam essa modalidade paisagística - costume, práticas e conversa com o local - compreendendo-os dentro do universo de uma racionalidade contextual, neste caso, a “tática” de Michel de Certeau (1998). Para essa interpretação, a principal fonte de

pesquisa será a fotografia. Dessa forma, a iconografia da cidade será o apoio material que tornará possível compreender o contexto da manifestação da “tática” vernacular na paisagem e que possibilitará identificar os três atributos elencados por Besse (2014), com apoio também do Inventário do Centro Histórico de Rio Branco realizado pelo IPHAN em 2011.

Etapa 2. Interpretação dos Projetos Políticos: Para apreensão dos atributos políticos, ou seja, as imposições a partir do gesto político na paisagem urbana, pretende-se acessar os projetos de intervenção no Centro Histórico de Rio Branco às margens do Rio Acre, sobretudo o Calçadão da Gameleira e o conjunto do entorno do Novo Mercado Velho, para realização de análise crítica tanto dos desenhos desenvolvidos pelos arquitetos a serviço do governo, como dos respectivos memoriais descritivos. Para o desenvolvimento dos argumentos críticos nesta etapa será necessário o auxílio de Cartas Patrimoniais como a Carta de Atenas, Carta de Veneza e a Declaração de Xi'an, na intenção de revelar a falsa narrativa histórica criada, compreendendo essa ação como uma “estratégia”, segundo as palavras de DeCerteau (1998). Nesta etapa a fotografia também entra como ferramenta de pesquisa, por meio de análises comparativas entre a iconografia e fotografias atuais da área após a realização das reformas urbanas provenientes destes projetos. Outro foco desta etapa será a realização de um levantamento das publicações do próprio Governo do Estado e também do que é divulgado na internet e mídias digitais como “Cartão-Postal” da cidade, que reflete no que está sendo valorado como Patrimônio Cultural.

Etapa 3. Análise da Legislação Patrimonial: Pretende-se aqui cruzar os atributos investigados e analisar a legislação patrimonial estadual e o processo de tombamento aberto em 2015 pelo IPHAN que teve solicitação da Fundação de Cultura do Estado.

O resultado esperado desse diálogo será, principalmente, verificar a base sobre a qual o poder público está tomando suas decisões de preservação desse sítio histórico.

**Palavras-chave:** Paisagem Urbana; Paisagem Vernacular; Paisagem Política; Rio Branco; Acre.

### **Referências bibliográficas principais**

BERQUE, Augustin. Paisagem, Meio e História. 2010. IN: **Paisagem Textos 2**. Tradução: Vladimir Bartolini. Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2012, p. 31-42.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

CARVALHO, Marcio Rodrigo Coêlho de. Arquitetura no/do território federal do Acre. IN: **III Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia**. Belém, 2018a.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CORBOZ, André. “El território como palimpsesto” (1983). IN: **Lo Urbano: en 20 autores contemporáneos**. Arteleku (trad.). Barcelona: Edicions UPC, 2004. p. 25-34.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário do Centro Histórico de Rio Branco e Xapuri (SICG)**. Processo nº 01423000107/2011-19. Rio Branco, 2011a.

JACKSON, John Brinckerhoff. ***Discovering the Vernacular Landscape***. Yale University, 1984.

KLEIN, Daniel da Silva. "**... e como são também as construções desta terra**": uma análise narrativa/visual sobre a primeira Rio Branco, Acre (1903-1930), e a necessidade de sua preservação. Cad. PesqCdhis, Uberlândia, v.26, n.1, jan./jun. 2013.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de. **Fábulas da modernidade: a utopia de Hugo Carneiro (1927 - 1930)**. Rio Branco: Nepan, 2018.

## A LINGUAGEM MODERNA DOS JARDINS DE BURLE MARX E O CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA ANTIGA SEDE DA SUDENE

**Raquel Nadine Cavalcante Ferreira**  
raqueelnadine@hotmail.com  
**Ana Rita Sá Carneiro**  
anaritacarneiro@hotmail.com  
**Joelmir Marques da Silva**  
joelmir\_marques@hotmail.com

Na visão da filósofa Adriana Serrão, o jardim é compreendido como o “vedute do mundo natural, realizando gradualmente a transição entre o espaço de habitação, a zona de deleite e a natureza ainda silva ou floresta inexplorada” (SERRÃO, 2008, p. 7).

Formado essencialmente por espécies vegetais e, alguns elementos construídos, que fornecem formas, cores e texturas para o deleite do ser humano, pode-se dizer que sua criação e manutenção consiste em uma tarefa de grande complexidade por ser uma composição de seres vivos em contínua modificação (CAILLOIS, 2006; PECHÈRE, 1971; AÑÓN-FELIÚ, 1995).

Associado a edifícios e, à cidade, diante de vários estilos e tipos arquitetônicos, sua inclusão na arquitetura moderna é vista pelo paisagista Roberto Burle Marx dentro de um entendimento de que o jardim é “natureza organizada, subordinada a leis arquitetônicas” e “deve obedecer a uma ideia básica, com perspectivas lógicas e subordinadas a uma determinada forma de conjunto” (MARX, 1935, p.12). Ou seja, a vegetação, a forma, a cor e a textura - atributos que compõem a manifestação física de uma obra - deveriam remeter a uma lógica compositiva, uma linguagem, que vinha acompanhada de “necessidades e razões arquitetônicas” (DOURADO, 2009, p. 209).

Tendo em vista essa compreensão e ao observar a vasta produção de Burle Marx junto à arquitetura moderna brasileira, pode-se inferir que a ideia de obra isolada foi muitas vezes colocada em segundo plano e o sentido monumental da arquitetura moderna se estabeleceu em forma de “conjunto ordenado”, onde é possível identificar uma forte unidade compositiva também entre jardim e edifício (BRUAND, 2016, p. 373).

Um exemplo dessa interação são os jardins projetados na década de 1940 para o Conjunto moderno da Pampulha, considerado patrimônio mundial em 2016 pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Na relação do traço artístico de Burle Marx com a arquitetura de Oscar Niemeyer e os painéis de Candido Portinari, é possível observar que “ao mesmo tempo em que a arquitetura pode se expandir para o exterior através da ocupação dos espaços do jardim que assumem o caráter de ambientes ao ar livre, o jardim pode invadir a arquitetura dando à ela um suporte na natureza” (POLIZZO, 2010, p.75).

Na visão de Racine, um ponto de destaque do modernismo brasileiro é justamente este: trata-se de um “movimento modernista com jardim” (RACINE, 2006, p.114). Entretanto, pouco se sabe sobre o que caracteriza a linguagem moderna presente na relação de unidade entre jardim-edifício, dificultando, assim, a conservação desse patrimônio. É o caso, por exemplo, do jardim de interesse histórico do conjunto moderno da antiga sede da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), projetado por Burle Marx em 1972, no Recife; que atualmente faz parte do patrimônio da Universidade Federal de Pernambuco.

Com uma área de aproximadamente 7,6 hectares, o jardim se destaca por uma diversidade de espécies vegetais (78), identificadas no projeto original do paisagista. Remetendo a princípios que o arquiteto Armando de Holanda (1976) colocava como necessários à arquitetura moderna, o jardim da antiga Sudene ressalta, dentre outros aspectos, o “caráter selvático” da vegetação tropical diante de uma arquitetura moderna que buscava adequar-se às condições climáticas locais através de elementos como o brise e o cobogó.

Apesar de cada setor do jardim (norte, sul, leste, oeste e terraço-jardim) ter composições paisagísticas distintas, que não poderão aqui ser explicadas a fundo, com seu traço artístico, Burle Marx propõe um envolvimento do jardim com as edificações da antiga sede da Sudene. A partir da “consonância contínua entre o desenho do jardim e a distribuição dos blocos construídos”, a nível de planta baixa já é possível observar uma forte unidade compositiva que será intensificada no plano tridimensional do jardim, com suas formas, cores e texturas (SÁ CARNEIRO; SILVA; ROLIM 2018, p. 125). Isso é visto, por exemplo, com a presença de painéis cerâmicos de Francisco Brennand e de painéis pré-fabricados de Paulo Roberto Barros e Silva, que se unem com a vibrante coloração das folhas e flores presentes no jardim.

Mesmo com sua importância dentro de um conjunto arquitetônico monumental, projetado inicialmente por equipe liderada por Glauco Campello (1967), ainda não é muito discutido dentro desta perspectiva integradora e é, atualmente, pouco conservado. Já no início do século XXI, com a extinção da autarquia (2001), e a partir das sucessivas interdições do edifício, devido a problemas estruturais, vem se agravando o estado de deterioração do conjunto.

Uma matéria do Jornal do Commercio de 04 de janeiro de 2014 relata a intenção de tombamento do conjunto arquitetônico da Sudene (edifícios e jardim), mas tal repercussão não saiu do campo das ideias e o descaso com o jardim continuou. A falta de conservação, que também inclui o uso dos edifícios do conjunto concorre, assim, para a imagem de degradação e de insegurança do conjunto Sudene-UFPE, já que o mesmo está inserido em um contexto urbano de grande fluxo viário (interceptado pela BR 101) e de pouca movimentação de pedestres entre as duas partes.

Como a cidade é um todo complexo cujas “relações com edifícios mais grandiosos, quanto seus testemunhos” devem importar na conservação, quando não há uma conservação adequada das partes que a compõe, o conjunto urbano passa a se apresentar fragmentado e descaracterizado em termos de inteireza deste ambiente urbano (GIOVANNONI, 1995, p. 181).

Sabendo que a noção de conjunto “pressupõe um número definido de formas que estabeleçam uma relação de unidade entre si - seja por semelhança, seja por diferença complementar” (QUEIROZ, 2015, p. 30), cabe, portanto, falar que a descaracterização do jardim - assim como a dos edifícios -, afeta o conjunto arquitetônico que compreende a Sudene-UFPE como um todo. Logo, também qualquer intervenção na essência de uma das partes, pode também trazer enraizado, ao longo do tempo, pioras consideráveis no complexo arquitetônico (CATALANO; PANZINI, 1990).

Propondo um estudo do jardim e do edifício da antiga sede da Sudene, mas tendo em vista em vista a totalidade na qual o conjunto está inserido, o problema de pesquisa está no cerne dos seguintes questionamentos: O que caracteriza a linguagem moderna de Burle Marx presente na relação jardim-edifício do conjunto da antiga Sudene? De que forma o

entendimento dessa linguagem, expressa na união indissociável entre jardim e edifício, colabora para a conservação do conjunto da Sudene?

Assim, ao trazer uma compreensão do conjunto como uma unidade entre jardins e edifícios, o trabalho suscita discussões sobre a necessidade de ações de conservação tendo em vista a sua descaracterização e a perda gradativa de conjuntos, em escala nacional, que deveriam fazer parte do patrimônio cultural brasileiro.

**Palavras-chave:** Linguagem moderna; Jardim; Burle Marx; Conjunto arquitetônico; Sudene.

### **Referências bibliográficas principais**

AÑÓN-FELIÚ, Carmen. Del jardín histórico y su rehabilitación. **Nueva Revista**, La Rioja, n. 40, v. [s/v], p. 116-124, 1995.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. Editora Perspectiva S. A, 2016.  
CATALANO, Mário; PANZINI, Franco. **Giardini storici: teoria e tecniche di conservazione e restauro**. Roma: Officina edizioni, 1990.

CAILLOIS, Roger. Jardins possíveis. In: LEENHARDT, Jacques (org). **Nos jardins de Burle Marx**. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 2006, p. 1-6.

DOURADO, Guilherme Mazza. **Modernidade verde**. Jardins de Burle Marx. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

GIOVANNONI, Gustavo. **Vecchie Città ed Edilizia Nuova**. Milano: Città Studi, 1995.

HOLANDA, Armando de (1976). **Roteiro para construir no Nordeste**. Arquitetura como lugar ameno nos trópicos ensolarados. Editora CEPE, 3ª edição, 2018.

MARX, Roberto Burle. O jardim da Casa Forte. **Diário da Manhã**. Recife, f. 1-15. 22. 05.1935.

PECHÈRE, René. La restauration des jardins historiques et la philosophie du colloque. In: Primer colloque sur la Conservation et la Restauration des jardins Historiques, 1971, Fontainebleau. **Anais...** Fontainebleau: ICOMOS/IFLA, 1971. p. 17-20.

POLIZZO, Ana Paula; Kamita, João Masao. **A estética moderna da paisagem: a poética de Roberto Burle Marx**. Rio de Janeiro, 2010. 173p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

QUEIROZ, Rodrigo. Brasília: o contorno da imagem moderna. **Revista do Programa de**

**Pós-graduação em Arte da UnB**, v.13 nº1 - Brasília, janeiro-junho de 2015.

RACINE, Michel. Roberto Burle Marx, o Elo que faltava. In: LEENHARDT, Jacques (org). **Nos jardins de Burle Marx**. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 2006, p. 105-117.  
SÁ CARNEIRO, Ana Rita Sá; SILVA, Joelmir Marques da; ROLIM, Maria Eduarda. Inventário e Conservação do jardim de Burle Marx na Sudene. **Revista Percorso**, Maringá, v. 10, n. 1, p. 111 - 130, 2018.

SERRÃO, Adriana. 2008. **Da essência do Jardim – aproximações a uma categoria filosófica**. Edições Colibri / Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, novembro, 2008.

## REQUALIFICAÇÃO URBANA A PARTIR DE ESPAÇOS FERROVIÁRIOS OBSOLETOS: O CASO DA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DE PERNAMBUCO

**Talys Napoleão Medeiros**

talys94@gmail.com

**Natália Miranda Vieira-de-Araújo**

vieira.m.natalia@gmail.com

O processo de desmonte da rede ferroviária brasileira, atrelado a questões de ordem política e econômica, intensificou-se a partir dos anos 1960 e levou ao gradual encerramento das atividades do modal no país. Em decorrência, os elementos que compõem a infraestrutura ferroviária – e, conseqüentemente, o legado ferroviário, parte significativa do patrimônio industrial –, como estações, oficinas e armazéns, além das linhas ferroviárias propriamente ditas, perderam sua funcionalidade.

Em meio urbano, os espaços ocupados pelas linhas ferroviárias foram afetados pelos impactos da desfuncionalização e passaram a conformar significativas áreas obsoletas e remanescentes, eixos físicos contínuos e linearmente dispostos em meio à cidade consolidada, verdadeiras *cicatrices urbanas*. As conseqüências deste processo são um ponto em comum aos diversos núcleos urbanos cortados por ferrovias.

Esta pesquisa tem como objeto empírico os espaços obsoletos urbanos decorrentes da Estrada de Ferro Central de Pernambuco (EFCP), implantada a partir do Recife, em 1881, rumo ao sertão pernambucano. Os seus 600 km de extensão encontram-se totalmente inoperantes há duas décadas, atravessando núcleos urbanos de diversos portes e características, afetados em maior ou menor intensidade pela desfuncionalização. A companhia privada atualmente responsável pela EFCP não demonstrou ter interesse em operá-la desde a concessão pelo governo federal, no final dos anos 1990, e tem negociado sua devolução à União.

Nos espaços obsoletos urbanos da EFCP, ou seja, nas áreas ocupadas pelos leitos e pátios ferroviários inoperantes, observam-se, com maior frequência, as seguintes situações: estão abandonados e ociosos, apartados das dinâmicas locais; ou foram ilegalmente apropriados, por meio de ocupações irregulares. No entanto, há trechos em que houve intervenções com o propósito de reutilizá-los para a implantação de vias e estacionamentos e, ainda, em menor escala, de espaços livres públicos de lazer e recreação.

Na maior parte desses casos, o elevado estado de degradação, a indefinição, a falta de legibilidade e a ameaça à integridade física dos vestígios materiais da via permanente (trilhos e dormentes) demonstram a baixa efetividade ou até mesmo a inexistência de políticas públicas adequadas no tocante à preservação e às diretrizes de uso e ocupação destes sítios. Os aspectos negativos associados à atual situação contrapõem-se ao valor patrimonial inerente a esses espaços enquanto parte do legado ferroviário.

Desse modo, são provocadas discussões acerca das destinações que podem ser atribuídas aos espaços ferroviários obsoletos enquanto respostas conjuntas do planejamento urbano e da tutela do patrimônio ferroviário à problemática. Considerando a escala urbana e a inserção estratégica desses espaços nas cidades, identifica-se o seu potencial enquanto instrumentos de requalificação urbana, capazes de promover o

desenvolvimento urbano de maneira atrelada à tutela do patrimônio ferroviário, pressuposto que conduz esta pesquisa.

Logo, questiona-se: de que forma os espaços ferroviários urbanos obsoletos podem estruturar processos de requalificação urbana, levando em conta sua inserção no tecido urbano, sua relação com as dinâmicas socioeconômicas locais e, sobretudo, seu reconhecimento enquanto bem patrimonial de escala urbana, no contexto das cidades cortadas pela antiga EFCP? Quais seriam os limites e as possibilidades no que se refere à reutilização desses espaços?

Como o objeto empírico desta pesquisa são os vazios urbanos relacionados à EFCP, faz-se necessário identificar núcleos urbanos cujos espaços ferroviários obsoletos sejam relevantes, significativos e capazes de representar uma visão ampla do conjunto.

Desse modo, foram selecionadas as sedes dos municípios de Vitória de Santo Antão, Pesqueira e Sertânia, no interior de Pernambuco.

Isto posto, o objetivo geral da pesquisa é analisar os espaços ferroviários urbanos obsoletos a fim de avaliá-los enquanto elementos estruturadores para processos de requalificação urbana, considerando o seu caráter patrimonial e utilizando como objeto empírico de análise a EFCP, por meio do recorte selecionado.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, faz-se necessário cumprir etapas de pesquisa sobre os aspectos teórico-conceituais pertinentes, que são patrimônio industrial e ferroviário, noção de patrimônio urbano, vazios urbanos e requalificação urbana, discutidos e articulados no campo do planejamento urbano; intervenções em espaços ferroviários obsoletos, constituindo um leque de possibilidades a serem analisadas e discutidas; e o objeto empírico, abarcando a EFCP, os núcleos urbanos selecionados e seus espaços obsoletos.

Por fim, serão discutidos e avaliados os limites e as possibilidades acerca da reutilização de espaços ferroviários urbanos obsoletos como elementos estruturadores para processos de requalificação urbana, no contexto da EFCP. Tal etapa envolve a construção de diretrizes, critérios e estratégias de planejamento urbano, de preservação do patrimônio ferroviário e de intervenção.

Em relação aos aspectos teórico-conceituais que permeiam a pesquisa, destaca-se o processo, desencadeado no contexto europeu da segunda metade do século XX, que envolve a ampliação do conceito de patrimônio cultural e o amadurecimento da noção de patrimônio urbano, concomitantes ao avanço do processo de desfuncionalização de instalações industriais e ao crescimento da preocupação com a perda desse legado; fatores que levaram ao aumento do interesse pela herança industrial (RAHÓLA, 2007; RUFINONI, 2009, 2010; KÜHL, 2010b; RODRIGUES, 2010). Tal movimento resultou na gradativa consolidação do conceito de patrimônio industrial.

O legado da infraestrutura ferroviária é uma das tipologias de patrimônio industrial, segundo a Carta de Nizhny Tagil (2003), documento balizador sobre a temática. O patrimônio ferroviário é caracterizado por especificidades como linearidade, escala territorial, lógica e dinâmica funcional próprias, variedade de elementos e relação com os contextos urbano, territorial e paisagístico (SOTO E GANGES, 2013).

Assim como outros bens industriais, a extensão espacial dos espaços ferroviários representa a sua dimensão urbana, o que aponta para a necessidade de articular a sua preservação ao planejamento urbano (KÜHL, 2008; RUFINONI, 2009; SAMPAIO, 2012).

Ademais, as particularidades espaciais e funcionais demandam que os elementos do patrimônio ferroviário sejam tratados de forma abrangente, como partes de um conjunto.

Tais características implicam em dificuldades interpretativas, pois os bens patrimoniais industriais e ferroviários não são caracterizados em função da sua “excepcionalidade” e “monumentalidade”, segundo concepções “tradicionais”, comprometendo a identificação e o reconhecimento de seus valores (RÁHOLA, 2007; RUFINONI, 2009, 2010). No contexto institucional brasileiro de tutela do patrimônio industrial e ferroviário, os bens normalmente são vistos de forma descontextualizada e isolada, desconsiderando sua complexidade, especificidades e inter-relações (KÜHL, 2010a; RODRIGUES, 2010; FREIRE, 2017).

No caso específico do patrimônio ferroviário, observa-se uma maior valorização do edifício da estação em detrimento dos demais elementos que compõem o sistema, como a via permanente, leitos, pátios, esplanadas, sinalização, pontes, viadutos, túneis, armazéns e oficinas. Tal situação conduz a uma abordagem superficial e equivocada, que desconsidera as noções de conjunto e de patrimônio urbano, bem como a necessária interpretação dos aspectos funcionais e espaciais das ferrovias (SOTO, 2012).

Com uma prática preservacionista pontual e fragmentada, e no atual cenário de degradação posterior à desfuncionalização, põe-se em risco a preservação do legado ferroviário. Nesse contexto, fica clara a necessidade de reconhecimento dos espaços ferroviários obsoletos, que abrigam linhas e pátios desativados – alguns dos elementos mais ameaçados – enquanto bens patrimoniais de escala urbana, partes estruturadoras de um sistema amplo e complexo.

Os processos de obsolescência e desfuncionalização provocam a conformação de espaços caracterizados pela perda do seu uso e pelas estruturas obsoletas que abrigam, os quais são entendidos como uma tipologia de vazios urbanos. São vazios “não-intencionais”, que não são previamente concebidos como tal, diferenciando-se dos espaços livres públicos e demais vazios morfológicos relacionados à ausência de massa edificada (JANEIRO, 2007; CLEMENTE, 2012).

Apesar da conotação negativa associada aos vazios não-intencionais, são capazes de despertar questionamentos sobre os papéis que podem vir a desempenhar, demonstrando o interesse e o potencial de novas possibilidades (BORDE, 2006; CAVACO, 2007). Os vazios decorrentes de processos de obsolescência e desfuncionalização são capazes de deter significados simbólicos relacionados à sua função anterior (SAMPALIO, 2012), ou seja, são vazios de *uso*, mas não de *significado*, capazes de evocar memórias.

Nas intervenções em sítios patrimoniais desfuncionalizados, é necessário considerar o respeito às preexistências e a real compreensão dos seus significados e valores como parte principal das estratégias de reutilização. Desse modo, a requalificação urbana, enquanto uma das estratégias tratadas pela Carta de Lisboa (1995), pode orientar processos de conversão e reaproveitamento desses vazios urbanos.

O conceito de requalificação aproxima-se da intenção de integrar o patrimônio à vida contemporânea, estabelecendo um diálogo entre o legado do passado e as dinâmicas e demandas do presente. Além disso, abarca melhorias nos espaços públicos envolvendo aspectos físicos, dinâmicas socioeconômicas locais e atribuição de novas funções, de modo a impactar positivamente na qualidade de vida e buscando responder às expectativas de todos os grupos sociais (MOREIRA, 2007; MOURA et al., 2006).

Assim, o legado da infraestrutura ferroviária poderá ser visto como uma permanência no tecido urbano, elemento a ser preservado enquanto vestígio material e suporte de significados, valores e memórias. O instrumento da requalificação é visto como uma estratégia eficaz não só de *reutilização*, mas também de *preservação* de sítios patrimoniais desfuncionalizados, capaz de promover o alinhamento entre as exigências do desenvolvimento urbano e da tutela do patrimônio, tirando proveito das oportunidades associadas aos vazios urbanos.

Desse modo, depreende-se que é fundamental considerar as inter-relações entre os vazios ferroviários urbanos enquanto sítios patrimoniais de escala urbana, suas possibilidades de reutilização e a preservação do patrimônio ferroviário, articulados no âmbito do planejamento urbano guiado pelos princípios da conservação integrada.

**Palavras-chave:** Patrimônio ferroviário; Patrimônio urbano; Vazios urbanos; Planejamento urbano.

### **Referências bibliográficas principais**

BORDE, Andréa. **Vazios urbanos:** perspectivas contemporâneas. 226 p. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CARTA DE LISBOA sobre a reabilitação urbana integrada. Lisboa: 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana, 1995.

CARTA DE NIZHNY TAGIL sobre o patrimônio industrial. Nizhny Tagil: TICCIH, 2003.

CLEMENTE, Juliana. **Vazios urbanos e imóveis subutilizados no centro histórico tombado da cidade de João Pessoa – PB.** 111 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

FREIRE, Maria Emília. **Patrimônio ferroviário:** a preservação para além das estações. 263 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

JANEIRO, Pedro. Cheios inúteis: a imagem do vazio na cidade. In: SEMINÁRIO ESTUDOS URBANOS, 2007, Lisboa. **Anais...** Lisboa, 2007.

KÜHL, Beatriz. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização:** problemas teóricos de restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. O legado da expansão ferroviária no interior de São Paulo e questões de preservação. In: SEMINÁRIO DE PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL, 2., 2010, São Carlos. **Anais...** São Carlos, 2010a.

\_\_\_\_\_. Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. **Arq.Urb**, n.3, p.23-30, 2010b.

MOREIRA, Maria. Requalificação urbana: alguns conceitos básicos. **Arquitextos**, n.5, p.117-129, dez. 2007.

MOURA, Dulce et al. A revitalização urbana: contributos para a definição de um conceito operativo. **Cidades – Comunidades e Territórios**, n.12/13, p. 15-34, dez. 2006

RAHÓLA, Eusebi Nuevo concepto de patrimonio industrial: evolución de su valoración, significado y rentabilidad en el contexto internacional. **Bienes culturales: revista del Instituto del Patrimonio Histórico Español**, n.7, p.59-70, 2007.

RODRIGUES, Marly. Patrimônio industrial: entre o fetiche e a memória. **Arq.Urb**, n.3, p.31-40, 2010.

RUFINONI, Manoela. **Preservação e restauro urbano**: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural. 336 p. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. A cidade e seus bens culturais: a dimensão urbana da tutela na abordagem dos documentos internacionais. **Projeto História**, n.40, p.223-257, 2010.

SAMPAIO, Andréa. Vazios urbanos e patrimônio industrial: interfaces com o ordenamento urbanístico e o patrimônio cultural. In: BORDE, Andrea (org.). **Vazios urbanos**: percursos contemporâneos. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012, p.142-165.

SOTO, José. Los ferrocarriles y el patrimonio mundial: del monumento al paisaje cultural. In: CONGRESO DE HISTORIA FERROVIARIA, 6., 2012, Vitoria (Espanha). **Anais...** Vitoria (Espanha), 2012.

SOTO, José; GANGES, Luís. Retos metodológicos en el estudio, evaluación y tratamiento del patrimonio ferroviario. In: CONGRESO PARA LA CONSERVACIÓN DEL PATRIMONIO INDUSTRIAL Y DE LA OBRA PÚBLICA EN ESPAÑA. 6., 2013, Madrid. **Anais...** Madrid, 2013.

**O MEU, O SEU E O NOSSO PARQUE:  
PERCEPÇÃO E AFETIVIDADES AO ESPAÇO PÚBLICO ENTRE  
USUÁRIOS DO PARQUE SANTANA, RECIFE/PE.**

**Thamires Augusto de Barros Chaves**  
thamires\_chaves@hotmail.com  
**Circe Maria Gama Monteiro**  
monteiro.circe@gmail.com

As cidades iniciam o século atual enfrentando grandes desafios na busca pela sustentabilidade econômica e ambiental e, mais recentemente, a urgente necessidade de adaptação ou mitigação dos efeitos provenientes da mudança climática global. Esta conjuntura traz a tona uma nova discussão sobre a relação das cidades com a natureza, a fim de que seja evidenciada e discutida a necessidade de como desenvolver um planejamento regenerativo incorporando soluções que dialoguem com a possibilidade de uma mudança efetiva do comportamento da população frente aos recursos naturais já escassos.

É evidente a preocupação global em relação a preservação e uso consciente da natureza, para que seja possível, segundo postulado pelo relatório Brundtland de 1987, “suprir as necessidades da geração atual sem prejudicar as gerações futuras” (CMSMAD, 1991, p. 46). Desde então, esforços internacionais visam a indução de políticas em diversas escalas para atingir os objetivos de um desenvolvimento sustentável; assim como a agenda 2030, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, que buscou compromisso e cooperação internacional para enfrentamento da ameaça representada pela mudança climática e degradação ambiental. Neste sentido, foram estabelecidos também os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visam divulgar amplamente a necessidade de transformar nossa relação com o planeta. Além destes objetivos gerais são estabelecidos também indicadores para monitorar os resultados e permitir o estabelecimento de políticas e programas a nível local.

Dentre os objetivos listados pela ONU, identificou-se o Objetivo 11, que tem como princípio tornar cidades e aglomerações humanas inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Tendo como uma das metas estabelecidas, a resiliência urbana, segundo definição atribuída pelo 100 Resilient Cities, é a capacidade de indivíduos, comunidades, instituições, negócios, e sistemas de dentro da cidade, sobreviverem, se adaptarem e crescerem independente dos estresses ou choques que tenham experimentado (PBMC, 2016).

O Objetivo 11 também estabelece o acesso universal e seguro a espaços públicos e verdes, em particular para mulheres, crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiências. Esta meta estará sendo monitorada pelo indicador 11.7.1 que determina a média de espaço aberto para o uso público compartilhado por todos (ONU, 2015, p. 30), revelando a importância não somente da presença de espaços públicos vegetados nas cidades, mas principalmente o modo como respondem as necessidades de seus habitantes, principalmente as populações mais vulneráveis.

Este indicador parte da premissa da grande importância do acesso a espaços públicos abertos para a qualidade de vida das pessoas. A presença de parques, praças e jardins são importantes na preservação das áreas verdes que ainda existem na cidade, fornecendo

serviços ambientais à população por meio da filtragem do ar, água, vento e poluição sonora; estabilização do microclima e formação de um meio ambiente natural que influenciam uma maior socialização e formação de tecidos sociais de comunidades, menor nível de stress, maior índice de saúde com diminuição de doenças como obesidade, cardiopatias, pressão alta entre outras (WHYTE, 1980; CARDOSO *et al.*, 2015; MENESES, 2018). Para extrair o máximo do proveito ambiental que estes espaços poderão fornecer a sociedade, torna-se necessário entender a maneira como a sociedade e, principalmente, os usuários cotidianos percebem espaços públicos e a natureza presente no mesmo, sendo este um caminho para contribuição à gestão eficiente e adequada as demandas locais.

Dito isto, o objetivo principal deste trabalho busca avaliar como os usuários de parques percebem o ambiente em relação ao respeito a natureza, problemas ambientais e suas possíveis origens, efeitos e soluções, buscando aferir, através de aplicação de um questionário estruturado, as inter-relações entre e os seres humanos e o meio ambiente presente nos espaços públicos, suas expectativas, satisfações, julgamentos, valores e condutas.

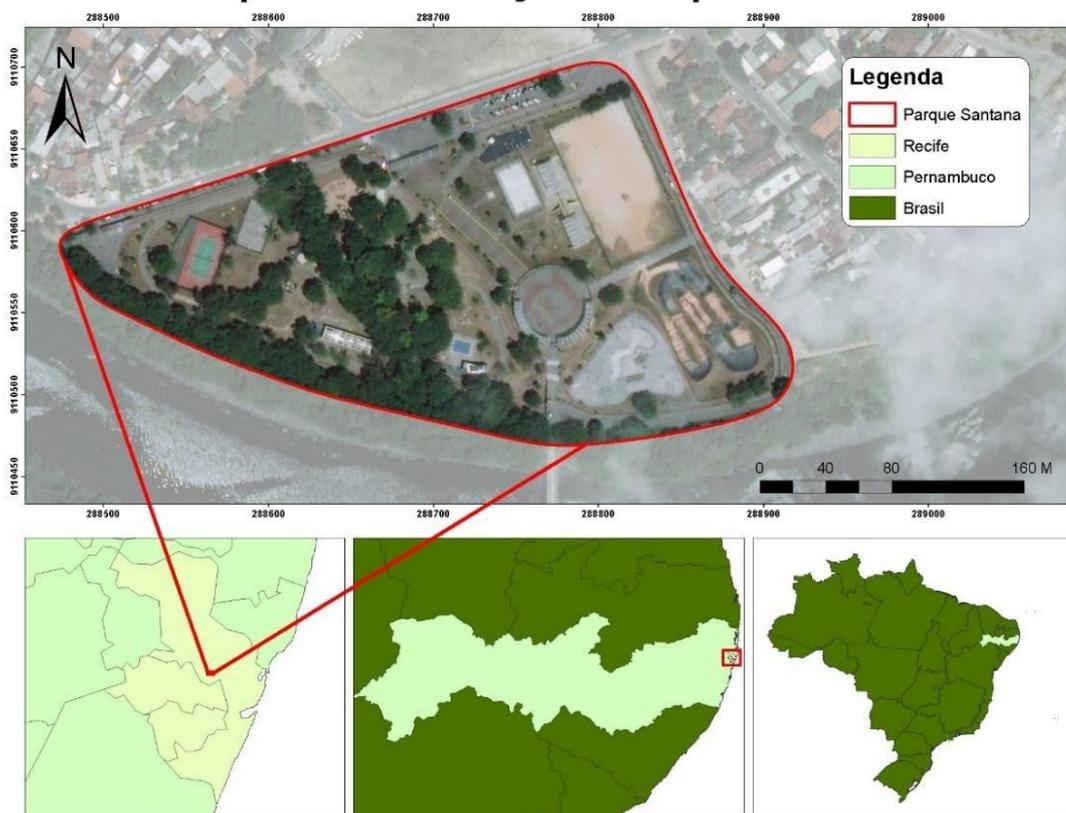
Objetiva-se ainda a avaliação de como a presença de parques urbanos influenciam na qualidade de vida de seus usuários, de acordo com renda, a proximidade de moradia, idade e gênero; avaliação dos componentes formadores das atitudes ambientais dos usuários, uma vez que, segundo Costa e Colesanti (2011, p. 239) “compreender a percepção torna-se um fator imprescindível para se conhecer os juízos de valor e atitudes que orientaram ações sobre o ambiente”; assim como a contribuição com diretrizes para concepção de projetos de espaços urbanos adequados a uma realidade de desigualdade social.

Em contexto local da cidade do Recife, Meneses (2018) sugere que há uma seletividade na utilização de alguns parques que são considerados mais atrativos, podendo estes ser mais visados por diversos fatores, tais como a diversidade de equipamentos, segurança, acessibilidade, qualidade, etc. A autora indica que “parques situados em bairros de renda mais alta e com maior concentração de serviços contam com uma melhor manutenção, diversidade de equipamentos e até segurança, [...] enquanto parques em áreas de renda mais baixa não dispõem dos mesmos serviços” (MENESES, 2018, p. 27). Tal relato cria questionamentos sobre o modelo de gestão dos parques urbanos no Recife, trazendo a tona a necessidade evidências e dados para fomento à adequada gestão dos espaços públicos urbanos e a possível integração da sociedade no processo de manutenção, possibilitando a criação de laços afetivos ao lugar decorrentes da participação, tornando assim a conservação dos espaços públicos mais efetiva e impactando na satisfação da população para com os mesmos. Nasar (1997) apresenta pesquisas em cidades norte americanas que indicam que quanto mais satisfeito a população se sente com seu bairro e espaços públicos, mais ela se envolve com sua manutenção e pagamento de seus impostos.

Para viabilizar este estudo foi definido o Parque Santana como objeto empírico, localizado no bairro de Santana, na margem esquerda do Rio Capibaribe na cidade do Recife (figura 1). Recife é uma cidade litorânea, fortemente urbanizada, possuindo uma área de 218,843 km<sup>2</sup>, com 1.537.704 habitantes e densidade demográfica de 7.039,64 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2010), e que é constantemente acometida por alagamentos provocados pelas águas pluviais. A remoção da cobertura vegetal original, o aumento da impermeabilização, a canalização e a ocupação das margens dos rios são características da urbanização que tendem a agravar as cheias naturais; principalmente nas planícies costeiras, como é o caso de Recife, que, segundo Silva Junior & Silva (2016), teve seu processo de ocupação urbana de forma desordenada.

Figura 01- Parque Santana.

### Mapa de Localização - Parque Santana



Fonte: Produzido pela autora, 2020.

Recife também é caracterizado por possuir baixas cotas de seu território em relação ao nível do mar, sofrendo assim influência dos níveis das marés; áreas planas, lençol freático próximo a superfície, sistema de drenagem vulnerável, destino inadequado dos resíduos sólidos e falta de saneamento, acarretando em sérios problemas de alagamentos em períodos de chuvas intensas e levando Recife a destacar-se como uma das cidades litorâneas brasileiras mais vulneráveis ao aumento do nível do mar (SILVA JUNIOR & SILVA, 2016). Em uma análise sobre a relação da população recifense com o Rio Capibaribe, Macêdo *et al.* (2015) destacam o distanciamento entre estes atores com o passar dos anos e processo de crescimento urbano, influenciando diretamente no regime de cheias do rio pela ocupação da sua planície de inundação.

Os parques podem ser grandes aliados na preservação da natureza presente nas cidades, tornando possível o estreitamento da relação entre a população urbana com a natureza, como afirma Meneses (2018, p. 20):

[...] os parques urbanos têm assumido relevância em todo o mundo e representam uma possibilidade de minimizar os efeitos desastrosos da crise ambiental que vivemos. As áreas verdes inseridas nas cidades, que propiciam conforto térmico e ambiental, passam a ser consideradas também no planejamento integrado urbano, juntamente com outros sistemas, tais como saneamento, transporte e serviços.

A escolha do Parque Santana se deu devido a sua localização estratégica; por receber visitantes diversos, predominantemente moradores das duas margens do rio no qual está

inserido (bairro de Santana à margem esquerda e bairro da Torre à margem direita), o espaço irá proporcionar o contato com uma parte socioeconomicamente diversificada da população, o que deixará claro as especificidades de comportamentos, necessidades e percepções em relação ao parque, possibilitando a avaliação da presença e intensidade do sentimento de apego ao lugar entre os diversos usuários, assim como quais os fatores que mais influenciam na emergência de atitudes ambientais.

A possibilidade de contato com usuários em diferentes situações socioeconômicas se tornou um fator chave para a definição do Parque Santana como objeto de estudo. Em uma sociedade de alto índice de desigualdade social, pretende-se entender como os integrantes de diversos extratos sociais percebem uma mesma localidade, quais fatores de maior relevância refletem na avaliação do espaço, quais grupos sentem-se mais conectados emocionalmente com o parque e sua natureza, quais situações despertam atitudes ambientais e a quem os mesmos atribuem responsabilidades de conservação.

Visto o potencial de ambiente restaurador dos parques no contexto urbano, torna-se necessária a conservação destes espaços quando se é pensado na cidade do século XXI, assim como citado por Cavalcanti *et al.* (2015), destacando a importância de ambientes equilibrados, socialmente inclusivos e economicamente viáveis. O desenvolvimento de materiais que contribuam na manutenção de ambientes resistentes a situações adversas de degradação aliado ao despertar de sentimentos positivos na população tendo como proposta a mudança no comportamento ambiental, permitirá uma maior possibilidade de resiliência da sociedade às mudanças climáticas e ambientais em curso.

**Palavras-chave:** Parques urbanos; Percepção; Atitudes ambientais.

### Referências bibliográficas principais

CARDOSO, Silvia Laura Costa; SOBRINHO, Mário Vasconcellos; VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. Gestão ambiental de parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, n. 1, p. 74-90, abr. 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1931/193135340006.pdf>> Acesso em: 21 out 2019.

CAVALCANTI, Rafaella dos Santos; MELO, Leonardo César de Oliveira e MONTEIRO, Circe Maria Gama. Como resgatar a relação da cidade com os ambientes naturais: projeto Parque Capibaribe, Recife-PE. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**, v. 3, n. 8, p. 33-48, 2015.

CMSMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1991. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod\\_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf)> Acesso em: 21 out 2019.

COSTA, Renata Geniany Silva; COLESANTI, Marlene Munoz. A contribuição da percepção ambiental nos estudos das áreas verdes. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 22, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/21774/14173>> Acesso em: 10 mai 2020.

IBGE. **Censo demográfico**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 01 mar 2020.

MACÊDO, Amanda Florêncio de; MENESES, Ana Raquel Santos de; MONTEIRO, Circe Maria Gama; CARVALHO, Luiz Marcos de. Capibaribepark: re-weaving a city through green and public spaces. **International making cities livable**, Bristol, 2015. Disponível em: <[http://inciti.org/wp-content/uploads/2019/02/Paper\\_Capibaribe-Park\\_LIVABLE.pdf](http://inciti.org/wp-content/uploads/2019/02/Paper_Capibaribe-Park_LIVABLE.pdf)> Acesso em: 18 fev 2020.

MENESES, Ana Raquel Santos de. **Desafios da gestão dos parques urbanos de Recife**. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Urbano/UFPE. Recife, 2018.

NASAR, Jack L. The evaluative image of the city. **Journal of the American Planning Association**, v. 56, n. 1, p. 41-53, 1990. Disponível em: <<https://sci-hub.tw/10.1080/01944369008975742>> Acesso em: 09 mar 2020.

ONU. **Agenda 2030**. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Nova York, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 03 nov 2019.

PBMC. Mudanças Climáticas e Cidades. **Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas** [Ribeiro, S.K., Santos, A.S. (Eds.)]. PBMC, COPPE – UFRJ. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <[http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/documentos/Relatorio\\_UM\\_v10-2017-1.pdf](http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/documentos/Relatorio_UM_v10-2017-1.pdf)> Acesso em 01 mar 2020.

SILVA JUNIOR, Marcos Antônio Barbosa; SILVA, Simone Rosa. Impactos da urbanização e das alterações climáticas no sistema de drenagem do Recife/PE. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 9, n. 06, p. 2034-2053, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/viewFile/233734/27292>> Acesso em: 28 fev 2020.

WHYTE, William. **The social life of small urban spaces**. 1980.

## A ATRIBUIÇÃO DO JARDINEIRO ARTÍFICE NA CONSERVAÇÃO DO JARDIM HISTÓRICO

**Wilson de Barros Feitosa Júnior**

wilsonbarrosf@gmail.com

**Ana Rita Sá Carneiro**

anaritacarneiro@hotmail.com

**Joelmir Marques da Silva**

joelmir\_marques@hotmail.com

O jardineiro é um personagem que sempre esteve presente na arte dos jardins descrita em manuais e enciclopédias no contexto europeu pelo menos desde o século XVI, no qual se caracterizava como o responsável por conceber, implantar e manter o jardim a depender de sua posição que ia desde operário até artista-jardineiro.

No Brasil os jardineiros também estabeleceram sua atuação, sendo em sua maioria de origem estrangeira. Ainda que jardineiro não fosse o único título pelo qual eram denominados, tratava-se da profissão pelo qual foram amplamente reconhecidos e dignos de distinção na época.

Apesar disso, com o tempo seu papel atrelado ao jardim foi se perdendo e hoje, na cidade do Recife, por exemplo, aqueles que desempenham a função de manter os jardins, incluindo seis jardins históricos tombados a nível federal e municipal, são auxiliares de serviços gerais. Esses profissionais, que costumam ser os mesmos responsáveis pela limpeza e varrição de ruas, não recebem instrução sobre o que é o jardim histórico e sua singularidade de tratamento.

Na França, encontram-se os 'ofícios de arte' que mantêm vivo o conjunto de saber-fazer tradicionais, entendendo-os como um patrimônio que é vivo e em evolução. Entre eles está incluído, como categoria essencial para conservar o jardim histórico, os *jardiniers d'art*, resultado de uma cultura continuada, que mantêm a tradição de manter conhecimentos específicos, transmitir a memória do lugar e de seu gesto, que comunica diariamente aos amantes do jardim.

Os *jardiniers d'art* são capazes de realizar intervenções destinadas a preservar, renovar e restaurar elementos da arquitetura das plantas e têm conhecimentos que perpassam a história do jardim e da jardinagem, elementos de botânica e de agronomia (MINISTÈRE, 2012). Eles devem ser reconhecidos tanto quanto os restauradores, pois são quem, além de possuir o conhecimento técnico necessário e realizar trabalhos manuais, sabem operar em um contexto cultural que vai além da técnica para contribuir com a obra de arte (MAIDA, 2017).

No cenário nacional nos deparamos com o Iphan, órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural do país e que desenvolveu o projeto Mestres Artífices com o objetivo de valorizar, resgatar e difundir os detentores de técnicas locais e o saber-fazer a eles atribuído, que extrapolam o restauro dos bens culturais e tratam da relação aos materiais, destreza, sensibilidades e afetos em relação ao ofício associado ao patrimônio (FÍGOLI e GADELHA, 2012). Tal consideração, contudo, tem se baseado somente nos ofícios ligados ao patrimônio edificado, como a cantaria, carpintaria, marmoraria etc., sem fazer menção ao jardim histórico, que também é uma modalidade de bem patrimonial protegida pelo órgão.

Sendo o jardim histórico um patrimônio e sendo a experiência e técnica do jardineiro também específica e de qualidade diferenciada, não deveria partir do órgão o reconhecimento desse personagem como artífice do jardim ao compreender o jardim histórico enquanto patrimônio cultural? O fato é que no Recife, nem Iphan nem prefeitura, dentro das esferas nacional e municipal que protegem o jardim, possuem o jardineiro no seu quadro de profissionais, muito menos jardineiros aptos para a conservação dos jardins históricos.

Tendo como palco o jardim histórico e a relação primordial deste com o jardineiro e sabendo da lacuna deste profissional na conservação, questiona-se em que medida a ausência do jardineiro, na qualidade de artífice, afeta e é responsável pelo declínio do estado de conservação do jardim histórico.

O objetivo geral da pesquisa é discutir a relação entre o ofício do jardineiro na qualidade de artífice e sua relevância para a conservação do jardim histórico e, de forma específica, resgatar o histórico da profissão do jardineiro e aprofundar o conhecimento acerca de sua participação como ator na conservação de jardins históricos.

A partir dessa premissa, dar-se-á a pesquisa bibliográfica por meio da fundamentação teórico-conceitual sobre a estética e a imagem no jardim e sua teorização atrelada a figura do jardineiro, na condição de afetado pelo jardim e portador de uma experiência sensível que lhe promove a sensibilidade e o compromisso, possibilitando fundamentar a construção desse arquétipo do jardineiro artífice. Parte-se então para a fundamentação teórica sobre a conservação do jardim histórico no qual será feita a associação entre os pontos de entrelaçamento da teoria de conservação de bens culturais com a do jardim histórico, explorando suas particularidades.

Fazendo a ponte com a construção teórica, acontecerá o procedimento de pesquisa histórica sobre o jardineiro no contexto patrimonial voltando-se para a categoria de mestre-artífices na conservação de bens patrimoniais para explicitar a lacuna existente, bem como o levantamento através de fontes primárias em acervos públicos em busca de representações sobre a forma que o jardineiro era retratado no cenário local/nacional, na intenção de se estabelecer uma narrativa sobre sua trajetória junto ao jardim público e entrevistas semiestruturadas com técnicos e ex-técnicos da prefeitura do Recife que tiveram contato direto com o quadro de jardineiros quando ainda existiam na rotina de cuidado dos jardins da cidade.

O jardineiro, que antes governava todo o processo artístico relativo à arte do jardim, não mais possui a posição de concepção, hoje a cargo do paisagista. O idealizador — que aqui já chamamos de paisagista — materializa a ideia, mas não sozinho, o jardineiro também está presente, na função de plantar o jardim, e mantê-lo ao longo do tempo. Como comenta Serrão (2013), “a concepção fazia nascer um jardim, mas a manutenção que o fazia persistir” (p. 83), ou seja, o ato jardineiro existe por causa do jardim e o jardim só existe a partir dele.

O jardim histórico, carregado de significação e respondendo aos anseios e necessidades do homem e da sociedade como expressão de conexão entre a civilização e natureza através da arte, como lugar de memória e contemplação (AÑON-FELIÚ, 1993;1995), carece ainda mais da figura do jardineiro. Por ser um monumento vivo (CARTA DE FLORENÇA, 1981), difere dos monumentos dito sólidos ou inertes: não é estático. Mesmo que esteja intacto, as plantas que o compõem se modificarão e lhe trarão nova aparência conforme o tempo se desdobre (ASSUNTO, 1993) e por isso sua conservação depende tanto de leis biológicas quanto artísticas e históricas. Conservá-lo é uma ação contínua que lida com essa realidade mista e frágil da qual ele se compreende.

Rojo e Porcel (2005) atestam que diferentemente do que acontece nos edifícios, no qual a manutenção é um problema menor, nos jardins ela representa uma questão indispensável de tratamento. Para os autores, no jardim conservar é restaurar e por isso “o processo de manutenção significa a eleição de um equilíbrio entre permanência e inovação que gera em cada presente uma diferente autenticidade” (p.142). Assim sendo, a manutenção se encontraria no equilíbrio entre a conservação dita preventiva, no sentido de operar para a conservação do jardim sem alterar sua leitura e a restauração de fato, alterando-a para fazê-la mais correta.

Carbonara (1977) passa a considerar o valor do trabalho dos jardineiros como único e artístico, uma vez que existe uma enorme dificuldade de realizar tais substituições e assim o peso deste trabalho específico confere um valor único ao jardim. Somente a matéria da obra de arte seria objeto de intervenção, pois é o único elemento capaz de se modificar, porque é o meio físico para se chegar até a manifestação da imagem da obra da arte, em sua instância de matéria tanto em aspecto (o que se vê) quanto em estrutura (suporte que proporciona o primeiro), prevalecendo a instância do aspecto quando não for possível uma conciliação entre os dois.

Sennett (2009) fala que o artífice é aquele que explora as dimensões da habilidade, do compromisso e do juízo de maneira particular. Este possui uma estreita conexão entre a mão e a cabeça, que a partir da prática concreta junto ao pensamento, adquire o hábito e se dedica ao seu trabalho pelo simples fazê-lo bem. Seu trabalho não se resume a simplesmente alcançar um resultado, mas nos esforços que produz para alcançar um bom trabalho e de sua curiosidade com o material que tem em mãos.

Enquanto a arte ascende por meio da subjetividade e do princípio da originalidade, no qual o artista e sua obra se transformam numa atitude individualizada e voltada para si mesma, no ofício o artífice se encontra voltado para fora de si, para sua comunidade. Enquanto a arte seria esse trabalho único e original, o ofício se configura enquanto prática anônima, coletiva e continuada (SENNETT, 2009), podendo se enquadrar como uma tradição popular.

Por mais que se costume enxergar arte e ofício de forma dissociada, como uma divisão entre expressão e técnica, uma não existe sem a outra e as duas estão presentes no jardim para a sua criação. A segunda, porém, segue com ele, ou pelo menos deveria, ao longo de sua vida. É o jardineiro, como garantidor da transmissão da matéria e da imagem do jardim, que é capaz de estabelecer o equilíbrio entre a dimensão artística e biológica do jardim, sendo técnico ao mesmo tempo que é artífice. Há uma rotina incorporada à técnica exigida, a partir de uma sensibilidade treinada, conforme aponta Fígoli e Gadelha (2012).

**Palavras-chave:** Jardineiro; Conservação; Mestre artífice; Jardim histórico.

### **Referências bibliográficas principais**

AÑON-FELIÚ, C. Del jardín histórico y su rehabilitación. **Nueva Revista, La Rioja**, n. 40, v. [s/v], p. 125-129, 1995. Disponível em: <<http://repositorio.fundacionunir.net/archive/files/9efcd7165dfddc209aef8edc6169b2d9.pdf>>. Acesso em 06 jul. 2019.

BRANDI, C. **Teoria da restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

CARBONARA, Giovanni. **Avvicinamento al restauro**: teoria, storia, monumenti. Napoli: Liguori Editore, 1997.

CLÉMENT, G. **A sabedoria do jardineiro**. Tradução de Rúbia Moreira, 2017. 61 p. Título original: La sagesse du jardinier. Trabalho não publicado.

FÍGOLI, L.; GADELHA, D. Ofícios: permanências e transformações. *In*: PATRIOTA, L. **Mestres artífices de Minas Gerais** (Cadernos de Memória 1). Brasília: Iphan, 2012.

GONZÁLEZ-VARAS, I. **Conservación de bienes culturales**. Teoría, historia, principios y normas. Madri: Ediciones Cátedra, 2008.

MAIDA, D. **Giardinieri d'arte**. Il corso di formazione alla Reggia di Venaria Reale diventa tema di convegno. *Artribunne*, 16 de dez. 2017. Disponível em: <<https://www.artribune.com/professionisti/2017/12/nasce-alla-venaria-reale-il-giardinieri-darte/>>. Acesso em: 9 de nov. de 2019.

MINISTÈRE de la Culture et de la Communication. Les jardiniers d'art des domaines de l'Etat. Paris: Ministère de la culture et de la communication, 2012. ROJO, J.; PORCEL, M. **Especificidad y dificultades de la restauración en jardinería**. *PH Boletín*, 2005, v. s/v, n. 27, p. 138 – 145.

SENNET, R. **El artesano**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2009.

SERRÃO, A. A essência do jardim. *In*: \_\_\_\_\_. **Filosofia da paisagem**. Estudos. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013. p. 71-87.

## DOS MOCAMBOS AOS EMPREENDIMENTOS PRIVADOS A DINÂMICA OCULTA DO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DAS MARGENS DA BACIA DO PINA.

**Clara Guimarães Melo**  
[cla.guimaraes@hotmail.com](mailto:cla.guimaraes@hotmail.com)  
**Suely Maria Ribeiro Leal**  
[suelyleal@terra.com.br](mailto:suelyleal@terra.com.br)

Nas últimas décadas assistimos a um intenso processo de transformação urbana das margens da Bacia do Pina por meio da disseminação de grandes empreendimentos<sup>6</sup> públicos e privados. Partimos da premissa de que esses projetos, a princípio isolados e sem nenhuma conexão, apontam para uma dinâmica de valorização e gentrificação do território. Esse processo é resultado de algumas antecipações valorativas que surgem ao longo do tempo por meio de práticas, planos e ações que incidem diretamente sobre as margens da Bacia.

A Bacia do Pina<sup>7</sup> caracteriza-se como um importante espaço estuarino onde ocorre a confluência dos rios Capibaribe (braço sul), Tejipló, Jordão e Pina. Suas margens são limitadas pelos bairros do Cabanga e São José, ao norte; Pina e Brasília Teimosa, ao sul; Afogados, a oeste; e o dique natural de arrecifes, a leste.

A princípio, esse território era composto por um conjunto de ilhas baixas, parcialmente alagáveis que com o passar dos anos foram sofrendo sucessivos aterros. Segundo Silva (2008), o processo de ocupação das margens da Bacia tem início em 1630 quando o Recife torna-se a sede do governo holandês no Brasil. Com o passar dos anos começam a se consolidar pequenos povoados além do perímetro urbano da cidade, em terras que normalmente pertenciam aos senhores de engenhos ou as irmandades de ordens religiosas (ARAÚJO, 2007). Um desses territórios é a Fazenda Nossa Senhora do Rosário da Barretalocalizada no bairro do Pina que passa a ser povoada basicamente por pescadores e ex-escravos (SILVA, 2008).

Após a abolição da escravatura em 1888, o Recife torna-se palco de um intenso movimento migratório, tanto de ex-escravos proveniente das zonas açucareiras quanto dos retirantes que sofriam com as secas periódicas no sertão. Ao chegar na cidade e sem acesso aos meios necessários para sua reprodução social, grande parcela dessa população vai ocupar as áreas alagadiças de beira de mangue, conformando assim os primeiros Mocambos (ARAÚJO, 2007). O adensamento populacional aliado as baixas condições de salubridade do espaço urbano tornaram-se muito propício para a propagação de epidemias<sup>8</sup>. Esse fator, fez com que a questão urbana se tornasse uma prioridade dentro das ações dos governos, fortemente influenciada pelos princípios higienistas.

As primeiras grandes intervenções sobre as margens da Bacia vão ocorrer em 1945 a partir das obras de melhoria do sistema portuário, intensificadas em 1909 diante da

---

<sup>6</sup>Esses grandes empreendimentos consistem nas torres residenciais Maurício de Nassau e Duarte Coelho; Shopping Riomar; Viamangue; Mirante do Cais; Parque do Cais e Mirante Capibaribe.

<sup>7</sup>Situada na região central da cidade do Recife e com uma extensão de 3,6 km, ela se constitui como parte de uma grande fragmento de manguezal urbano.

<sup>8</sup>Segundo dados, entre 1851 e 1900, a cidade do Recife registrou um total 94 surtos epidêmicos (JUCÁ, 2001).

presença dos Planos de Reforma e Saneamento do Recife. Em 1922, sob a gestão do então governador Sergio Loreto, foi promovido um grande movimento de expansão urbana para vários pontos da cidade, entre eles o bairro de Boa Viagem, o que foi fundamental para atrair novos moradores, sobretudo as classes mais ricas. Paralelo a isso foi dada continuidade as obras de melhoramento do porto com a implementação de serviços de dragagem e aterros nas proximidades da Bacia - mais especificamente na região que corresponde ao forte do Brum até o Cais Santa Rita - bem como obras de canalização de águas pluviais e galerias, reforço das muralhas dos arrecifes e a ampliação das estradas de ferro que partiam do porto até o interior do Estado (MOREIRA, 1994). Diante da recente dinâmica de valorização da zona Sul ocorre um movimento de pressão sobre os mocambos existentes que passam a ser empurrados para os terrenos de menor valor, sem nenhuma infraestrutura e cada vez mais afastados do centro comercial (HERRERA, 1992). Posteriormente, na gestão do então Carlos de Lima Cavalcanti (1930-1937), as obras de ampliação do Porto do Recife foram retomadas, mas dessa vez com foco nos Bairros de Santo Antônio e São José. Nesse período são realizados dois importantes aterros sobre as margens da Bacia do Pina: o primeiro foi direcionado para o Cais do Saneamento - atual Cais José Estelita (PONTUAL, 2007) e o segundo na área que corresponde ao atual bairro de Brasília Teimosa. Neste último estava previsto a instalação de um pequeno aeroporto triangular mas que não chega a ser executado sob a alegação de que as pistas de pouso não apresentava as dimensões exigidas pelo Departamento da Aeronáutica Civil (SILVA, 2008).

Em 1937, durante a vigência do interventor estadual Agamenon Magalhães, foi travada uma verdadeira guerra contra os mocambos, sobretudo os localizados nas áreas centrais da cidade e nas proximidades dos grandes eixos de circulação. Alves (2009) destaca que o objetivo de tais ações não era apenas a melhoria dos padrões de higiene e estética da cidade, mas atender aos interesses do mercado por meio da abertura de novas áreas para a valorização imobiliária na região central. Esse processo resultou na transferência de grande parcela das famílias que viviam nos mocambos para municípios vizinhos ou regiões periféricas. Apesar da forte política de remoção urbana, algumas comunidades pobres, conseguiram se manter em seus territórios mediante um intenso processo de luta e resistência popular.

A partir da década de 50 o Recife apresentou um vertiginoso crescimento demográfico sobretudo no bairro de Boa Viagem que chegou a tornar-se o segundo centro principal da cidade. Esse fator mobilizou a realização de inúmeras obras viárias como a Avenida Antônio Goes e a ponte Agamenon Magalhães na margem sul da Bacia do Pina e a Avenida Sul e o viaduto das Cinco Pontas na margem norte.

No final de 1970 e início de 1980, inaugura-se um período de experiências e práticas democráticas por todo o país. Na cidade do Recife tivemos a experiência do projeto Teimosinho<sup>9</sup> que trouxe importantes discussões e conceituações sobre a aplicação de um zoneamento que incluísse os assentamentos informais à malha urbana. Posteriormente, essa experiência serviu como subsídio conceitual para a construção do arcabouço normativo das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) que resultou na demarcação da Zeis de Brasília Teimosa e Zeis da Cidade de Deus - ambas localizadas nas margens da Bacia.

Após o período de redemocratização entra em vigor uma nova fase de estruturação e intervenção que incorpora o planejamento e gestão urbana dentro da lógica do

---

<sup>9</sup>O Teimosinho foi um projeto proposto para a área de Brasília Teimosa que propunha uma solução de regularização da posse da terra em favor dos ocupantes e posterior urbanização da área com o programa de saneamento e habitação.

empreendedorismo cuja finalidade tem sido tornar as cidades economicamente atrativas ao capital. Sob essa perspectiva é lançado em 2003 o Plano do Complexo Turístico/Cultural Recife-Olinda que consiste numa ação de requalificação e renovação urbana. A intervenção tinha como abrangência a Colina Histórica da cidade de Olinda até a ex-Estação da Rádio Pina, na cidade do Recife. Segundo Leal (2006), além de um projeto de requalificação ele também sinaliza um conjunto de áreas atrativas para o mercado imobiliário.

No entanto, diante das mudanças na gestão pública, o governo do Estado decide por se desfazer dos terrenos de grande porte no perímetro do projeto - a antiga Fábrica da Bacardi, o Cais José Estelita e o terreno do Cais Santa Rita - prejudicando as garantias de viabilidade financeira do Plano e fazendo com que ele fosse arquivado (ROLNIK, 2012 apud BARBOSA, 2014). Ainda no mesmo ano é realizado o leilão do primeiro terreno, localizado no Cais Santa Rita, que é arrematado com uma proposta única de oitocentos mil reais pela empresa Moura Dubeux Engenharia. No local, são construídas duas torres habitacionais com 40 pavimentos cada, intituladas de Píer Maurício de Nassau e Duarte Coelho. Em 2008 o segundo terreno, localizado no antigo Cais José Estelita, que pertencia a Rede Ferroviária Federal S.A (RFSSA), é arrematado em leilão pelo Consórcio Novo Recife<sup>10</sup> pelo valor mínimo de 55,4 milhões de reais. Apesar da grande polêmica que envolveu o projeto e a aquisição do terreno, ele foi aprovado e atualmente encontra-se em processo de construção das primeiras das primeiras torres residenciais: o Mirante do Cais e o Parque do Cais. Em seguida, no ano de 2010, foi aprovado no terreno da antiga Fábrica de Rum Bacardi a construção do shopping Riomar e um complexo de torres empresariais. Essa ação se deu a partir de uma parceria entre a Prefeitura do Recife e o Grupo JCPM. Junto a esses empreendimentos foi executado o projeto da Via Mangue, uma intervenção viária que pretendia fazer a ligação entre os eixos Norte-Sul da cidade. Recentemente a construtora Moura Dubeux Engenharia deu início a um novo empreendimento residencial na margem Sul da Bacia, intitulado de Mirante do Capibaribe. Diante desse processo o presente trabalho busca investigar essa dinâmica promovida pelo capital privado e assim tecer reflexões críticas sobre seus impactos.

**Palavras-chave:** Bacia do Pina; Valorização Urbana; Empreendedorismo Urbano; Gentrificação.

### **Referências bibliográficas principais**

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de . **As praias e os dias:** História social das praias do Recife e de Olinda. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

BARBOSA, David Tavares. **Novos Recifes, Velhos Negócios.** Política da paisagem no processo contemporâneo de transformações da bacia do Pina – Recife/PE: Uma análise do Projeto Novo Recife. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

HERRERA, C. V. **A dinâmica da transformação:** resgate da memória do processo de urbanização da Avenida Boa Viagem. (Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1992.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. O Processo de Ocupação e Crescimento do Espaço Urbano do Recife. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. 118, n. CXVIII, p. 125-152, 2004.

---

<sup>10</sup>O Consórcio Novo Recife é formado pelas empresas Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubeux Engenharia e Queiroz Galvão.

LEAL, Suely Maria Ribeiro. Empresarialismo competitivo e produção imobiliária no processo de organização do espaço metropolitano do Recife. **X Colóquio Internacional sobre poder local, desenvolvimento e gestão dos territórios**, 2006, Salvador. Anais. Salvador: 2006, 16p.

MOREIRA, Fernando Diniz. **A Construção de uma Cidade Moderna: Recife, 1909-1926**. Recife. 1994. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1994.

PONTUAL, Virgínia. O antigo e o moderno no Recife: As práticas e a construção de identidades urbanísticas. **XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. 2007, Belém. Anais... Belém: 2007, 30p.

SILVA, Oswaldo Pereira da. Pina: **Povo, cultura, memória. Olinda**: Centro de Cultura Professor Luis Freire, produção alternativa, 1990.

## A INDISCIPLINA ENQUANTO “JEITO” DE VIVER: UMA ANÁLISE FOUCAULTIANA SOBRE O JEITO INDISCIPLINADO DO BRASILEIRO E SUAS REPERCUSSÕES NO USO DAS INFRAESTRUTURAS DE MOBILIDADE URBANA

José Matheus Lira da Silva  
jmlira@live.com

Sérgio Carvalho Benício de Mello  
sergiobenicio@yahoo.com.br

As peculiaridades que permeiam o cotidiano brasileiro são inúmeras, especialmente se se leva em consideração a relação existente entre o Estado e o corpo social. Essa relação está marcada por uma série de rupturas e dicotomias, constituídas pelas relações de saber e de poder que permeiam o país desde a sua época de colônia portuguesa até a contemporaneidade (DINIZ; BOSCHI, 1977).

De um lado se tem um Estado caracterizado por adjetivos como deficitário e ineficiente e, de outro, se tem uma sociedade descrita enquanto incivilizada e passiva (SZWAKO; MOURA; D’AVILA, 2016). Concordando-se em partes com os adjetivos propostos, chega-se à caracterização de um Estado deficitário, ineficiente e, sobretudo, *negligente* e de um corpo social *incivilizado*, porém não passivo.

A crença de que o corpo social não é passivo se baseia em Lacan (1975)<sup>11</sup>, quando este retrata os sujeitos enquanto estruturas reacionais. Nesse sentido, buscando compreender o *jogo de forças* existente entre Estado e o corpo social, levanta-se a necessidade de apreender quais são os reflexos da ação negligente do Estado e da consequente *reação incivilizada* que permeia as reproduções do corpo social no plano do cotidiano.

Desse modo, apropria-se dos pensamentos de Michel Foucault no que tange à constituição de uma *sociedade disciplinar*, incrustada por mecanismos de vigilância e controle, que objetiva a docilização do corpo social. Seguindo essa linha de raciocínio, entende-se que a finalidade por trás da criação dessa sociedade disciplinar é enquadrar a existência do corpo social, transpassando-o por dispositivos de disciplina, de forma a construir um *poder-saber* sobre os seus corpos. Nesse sentido, a constituição da sociedade disciplinar viabilizou a constituição de um novo saber sobre os corpos, saber esse enquanto técnica de poder para sujeita-los e torná-los úteis.

O incremento do saber enquanto poder, foi utilizado como mecanismo de controle pela monarquia absolutista na época clássica e, contemporaneamente, é uma tecnologia política do Estado. Tem-se, então, que esse saber se transfigura no que Foucault alcunha de *superpoder* do Estado que, por sua vez, tem a primordial finalidade de ajustar os

---

<sup>11</sup>Em conformidade com a tese “*De la psychose par a noi a que dans Rapport sav eclaper son nalité*” de 1932, Jacques Lacan apresenta o sujeito em termos de sua individualidade, assumindo que tal característica é fruto do meio social. Entretanto, Lacan não busca configurar o sujeito enquanto um ser passivo, mas sim como um ser reacional que é produzido e desenvolvido dentro de determinado meio. Nessa conjuntura, Lacan discorre sobre a subversão desse sujeito reacional como um contraponto à ideia de revolução (CHAVES, 2002). Conforme Calazans e Neves (2010, p.201) argumentam, “para Lacan, o revolucionário é aquele que retorna ao mesmo ponto, que gira em torno do mesmo eixo. Já a subversão implica que se passe a girar em torno de outro eixo, que se passe a considerar os problemas a partir de outros princípios. Na subversão, há uma transformação que vem em decorrência de um impasse”. Em complemento a essa noção, tem-se a interpretação feita por Miller (1999, p.37), a partir da qual se apresenta a subversão enquanto uma “ordem de um significante que escapa ao código, criando desse modo o sentido. É o sentido que está na diferença. Não se trata de ser uma exceção, mas de subversão da regra”.

mecanismos de poder de tal forma que estes possam implicar na “adaptação e harmonia dos instrumentos que se encarregam de vigiar o comportamento cotidiano das pessoas, sua identidade, atividade, gestos aparentemente sem importância”, tomando conhecimento e se empoderando de suas multiplicidades e de suas forças, ao passo que as torna dóceis e economicamente úteis (FOUCAULT, 2014, p.78).

Na interpretação de Godinho (1995), revela-se a partir dessa relação um poder de tipo epistemológico<sup>12</sup>, que vai retirar do corpo social saberes e conhecimentos que se fazem necessários para a manutenção da sua sujeição e controle. Os discursos concernentes ao *superpoder* de controle empreendido pelo Estado, implicam sobre os corpos uma coerção constante, que esquadrinha todos os seus movimentos, tempo, espaço e permitem, por assim dizer, o controle minucioso de suas atividades, numa relação constante de sujeição que objetiva a docilidade-utilidade.

Para que o corpo social pudesse apresentar concomitantemente a docilidade e a utilidade, seria necessário que o poder de punição e controle do Estado fosse caracterizado em seus discursos por um grau irrefutável de certeza, pois seria essa certeza que viabilizaria o perfeito funcionamento do controle disciplinar (SOUSA; MENESES, 2010).

Assim, projeta-se que a finalidade primordial da construção de uma sociedade disciplinar através do controle é a economia. Entretanto, não a economia no sentido estrito da palavra, mas a economia enquanto eficácia dos movimentos empreendidos pelos corpos, corpos esses que ganham o significado de objeto e finalidade do poder e que deveriam se apresentar em suas formas dóceis e úteis, podendo, então, ser submetidos, utilizados, transformados e aperfeiçoados a partir do controle sobre eles empregado (FOUCAULT, 2014).

Assim sendo, o fio condutor que permite refletir a teoria *foucaultiana* com a realidade brasileira se estrutura com base na relação discursiva conflituosa empiricamente verificável entre o *superpoder* do Estado nacional e o conquistado *infrapoder* de indisciplina do corpo social. Para o autor, formara-se no imaginário francês no fim do século XVIII, pós reforma penal, a ideia utópica de que uma sociedade universal e abertamente punitiva, por si só, seria capaz de bloquear quaisquer práticas de ilegalidade.

Entretanto, apesar desses esforços punitivos, viu-se a continuidade da reprodução da indisciplina sob a forma de *ilegalismo* popular. A este fato o autor atribui a culpa ao desenvolvimento da esfera política dos *ilegalismos*, pois até então práticas isoladas e limitadas à sua própria reprodução passaram a se converter em lutas com viés nitidamente político, que possuíam o objetivo não apenas subverter a ordem outrora imposta, mas de trocar o governo e a estrutura apresentada pelo poder (FOUCAULT, 2014).

Nessa continuidade, desde a época do absolutismo, existia uma rede de relações entre o *superpoder* do monarca e o *infrapoder* do corpo social. Esse *infrapoder*, por sua vez, ganhava força por se tratar de *ilegalismos* ou desordens públicas protagonizados pelos diversos grupos e classes sociais (SOUTO, 2010). Em relação ao Brasil contemporâneo, somado à perda de força do *superpoder* do Estado em tornar o corpo social docilizado, tem-se a contrapartida do surgimento de focos de *ilegalismos* cada vez mais diversos e a constituição de um *infrapoder* popular cada vez mais forte.

Os discursos acerca do *infrapoder* da sociedade brasileira para a constituição de focos de *ilegalismos*, culmina na categorização do “jeitinho brasileiro”. Esse “jeitinho”, em muito se

---

<sup>12</sup>Além dos poderes de tipo econômico, político e judiciário.

apoia no poder de vigilância deficitário do Estado, pois, a partir de sua insuficiência, cria-se no corpo social o discurso de impunidade. Se por um lado, tem-se um Estado ineficiente e negligente, que vigia e pune inocuamente, do outro lado, tem-se a possível formação discursiva da indisciplina enquanto “jeito” de viver.

Para Da Matta (1980), o uso desse “jeito” de viver culmina por conduzir o corpo social brasileiro a um fenômeno bastante corriqueiro, que seria a descrença nas regras e decretos universalizantes. Assim, empreende-se um esforço para traduzir esse “jeito” enquanto a liberdade de poder subverter o sistema ou as normas com baixo risco de punição. Influenciada por essa improbabilidade punitiva, a subversão da ordem se tornou natural e institucionalizada e, por sua vez, passou a culminar em desordens públicas que atingem espaços físicos e fenômenos sociais, transcendendo qualquer noção de localização geopolítica.

Neste panorama, desvela-se a nítida dualidade, controle inócuo e indisciplina, que permeia a relação dicotômica entre o Estado brasileiro e o corpo social. O Estado finge que pune, o corpo social finge que obedece. Assim se produz a vida cotidiana brasileira, através da apropriação dos espaços urbanos e uso de suas infraestruturas e da iminente eclosão de focos de desordens e *ilegalismos*. Sob essa perspectiva, questiona-se: (1) Quais os discursos que sustentam a indisciplina do corpo social brasileiro enquanto “jeito” de viver e quais os seus reflexos no uso das infraestruturas de mobilidade urbana?

Apoiando-se nessa indagação, a pesquisa é direcionada ao estudo dos reflexos da indisciplina do corpo social brasileiro através de uma análise das desordens públicas que emergem do objeto discursivo “políticas de mobilidade urbana (PMU)” no recorte espacial da cidade do Recife.

Por conseguinte, a investigação se alinha conforme um estudo qualitativo dos conflitos urbanos envolvendo o corpo social e o Estado a partir das perspectivas de autores, tais quais: Michel Foucault, Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Holanda e Roberto da Matta. A abordagem metodológica da pesquisa adotará como alicerce a Análise do Discurso sintetizada pelo filósofo Michel Foucault, com o objetivo de revelar a ordem dos discursos que sustenta as disciplinas do corpo social no uso das políticas de mobilidade recifenses. A coleta de dados objetivando elucidar o limiar discursivo será empreendida através de uma pesquisa de campo fotoetnográfica, sob os moldes realizados por Costa e Leão (2011; 2012).

**Palavras-chave:** Poder Disciplinar; Indisciplina; Ilegalismo; Análise do Discurso Foucaultiana; Arqueologia do Saber; Políticas de Mobilidade Urbana; Recife.

### **Referências bibliográficas principais**

COSTA, F. Z. da N.; LEÃO, A. L. M. S. Desvelamento do limiar discursivo de uma marca global em uma cultura local. **Cad. EBAPE.BR [online]**. vol.9, n.2, p.299-332. 2011.

COSTA, F. Z. da N.; LEÃO, A. L. M. S. **Formações discursivas de uma marca global num contexto local:** um estudo inspirado no método arqueológico de Michel Foucault. O&S, Salvador, v.19 - n.62, p. 453-469 – Jul./Set., 2012.

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

DINIZ, E.; BOSCHI, R. Estado e sociedade no Brasil: uma revisão crítica. BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, n.1, p.9-34, 1977.

In: SZWAKO, J.; MOURA, R.; D'AVILA FILHO, P. (org.). **Estado e sociedade no brasil**: a obra de Renata Boschi e Eli Diniz. Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, Ideia D, 2016.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Editora Vozes, 42. ed. Petrópolis, RJ. 2014.

GODINHO, E. M. **Educação e Disciplina**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

LACAN, J. **De la psychoseparanoiaque dans Rapports avec la personnalité**. Paris: Seuil, 1975.

SOUSA, N. C.; MENESES, A. B. N. T. de. **O poder disciplinar**: uma leitura em Vigiar e Punir. SABERES, Natal – RN, v. 1, n.4, jun. 2010.

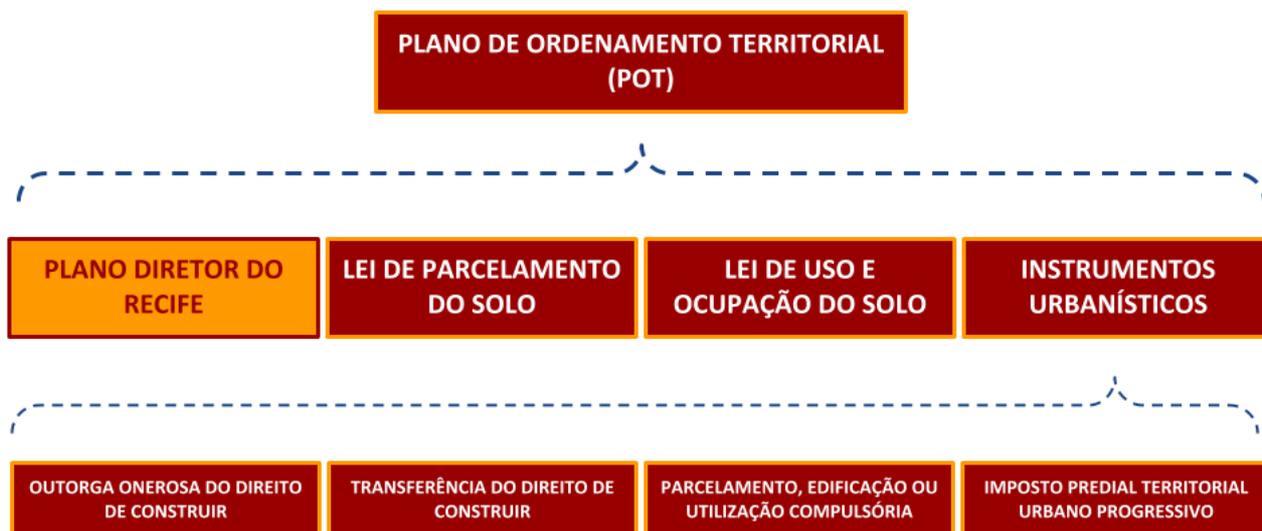
SOUTO, C. A. T. **Direito e ilegalismos**: reflexões sobre a normalização na obra de Michel Foucault. Kínesis, Vol. II, nº 04, p. 23-39, dezembro, 2010.

SZWAKO, J.; MOURA, R.; D'AVILA FILHO, P. (org.). **Estado e sociedade no brasil**: a obra de Renata Boschi e Eli Diniz. Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, Ideia D, 2016.

O Plano Diretor é uma lei municipal cuja elaboração é de responsabilidade do Poder Executivo municipal, que deve submetê-lo à aprovação do Poder Legislativo municipal. A Constituição Federal de 1988 confere ao Poder Público municipal a atribuição de executar a política urbana conforme diretrizes gerais fixadas pela legislação federal. O objetivo era transferir aos municípios o poder e a responsabilidade de ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e de garantir o bem-estar de seus habitantes. Para atender a tal objetivo, é apontado o Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento municipal. Por lei, de acordo com o Estatuto da Cidade (2001), o Plano Diretor deve contar a participação da sociedade.

Nesse contexto, o processo de elaboração do Plano Diretor do Recife (2018-2020) se mostra como um exemplo de como se dá a dinâmica da participação social no processo de planejamento do espaço urbano. Sendo revisto após os dez anos de vigência da Lei Orgânica que instituiu o Plano Diretor do Recife de 2008, o Plano em elaboração está inserido no Plano de Ordenamento Territorial - POT, que conta ainda com a Lei de Uso e Ocupação do Solo, a Lei de Parcelamento do Solo e alguns instrumentos urbanísticos como mostra a figura a seguir.

**Figura 01:** Plano de Ordenamento Territorial



Fonte: Esquema da composição do Plano de Ordenamento Territorial. Elaborado pela autora, março de 2020.

As atividades participativas para elaboração do Plano Diretor do Recife foram compostas por 7 momentos ao longo de seis meses: Escutas Públicas por RPA, Oficinas Temáticas, Audiência Pública para apresentação de Diagnóstico Propositivo, Audiências Públicas Devolutivas, Oficinas por Segmento, Capacitação de delegadas e delegados para a Conferência do Plano Diretor, Conferência do Plano Diretor. Após essa etapa, o Projeto

de Lei resultante foi encaminhado para a Câmara de Vereadores, para seguir com os trâmites necessários no âmbito Legislativo. A figura a seguir sintetiza o cronograma dessas atividades no âmbito do Poder Executivo.

**Figura 2: Atividades Plano Diretor Recife 2018**



**Esquema de atividades do processo de elaboração do Plano Diretor. Elaborado pela autora, março de 2020.**

Com a elaboração em curso, houveram diferentes posicionamentos dos atores sociais frente ao processo. O Poder Público defendeu desde o princípio a efetividade da divulgação de todas as atividades e a eficiência do processo participativo por meio de diversos canais. Representantes do setor imobiliário ratificaram o posicionamento do Poder Público em relação ao processo participativo, defendendo que houve efetividade da participação social ao longo da elaboração do Plano. No entanto, outros segmentos sociais como ONGs e outros grupos da sociedade civil organizada, denunciaram a falta de participação no processo e atropelo em relação ao tempo e qualidade das atividades realizadas.

Esses segmentos que reivindicaram maior participação no processo e denunciaram seu atropelo estavam baseados no Termo de Referência da proposta licitatória que considerava 13 meses para o processo de elaboração. Entretanto, a prefeitura reduziu essa etapa para apenas 4 meses, estendendo posteriormente para 6 meses. Várias ações de caráter jurídico foram tomadas pelos integrantes de ONGs e outros segmentos, como denúncia ao Ministério Público de Pernambuco - MPPE. Houve recomendação por parte MPPE para cancelamento das atividades e retomada da elaboração do Plano a partir do início com vistas a garantir participação efetiva da sociedade. Mesmo assim, a prefeitura ignorou as recomendações e reivindicações, continuando as atividades normalmente.

Nesse contexto, o processo de elaboração do Plano Diretor do Recife é uma oportunidade de compreender as relações de poder dos segmentos que compõem a cidade, sendo entendida como uma arena de decisões reflexo dos conflitos entre os diversos interesses coexistentes na sociedade recifense sobre o território. Assim, busca-se com a pesquisa revelar limites e manobras técnicas e políticas do atual processo de participação social no momento de elaboração do Plano.

Levanta-se a hipótese inicial de que a participação social no processo de elaboração do Plano Diretor da cidade do Recife 2018-2020 se deu de maneira formalista como instrumento de legitimar acordos estabelecidos anteriormente entre o Poder Público e o Setor Imobiliário. Dessa forma, entende-se que o Plano seja fruto de um acordo político e econômico com sérios rebatimentos sociais, uma vez que na prática a participação social seria uma ilusão, tendo poder de voto apenas os atores que operam pela continuidade do status quo, pela permanência do pensamento hegemônico vigente no poder e perpetuação das classes dominantes no controle do planejamento urbano do Recife. Assim, tem-se que

a participação social propalada no processo de elaboração do Plano em estudo foi controlada, dado que os momentos de síntese e tomadas de decisão foram hegemônicos pelos representantes das unidades da prefeitura do Recife articulados com representantes do governo estadual e federal juntamente com representantes do setor civil e imobiliário. Não há dúvidas de que existiu participação, a questão é de que forma essa participação se configurou. Nesse sentido, considera-se a existência de uma hegemonia no processo em estudo constituída por: Poder Público, setor imobiliário, consórcio de empresas contratadas, GTPOT (Grupo de Trabalho do Plano de Ordenamento Territorial). Essa hegemonia seria responsável por controlar e elitizar a elaboração do Plano.

Dessa forma, para embasar teoricamente o presente estudo buscou-se aporte teórico sobre os conceitos Plano Diretor, Participação Social e Classes Sociais por meio da leitura e análise de textos e reflexões de autores importantes da área do urbanismo, sociologia e ciência política.

De acordo com Rodrigues, Santana e Pontual (2019), o Plano Diretor é um instrumento do planejamento urbano que orienta o desenvolvimento do território, não se limitando apenas a aspectos arquitetônicos e urbanísticos, ao delinear também diretrizes que prevê em melhores condições de vida para a população. Para Lacerda et al. (2005) o maior desafio dos espaços decisórios, como a elaboração de um Plano Diretor, é a combinação das dimensões técnica e política, considerando que muitas vezes a relação entre a fundamentação técnica baseada na análise de informações pertinentes ao crescimento urbano não encontra, necessariamente, os desejos desses atores, o que gera conflitos a serem administrados pelas instituições responsáveis por sua elaboração, controle, aplicação e monitoramento.

Nesse sentido, a participação social efetiva se mostra como forma de atender aos desejos dos diversos atores que compõe a sociedade. De acordo com Azevêdo (2019), a participação é um processo social dinâmico, que envolve simultaneamente, sentimento de pertencimento e engajamento social, influenciando no curso de ações coletivas. Dessa forma, uma efetiva participação possibilita que atores sociais incidam em suas realidades e territórios, ao passo que geram processos de transformação social e pessoal. Por outro lado, a participação pode ser utilizada para a manutenção do status quo, promovendo a continuidade dos interesses hegemônicos no poder, como elucidado por Santos e Avritzer (2002, p.60) ao afirmar que a participação pode ser transformada em um processo de controle social organizado de cima para baixo (top-down), no qual interesses e atores hegemônicos encontram uma nova forma de prevalecer sobre atores e interesses subordinados, com menos capital político ou de organização.

No entanto, independente da forma em que se dão essas experiências dos sujeitos, há questões que perpassam essas relações. De acordo com Milani (2008), a participação se desenvolve em esferas sempre marcadas também por relações de conflito e podem comportar manipulação, uma vez que a participação social deriva de uma concepção de cidadania ativa e é a cidadania que define os que pertencem (inclusão) e os que não se integram à comunidade política (exclusão), gerando conflitos de interesses.

De acordo com Jessé (2018), as relações sociais historicamente estabelecidas definem as classes sociais que são dignas à cidadania e as classes que são postas em um lugar social de subcidadania. Para o autor, a classe social é, antes de tudo, reprodução de privilégios, que podem ser visíveis ou opacos, se reproduzindo de forma difícil de identificar e combater. Nesse contexto de privilégios, o poder se configura como um elemento em disputa que, no caso em estudo, se sobressai. Uma vez que em arenas de decisão política

acerca de questões urbanísticas, como a elaboração de um Plano Diretor, os atores sociais desempenham diferentes funções, é importante entender o lugar social que cada um desses atores se encontra com vistas à compreender o seu papel no processo.

Na pesquisa em andamento, serão consideradas as quatro classes sociais analisadas por Jessé (2019, p. 163). São elas: a elite do dinheiro, a classe média e suas frações, a classe trabalhadora precária e os excluídos da ralé de novos escravos. Jessé faz a análise dessas classes em âmbito nacional. No presente trabalho, buscaremos traduzir essas classes em âmbito local a fim de entender como se relacionam e onde estão localizadas no território, com vistas a possibilitar a melhor compreensão das relações de poder e interesses diversos presentes no atual processo de elaboração do Plano Diretor do Recife.

Esse breve preâmbulo acerca dos referenciais teóricos basilares para a pesquisa visa elucidar um panorama das conceituações abordadas. Os conceitos trabalhados são complexos e há uma infinidade de autores e definições. Cabe salientar que no presente momento foi apresentado um recorte do que foi apanhado e considerado para análise.

**Palavras-chave:** Participação social; Plano Diretor; Classes sociais; Planejamento urbano.

### **Referências bibliográficas principais**

ARNSTEIN, Sherry. A Ladder of Citizen Participation. **Journal of the American Planning Association**, v.35, n.4, 1969.

COSTA, Fernanda Carolina. Plano diretor ou plano de negócios? **Revista de debates da FASE. Proposta. 2019 - ano 42 nº 129. Edição direito à cidade**. Disponível em: <<https://fase.org.br/pt/acervo/revista-proposta/edicao-129-dezembro-2019/>>. Acesso em: 06.03.2020.

**Estatuto da Cidade:** guia para a implementação pelos municípios e cidadãos: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. – 2. ed. – Brasília: Câmara do Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

FERNANDES, Beth. A importância da comunicação e das Tics na promoção da participação social na gestão do uso do solo urbano. in: In: GONZALES, Suely F. N.; FRANCISCONI, Jorge Guilherme; PAVIANI, Aldo. **Planejamento e Urbanismo na atualidade brasileira:** objeto, teoria e prática. 1 ed. São Paulo: Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013. p. 307-317.

FIGUEIREDO, C. D. . A Primavera Brasileira: sobre a possibilidade de uma cartografia das redes sociais. **Revista Ibero-americana de Ciências da Comunicação** , v. 1, p. 85-97, 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Participação e democracia no Brasil:** Da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes: 2019.

LACERDA, Norma et al. Planos Diretores Municipais: aspectos legais e conceituais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 1, p. 55-72, maio 2005.

LEAL, Suely Maria Ribeiro. As veias abertas do planejamento urbano e a avalanche da governança do mercado. In FERNANDES, Ana Cristina; LACERDA, Norma; PONTUAL, Virgínia (Orgs.). **Desenvolvimento, planejamento e governança:** o debate contemporâneo. Janeiro: Letra Capital/ANPUR, 2015. pp. 161-179.

LEAL, Suely Maria Ribeiro. **Fetiche da participação popular**. 2003.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **RAP - revista de Administração Pública**, 42 (3), mai.-jun./2008, p. 551-579. Rio de Janeiro: FGV.

PONTUAL, Virgínia. O Último Capítulo de uma Comédia: A Aprovação do Plano Diretor de Recife. In: Luiz César de Queiroz Ribeiro; Orlando Alves dos Santos Júnior. (Org.). **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, v. I, p. 403 -426.

RODRIGUES, Bárbara; SANTANA, Letícia; PONTUAL, Virgínia. Reflexões acerca da participação do PREZEIS na revisão do Plano Diretor do Recife 2018 – 2019. **XXV Encontro Rede Universitária Latino-americana de Cátedras de Moradia**. Recife, 2019.

SANTOS, Boaventura e Avritzer, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS (org.). **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018a. 288p.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019. 272p.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: LeYa, 2018b. 288 pp.

## CONSUMO, CRIATIVIDADE E PERTENCIMENTO: O SER ORDINÁRIO E A DEFINIÇÃO CONTEMPORÂNEA DOS MODOS DE FAZER UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA DE CIDADE

**Rebecca Dantas Carneiro** rebeccadantas.cidades@gmail.com

**Lúcia Leitão Santos**  
leitao.lucia@uol.com.br

**Arlindo Neto**  
arlindoposdocmdu@gmail.com

O cotidiano surge para satisfazer as necessidades e organizar histórias do ser. A repetição, isto é, os trabalhos feitos de forma contínua no tempo, se consolidou enquanto comportamentos e hábitos que foram – e ainda são - incorporados e transmitidos por diversas gerações no tempo e no espaço. Em seu livro, *A Invenção Do Cotidiano*, Michel de Certeau responde pela análise das práticas culturais cotidianas, tema a partir do qual desenvolve uma abordagem do consumo cultural, pensado como dimensão criadora e inventiva.

Na construção desse contexto, Certeau aponta o reconhecimento e registro das práticas cotidianas “irregulares” e “não-planejadas” do homem ordinário e provoca o leitor quanto à origem de algumas dinâmicas sociais na cidade com base dessas observações.

No entanto, a cidade, palco da realização das práticas urbanas além de cumprir um papel fundamental para organização e concretização de tarefas no espaço – leia-se aqui a forma e função – permite ainda, enquanto natureza, suprir necessidades básicas do ser. Estes espaços fundamentados em objetivos específicos e atividades que visavam atender necessidades humanas representam para a sociedade símbolos e significados culturais.

Roberto Da Matta, em *A casa e a Rua*, revela em sua busca a compreensão de uma ideia de sociedade como uma entidade entendida de modo globalizado, uma realidade que forma um sistema, e portanto, ressalta que vale observar o modo como algumas cidades brasileiras cresceram: “assim, como um monumento à vontade do colonizador e só mais raramente como uma decorrência direta de trocas comerciais” (DA MATA, 1997).

Nesse sentido, faz-se necessário recorrer a estudos configuracionais urbanos que procurem tratar a cidade como um sistema multidimensional formado por componentes (espaciais) e relações (sociais), visando identificar padrões e hierarquias nestes arranjos e compreender de que forma essas estruturas estão ligadas ao imaginário social e impactam as práticas culturais cotidianas.

As explicações históricas que serão apontadas nessa pesquisa, percorrem a menção de Minayo, em que os territórios de poder e saberes controlados hegemonicamente são consolidados em sua maior parte por especialistas, peritos, filósofos, cientistas, teóricos etc. Estes territórios e fronteiras, segundo a autora, foram estrategicamente constituídos e estão fadados às tecnologias disciplinares de procedimentos ultrapassados que os organizam e estruturam sem levar em consideração os diversos atores, usuários do espaço.

Influenciada por essas questões, iremos em busca dos fatores que influenciam de forma inconsciente a percepção do espaço do cidadão, as motivações que o levam a realizá-las, e o que precisa ser revisto tanto do ponto de vista do cidadão quanto do poder

público na instância municipal. A questão sugerida aqui é o não reconhecimento das práticas cotidianas como instrumento de construção da cidade por parte do ser ordinário. Se há dificuldades de reconhecimento para com as práticas cotidianas quando se trata da cidade formal, cabe imaginar o que delas é enaltecido quando se trata da informalidade.

Portanto, com o intuito de correlacionar a imagem construída no inconsciente do cidadão para com a cidade, à luz da consideração de um contexto histórico que o moldava em maior parte enquanto consumidor do espaço construído do que pertencente aos direitos, deveres e responsabilidades sociais (SANTOS, 1987) esse trabalho busca compreender as formas de apropriação do ser ordinário e as intervenções urbanas que surgem dessas apropriações enquanto contribuição para a produção do espaço, afim de reconhecê-las enquanto parte da construção da cidade.

Através da noção de uma construção coletiva e social do espaço, esse estudo se dá através da criação de uma matriz interdisciplinar que une noções apresentadas por três autores, Consumo, de Nestor Garcia Canclini, Criatividade, de Elsa Vivant e Pertencimento de Roberto da Matta.

O livro *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização* de Canclini, é composto de dez ensaios que discutem relações entre consumo e cidadania a partir da análise cultural perante os processos de globalização e parte de uma investigação sobre como as mudanças da maneira de consumir alteram o exercício da cidadania, percebendo que muitas das perguntas dos cidadãos são respondidas mais pelo consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que pelas regras abstratas da democracia ou da participação coletiva em espaços públicos.

A ideia de sociedade civil é analisada como uma maneira de legitimar manifestações heterogêneas de grupos, organismos não governamentais, empresas privadas e até de indivíduos. O autor reconhece, assim, o deslocamento de cenários onde se exercia a cidadania – da ideia de povo para a de sociedade civil.

Como resultado são identificados vários deslocamentos das identidades tradicionais mediante as transformações da tecnologia e da cultura ou potencializados por velhas demandas identitárias. Analisando as mudanças que ocorrem na vida cotidiana das grandes cidades latinas, a reorganização da esfera pública gerada pela indústria da comunicação e cultura, e os impactos decorrentes de uma globalização cada vez mais acentuada, é que se poderá descortinar esses novos conflitos multiculturais, que agravam alguns dos velhos problemas de identidade e indicam novos sentidos de pertencimento.

Permanecendo um pouco mais nesta linha que pretende estabelecer supostas pontes de ligação entre as demandas identitárias e os monopólios de comunicação, muitas vezes tentam estabelecer uma contradição à possibilidade de que o discurso das identidades locais seja capaz de se organizar junto às comunidades de consumidores.

O que é uma cidade criativa de Elsa Vivant se apresenta como uma alternativa ao geógrafo e economista Richard Florida sob a bandeira "artistas da classe criativa", intelectuais, prestadores de serviços de grandes empresas e a associação destas a dois fenômenos distintos: por um lado, o processo de "gentrificação" urbana pelo qual os "criadores" - artistas e profissões culturais e intelectuais - reinvestem a cidade, local de oportunidades e reuniões; por outro lado, um tratamento proativo e baseado na terra da

paisagem urbana destinado a atrair os "criativos" da publicidade e dos bancos. (VIVANT, 2012)

O texto questiona a capacidade das cenas artísticas locais de conferir um valor agregado simbólico e econômico às áreas negligenciadas dos centros das cidades. Tomando o bairro como fonte de inspiração, investindo seus espaços de convívio, apropriando-se de seus espaços urbanos marginais em que se instalam e trabalham, os artistas redesenham a paisagem social do bairro como um espelho da boemia e da singularidade de "viver um artista". Elsa Vivant nos mostra de fato que eles são os elos de um processo de *gentrificação* que muito rapidamente os excede. (VIVANT, 2012)

Elsa Vivant, no entanto, argumenta que a multiplicação de iniciativas políticas nesses espaços "(... ) por si só não garante a revitalização cultural de um distrito (...)" e, além disso, contribuiria para uma distorção da qualidade de sua oferta cultural. Finalmente, mesmo que eles tenham em comum tirar seus recursos operacionais de uma ancoragem territorial, o autor mostra que a disparidade de atividades criativas (de atividades estritamente artísticas a atividades industriais) orienta estratégias de implantação urbana que não são não limitado a centros, mas que, se estendem até as margens da região metropolitana. (VIVANT, 2012)

Do ponto de vista do Pertencimento, o ensaísta Roberto DaMatta, está analisando o Brasil como uma *sociedade relacional*. Para entender o Brasil, mais importante do que os elementos em oposição, destacam-se a sua *conexão*, a sua *relação*, os elos que conjugam os seus elementos. Assim, a interpretação dos temas (espaço, cidadania, mulher e mortes) neste livro, reside naquilo que está "entre" as coisas. É a partir dos conectivos e das conjunções que o ensaísta considera o melhor ângulo para ver as oposições, sem desmanchá-las, minimizá-las ou simplesmente tomá-las irreduzíveis. Percebe-se, desta forma, o porquê do & no título do livro - *A casa & a rua*: um elo que permite balizar duas entidades e que, simultaneamente, inverte o seu próprio espaço.

Nesta perspectiva de análise, nota-se que não estão sendo, neste livro, esvaziadas as contradições. Pelo contrário, estão sendo reveladas as suas naturezas, deixando mais clara a maneira com que cada cultura lida com elas. Cumpre observar, também, que "casa" e "rua" neste estudo são categorias sociológicas fundamentais. Não designam apenas espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis. Referem-se, também, a entidades morais, esferas de ação social, domínios culturais institucionalizados, despertando emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas.

Segundo o autor, casa e rua não se restringem a espaços físicos, sendo na verdade grandes "esferas de ação social", que são opostas e ao mesmo tempo complementares. A casa e a rua refletem as ambiguidades da sociedade brasileira, são diferentes conjuntos de valor e cuja abrangência pode variar muito em função de seu referencial. É dessa relação entre a vida individual do ser ordinário e a existência coletiva que este trabalho constrói sua reflexão sobre a contribuição do ser ordinário à cidade à luz de condicionantes próprios da subjetividade.

**Palavras-chave:** Ser ordinário; Cotidiano; Espaço e consumo; Cidades criativas; Intervenções urbanas; Cultura e consumo;

## Referências bibliográficas principais

CANCLINI, N. G. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, 2010

FOUCAULT, M. **De outros espaços**. Conferência proferida no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de Março de 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Editora paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 4.ed. São Paulo: Centauro, 2006. 145 p. ISBN: 8588208121.

LEITE, C.; AWAD, J. D. C. M. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. IS. INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Textos íntegros en castellano de la revista Internationale Situationniste (1958-1969). Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

\_\_\_\_\_. **Sessão inglesa**. La Rioja: Pepitas, 2007.

\_\_\_\_\_. **Internazionale situazionista**. Sessão italiana. La Rioja: Pepitas, 2007.

\_\_\_\_\_. **Internationale situationniste**. Paris: Arthème fayard, 1997.

MATTA, R. da. **A casa e a rua**. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco. 1997

RIBEIRO, A. C. T. **Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades**. Redobra . Número 9, Salvador, v. 09, p.58-71. 2012.

ROLNIK, R. **Territórios em conflito**. São Paulo: espaço, história e política. São Paulo: Três Estrelas, 2017

ROUSSEAU, J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens** (também chamado Segundo Discurso), p. 58. Doravante o Discurso será referido pelas letras DD.

SANTOS, L. L. **Quando o ambiente é Hostil**. Recife: Editora UFPE, 2009

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SOMMER, R. F. **Espaço pessoal: as bases comportamentais de projetos e planejamentos**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1973.

TUAN, Y. Topofilia. São Paulo: Difel, 1980

VIVANT, E. **O que é uma cidade criativa.** São Paulo. Senac São Paulo; Edição: 1 (28 de fevereiro de 2012)

A pesquisa parte do contexto das ocupações urbanas por moradia na cidade do Recife. O pano de fundo são as deficitárias condições de acesso à moradia e à cidade para boa parte da população que necessita, portanto, ocupar espaços ociosos e sem função social. Logo, precisa existir uma motivação para que as ocupações aconteçam.

Na cidade do Recife, o déficit de moradia é de 71 mil. Ele é computado a partir de categorias deficitárias: ônus excessivo com aluguel, coabitação, domicílio precário ou adensamento excessivo em imóvel alugado; e o déficit ainda aumenta para 127.868 se consideradas as categorias de inadequação, como domicílios sem banheiros e com problemas fundiários<sup>13</sup>. Aqui aparecem, portanto, as distintas conjunturas que podem impulsionar uma ocupação urbana.

No entanto, a condição que poderia reunir todos os cenários é a insegurança habitacional. E aqui a insegurança não se restringe à posse, mas a insegurança em sentido amplo; ou seja, a insegurança de que o ônus excessivo com aluguel pode em algum momento se tornar insustentável; ou que a coabitação não vai perdurar; ou o desabamento de uma moradia precária, por exemplo. Insegurança simplesmente porque não se vive em condições ideais e porque não há certeza da permanência naquele lugar.

Ainda que as ocupações nasçam na tentativa de buscar uma solução para a questão habitacional e muitas vezes como única opção possível, elas também representam um quadro de vulnerabilidade uma vez que durante a sua existência, surgem circunstâncias para impelir a sua desmobilização. Essas investidas podem vir de diversas ordens e variam de acordo com as características do conflito que a ocupação se insere. Pode vir do âmbito jurídico, por exemplo, a partir de ações de reintegração de posse, onde a esta pode ser somado a força policial para coerção — o que representa uma institucionalização da violência<sup>14</sup>. Mas as ofensivas também podem ser "silenciosas" com a morosidade de uma resposta concreta para as necessidades habitacionais por parte do Estado.

Neste sentido, nota-se um círculo vicioso, onde, o quadro de insegurança habitacional se faz presente em todos os estágios independentemente das suas particularidades. Ou seja, condições de precariedade levam o indivíduo à ocupar, ao passo que a ocupação — ainda que seja instrumento de luta — é permeada por situações de instabilidade.

Isto é, a existência de uma ocupação é permeada por conflitos de diversas dimensões que irão se manifestar tanto a partir do seu cotidiano como ao longo da construção da sua

---

<sup>13</sup> Dados retirados do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), 2019, Recife-PE.

<sup>14</sup> Esta ideia se fundamenta no conceito de *Necropolítica*, desenvolvido por Achille Mbembe (2016) que define "formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte" e que se conecta a questões de raça e classe. Trata-se de "definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e

quem não é".

relação com o território. A partir de uma ocupação, surgem novos arranjos que a colocam junto com seus moradores em relação com outras territorialidades do plano urbano; tornando-se assim parte da produção do espaço (Abramowicz, 2019).

Para TRINCHERO et al. (2017), o território é não apenas palco das realizações humanas, mas um importante componente de constituição dos elementos indispensáveis às ações humanas. Isto nos direciona para a importância da análise do cotidiano no contexto das ocupações urbanas, ou seja, no contexto de aspiração pela permanência no território; estando o cotidiano no meio dessa construção. “(...) é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social.” (SANTOS, 1994, p.15 apud TRINCHEIRO et. al, 2017)

Certeau (2013) aborda o cotidiano a partir da análise de movimentos casuais de microrresistências, onde ele acredita ali existir a constituição de microliberdades que por mobilizarem recursos insuspeitos conseguem deslocar barreiras de dominação. Deste modo, táticas de resistência podem se esconder no véu das práticas cotidianas — construídas diariamente no seio da ocupação durante a sua permanência no território.

Neste sentido, compreende-se a importância da permanência da ocupação no território independentemente do tempo decorrido; afinal, é na construção cotidiana de uma ocupação que se tecem relações em torno da resistência. “Nem sempre a resistência necessita fazer alarde, barulho, ganhar relevo, tornar-se explícita, criar grandes agitações e abalos sísmicos. As resistências cotidianas são silenciosas e tenazes.” (SCOTT, 2002; 2004; 2011 apud PEREIRA, 2017, p.18-19)

Nessa dinâmica urbana, a ocupação Marielle Franco, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) é representativa do contexto introduzido até aqui — ela se configura, portanto, enquanto objeto empírico da pesquisa. Sua trajetória evidencia o contexto de insegurança habitacional que, em parte, motivou a formação da ocupação, mas também se manifestou em sua existência que foi marcada por conflitos que variam entre o contexto jurídico, a ausência de uma solução concreta por parte do Estado e problemáticas relacionadas à estrutura do edifício ocupado que forçaram a dissolução da ocupação.

Embora ela tenha durado pouco mais de um ano (de março de 2018 à abril de 2019), evidencia-se a sua permanência e resistência no território uma vez que foi preciso lidar com conflitos de ordens distintas. A ocupação também se tornou emblemática por ser a primeira ocupação vertical do MTST na cidade, e porque desde o seu início tornou grande o envolvimento da sociedade civil com o caso; inclusive pelo contexto de comoção nacional com o recente assassinato da Vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes — ela recebe esse nome em homenagem à vereadora.

Além de ter chamado a atenção para a retomada da discussão sobre a moradia central na cidade, a ocupação teve protagonismo feminino em sua organização porque surgiu como uma reivindicação das demandas das mulheres no espaço público — aspecto que traz à tona novas possibilidades de relações com o território, sobretudo quando a prioridade para integrar a ocupação eram as mulheres em situação de vulnerabilidade; embora tenha abarcado também outras configurações familiares.

A ocupação que se localizava no antigo Edifício SulAmérica, no cruzamento da Praça da Independência com a Av. Dantas Barreto, no bairro Santo Antônio, precisou chegar ao fim porque o edifício deixara de oferecer condições seguras às famílias apresentando insuficiências no bombeamento de água e fornecimento de energia do edifício. O perigo

iminente da degradação do Edifício — cabe dizer, com dívida ativa de IPTU, fora então o motivo central para o fim da ocupação.

As dificuldades foram se acentuando com o tempo e cada vez foi ficando mais frequente a falta d'água, luz e a diminuição das doações. Como consequência disto, o número de pessoas na ocupação diminuiu progressivamente à medida em que as famílias foram deixando o edifício — ao final restavam pouco mais de 30 das mais de 200 pessoas que passaram por lá. É possível que a permanência dos que restavam ali tenha sido influenciada por essa evasão (CHAGAS e BEZERRA, 2019).

Durante um ano de permanência, tentativas de garantir a existência da ocupação foram feitas pelos agentes que atuaram ao lado da ocupação — assessoria técnica e jurídica, ocupantes, voluntários e o próprio movimento social. Mas os custos para a manutenção do local foi ficando cada vez mais alto, onde apenas o paliativo foi feito e isto não foi suficiente para mantê-la ativa por mais do que um ano. Com a sua dissolução, as famílias precisaram buscar, novamente, um outro lugar para viver — evidência da insegurança dos indivíduos no território.

Assim, o problema de pesquisa tenta responder quais as características do contexto de insegurança habitacional que envolveu as famílias da ocupação Marielle Franco e de que forma ele incidiu sobre a permanência da ocupação. Assim como, questiona-se quais mecanismos foram engendrados pelos agentes que colaboraram para a sua permanência no território; isto é, quais as táticas utilizadas na resistência territorial a partir da construção do cotidiano.

Portanto, as análises partem da premissa de que os espaços de ocupação tecem relações sociais internas e também com o entorno, e afetam as dinâmicas locais (ABRAMOWICZ, 2019); assim como, a insegurança habitacional é condição que incide constantemente nas lutas urbanas por moradia. Ou seja, reside no cotidiano a construção da ocupação em si, e também lá se constituem as táticas de resistência, inclusive, para lidar com o contexto da insegurança.

**Palavras-chave:** Resistência Territorial; Insegurança Habitacional; Cotidiano; Ocupações Urbanas.

### **Referências bibliográficas principais**

ABRAMOWICZ, Ricardo. Na cidade em disputa, produção de cotidiano, território e conflito por ocupações de moradia. **Caderno Metrópole**, São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 783-805, 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri Carlos. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CHAGAS, Siça; BEZERRA, Maicon. Transitoriedade Permanente: o caso das famílias da Ocupação Marielle Franco. In: Anais do 5º Fórum HABITAR 2019: **Habitação e Desenvolvimento Sustentável**. Belo Horizonte(MG) UFMG, 2019. Disponível em: <<http://www.even3.com.br/anais/forumhabitar2019>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

MADDEN, David; MARCUSE, Peter. **In Defense of Housing – The Politics of Crisis**. Londres/Nova York: Verso, 2016.

MBEMBE, Achille. **Necropolíticas**. Tradução de Renata Santini. Arte e ensaios. Edição nº 32 da Revista do PPGAV/EBA/UFRJ. Rio de Janeiro. Dezembro de 2016.

PEREIRA, Edir. Resistência descolonial: estratégias e táticas territoriais. **Revista Terra Livre**, v.2, n.43, p.15-57, 2014.

**Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), 2019**, Recife-PE. Disponível em: <  
<http://conselhodacidade.recife.pe.gov.br/sites/default/files/biblioteca/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20PHLIS%20-%2023-07-2019.pdf>> Acesso em: 16 fev. 2020.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico científico informacional. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. Abordagens recentes da pobreza urbana. **Mercator (Fortaleza. Online)**, v. 17, p. 1-19, 2018.

TRINCHERO, Héctor Hugo; NETO OLIVEIRA, Antônio; MARTINS JUNIOR, Carlos. O cotidiano e o território. **Revista GeoPantanal**, v. 12, n.22, p.171-184, 2017.





